

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA (IFILO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ANA CRISTINA ARMOND

A SAÚDE DA CRIANÇA EM ROUSSEAU

UBERLÂNDIA

2012

ANA CRISTINA ARMOND

A SAÚDE DA CRIANÇA EM ROUSSEAU

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia Moderna e Contemporânea

Linha de Pesquisa: Ética e Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior.

UBERLÂNDIA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A733s Armond, Ana Cristina, 1969-

A saúde da criança em Rousseau / Ana Cristina Armond. - 2012.
111 f.

Orientador: José Benedito de Almeida Júnior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Filosofia.

Inclui bibliografia.

1. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778 - Crítica e interpretação - Teses.
 2. Filosofia - Teses.
 3. Educação de crianças - França - Séc. XVIII - Teses.
 4. Educação - Aspectos da saúde - Teses.
- I. Almeida Júnior, José Benedito de, 1965- . II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por absolutamente tudo na minha existência.

Agradeço a meus pais, José Gasparino e Maria do Carmo, ambos falecidos, pela herança de amor e, ao meu irmão Júlio César, pela convivência e superações diárias.

Agradeço a todos os professores, funcionários e colegas, que fazem parte do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Agradeço em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior, pela paciência com minha pessoa, estímulo e empenho incondicional na condução deste trabalho. Ao senhor, muito obrigada por tudo!

Agradeço aos professores Dr. Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sahd e Dr. Cícero José Alves Soares Neto por terem aceitado o convite de participar de minha Banca.

Agradeço ao professor Dr. Alexandre Guimarães Tadeu de Soares pela oportunidade de participação em seu grupo de pesquisa durante o percurso do mestrado.

Agradeço à Luciana Xavier de Castro pelo apoio inicial no trabalho e à prof^a. Dr^a. Maria Suzana Moreira do Carmo pela ajuda com a língua francesa.

Agradeço aos professores Odair e Sílvia, pela presença importante em minha vida.

Agradeço à querida Lúcia e família, pela amizade de longa data.

Dedico este título de mestre ao prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior, por ter tornado possível em minha vida a realização deste sonho.

“Se é a razão que faz o homem, é o sentimento que o conduz.”

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo mostrar que o pensamento de Jean-Jacques Rousseau também se estende à área da saúde, devido ao seu projeto de educação natural desenvolvido no *Emílio*. Ao abordarmos, por exemplo, as suas orientações de cuidados às crianças da primeira e segunda infância nessa obra, constatamos que o filósofo exalta a importância do aleitamento materno num momento em que o índice de mortalidade infantil era altíssimo na França, pelo costume existente na época de se entregar crianças a amas de leite. Em primeiro lugar, procuramos compreender que o conceito de saúde, em Rousseau, se relaciona com a ideia de uma proposta de ausência de vícios na sociedade, semelhante ao hipotético homem em estado de natureza, visto que se preservou. Rousseau concebe a primeira infância como a fase que vai do nascimento até os dois anos, considerada a idade das necessidades da criança e dos cuidados do adulto em relação à infância. Nessa fase, a educação natural terá então como meta seguir a marcha da natureza, ou seja, seguir o caminho do respeito e da compreensão de suas verdadeiras necessidades, o que implica valorizar a natureza livre da criança ainda não corrompida pela ação do adulto. Já para a segunda infância, que vai dos dois aos doze anos, a educação natural terá o foco na educação pelas coisas, objetivando o fortalecimento do corpo da criança e o refinamento dos seus sentidos, com a natureza e os adultos na condição de preceptores. A educação natural torna-se, portanto, uma possível solução de cura para a sociedade, ao impedir futuros vícios e degenerações no homem.

Palavras-chave: Rousseau. Saúde. Infância. Educação natural.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à montrer que la pensée de Jean-Jacques Rousseau s'étend également à la santé en raison de son projet d'éducation naturelle développé dans *l'Emile*. En tenant compte, par exemple, des lignes directrices de soins pour la première et la deuxième enfance dans cet ouvrage, nous avons constaté que le philosophe exalte l'importance de l'allaitement maternel à un moment où le taux de mortalité infantile était très élevé en France à cause de la coutume, en vigueur à l'époque, de laisser les enfants aux soins des nourrices. Tout d'abord, nous avons cherché à comprendre que le concept de santé chez Rousseau se rapporte à l'idée d'une proposition d'absence de vices dans la société, semblable à l'hypothèse de l'homme à l'état de nature, car préservé. Rousseau conçoit la première enfance comme une phase allant de la naissance à l'âge de deux ans, considérée comme celle des besoins de l'enfant et des soins des adultes envers l'enfance. Dans cette phase, l'éducation naturelle aura le but de suivre le cours de la nature, c'est-à-dire observer le chemin du respect et de la compréhension des besoins réels, ce qui implique la valorisation de l'état libre de l'enfant qui n'a pas encore été corrompu par l'action de l'adulte. Pour la deuxième enfance, comprenant la phase de deux à douze ans, l'éducation naturelle portera sur l'éducation par les choses, qui vise à renforcer le corps de l'enfant et le raffinement de ses sens, la nature et les adultes y jouant le rôle de précepteurs. L'éducation naturelle devient donc une solution possible de guérison pour la société, en empêchant les vices et la dégénérescence de l'homme.

Mots-clés: Rousseau. Santé. Enfance. Éducation naturelle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1- HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	14
1.1. A criança contemporânea à Rousseau.....	14
CAPÍTULO 2- A SAÚDE DA CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	34
2.1. O homem natural.....	34
2.2. A Sociedade Civil e a Desigualdade em Rousseau.....	42
2.3. A primeira infância.....	51
CAPÍTULO 3- SAÚDE E EDUCAÇÃO NA SEGUNDA INFÂNCIA.....	75
3.1. A segunda infância.....	75
3.2. A saúde da criança na segunda infância.....	85
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

Ao desenvolvermos este trabalho, realizamos uma abordagem do pensamento de Rousseau na questão da saúde, apesar das dificuldades e limitações que existem em se definir esse conceito. Tivemos como referência principal os Livros I e II de sua obra *Emílio ou da educação*, que diz respeito à primeira e segunda infância. Por esta razão, o referencial em modelo de saúde para Rousseau recairá sobre o hipotético homem em estado de natureza, por ele não ser conhecedor dos vícios do homem civil e, logo, ser dotado de vigor e saúde, que o filósofo então desenvolve no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Assim, no *Emílio*, o autor, diante dos maus costumes da sociedade, que afetavam diretamente a criança do século XVIII, propõe uma solução possível para modificar essa realidade pelo projeto de educação natural do Emílio. Esta proposta de educação acontecerá desde a primeira infância, ou seja, a idade do nascimento da criança até os dois anos, com orientações muito específicas, em que se destaca, por exemplo, o seu incentivo ao aleitamento materno, uma necessidade fundamental para a criança. Então, desde o seu início, a educação natural deverá seguir a marcha da natureza, ou seja, conforme Rousseau introduz, da educação negativa, que é a educação que tem a preocupação de formar um homem virtuoso ao impedi-lo de adquirir inclinações negativas como o egoísmo e demais vícios no transcorrer do processo educacional. Neste sentido, quando atingir a fase adulta, o indivíduo se assemelhará ao homem natural, porém, vivendo em sociedade e, conseqüentemente, com o potencial de poder mudá-la, uma vez que ele não se corrompeu pelos vícios e os maus costumes existentes. Logo, com essa condição adquirida, surgirá uma possível proposta de ausência de vícios na sociedade, pois o homem civil uma vez inserido nela dotado de paz e saúde terá o potencial de transformá-la aos poucos.

A saúde é um tema pelo qual manifestamos interesse, uma vez que nosso primeiro curso de graduação foi em Enfermagem. Em seguida, resolvemos cursar Filosofia, visto que a educação, pela opção da licenciatura no curso é também um tema que nos interessa muito. Assim, nos últimos dois anos de graduação, lecionamos Filosofia no ensino médio, oportunidade essa que gerou um grande entusiasmo e realização profissional, apesar das ansiedades e inseguranças que essa prática nos proporcionou, pois tivemos que aprender a conviver e, na medida do possível, compreender os alunos indisciplinados e mesmo

desrespeitosos presentes hoje em dia na sala de aula. E, para acrescentar à situação, temos a atual realidade educacional da escola pública, que, na maior parte das vezes, pela falta de recursos didáticos, por exemplo, nos impede de desenvolvermos aulas mais dinâmicas, que favoreçam a aprendizagem. Porém, esta vivência ampliou nosso olhar sobre a educação de forma positiva, o que não teria acontecido sem o contato direto com os professores, diretores, alunos, pais, enfim, com todos que fazem parte dela.

Após o término do curso de Filosofia, no mestrado, o interesse pelo tema *A saúde em Rousseau* surgiu com a obra *Emílio*, uma vez que me foi mostrado, que haveria a possibilidade de explorar esse tema na obra, o que pude confirmar, quando deparei-me com as suas orientações de cuidados às crianças de sua época, pela educação da natureza, num momento em que na França havia o costume de se entregar as crianças recém-nascidas a amas de leite¹. Assim, na tentativa também de querer conhecer a criança, na prática, para compreender o que Rousseau estava dizendo, pelo fato de não conviver com ela, afastei-me das aulas do ensino médio e trabalhei como educadora infantil. Isso porque partimos do princípio de que não poderia falar da criança sem conhecê-la. Logo, pude comprovar que a Educação Infantil atualmente está em grande desenvolvimento, com profissionais comprometidos de fato com a função social e política desse nível de ensino e que as orientações de Rousseau para a infância de seu tempo pela educação natural são completamente atuais, uma vez que as atividades propostas hoje para as crianças a partir de quatro meses, semelhantemente à educação natural, devem acontecer sempre com a orientação do adulto que, ao educar, atua contemplando essencialmente as necessidades individuais das crianças, sejam elas de ordem biológica, emocional, cognitiva ou social. Também, nas instituições de educação infantil, é necessário que ocorra a preocupação com a saúde e o bem estar das crianças, visto que o processo saúde-doença é dinâmico e determinado socialmente pelos modos de vida que acontecem dentro e fora das instituições educativas. Em se tratando de mães que têm a oportunidade e disponibilidade de tempo para irem à escola amamentar, por exemplo, ou de fornecerem o leite materno em mamadeiras ou frascos para assim, servirem às crianças durante o dia, é uma prática que deve ser estimulada e orientada pelos profissionais da instituição infantil, pois é uma ação fundamental para que as crianças tenham a sua saúde preservada.

¹ Ao analisarmos a situação da infância na França do século XVIII, tanto nas instituições familiares quanto nas instituições escolares, percebemos que não havia espaço para a criança ser criança, pois os internatos da época, por exemplo, recebiam alunos a partir dos oito anos e até por volta dos vinte e quatro anos. Antes disso, as crianças eram afastadas de suas famílias vivendo com suas amas de leite. Logo, não havia escolas para as crianças com menos de oito anos, como também não havia espaço junto às famílias.

Deste modo, para atingirmos este objetivo, fez-se necessária, além das obras de Jean-Jacques Rousseau, a presença de comentadores que discorrem sobre o tema, tais como, Almeida Júnior, Dalbosco, Cerizara, Dozol, dentre outros, na qual buscar-se-á nos pontos de vista desses autores, o apoio necessário para a reflexão que aqui propõe-se desenvolver sobre a questão da saúde em Rousseau.

Temos a plena noção de alguns limites desta pesquisa, decorrente do fato de não existir no Brasil uma direção no estudo do pensamento rosseauiano no aspecto da saúde, fazendo com que o material bibliográfico seja insuficiente. No entanto, mesmo sabendo que a bibliografia trabalhada é limitada, neste aspecto, acreditamos ser possível realizarmos um estudo investigativo nessa área do seu pensamento.

Assim, a presente dissertação está dividida em três capítulos, a saber:

Num primeiro capítulo explicitamos a história da infância no contexto dos séculos XVII e XVIII na França, que ocorrerá principalmente por Elizabeth Badinter, tendo como referência a sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* para assim, compreendermos melhor as denúncias de Rousseau nos Livros I e II do *Emílio*, contra a sociedade de seu tempo, juntamente com a sua proposta de educação natural, desde a infância. A autora mostra que, neste período, havia um alto índice de mortalidade infantil acentuado provavelmente pela entrega das crianças recém-nascidas a amas de leite pela quase inexistência do aleitamento materno, atitude essa, que era apoiada inclusive pelos médicos. Veremos que, uma vez com as amas, a situação da criança era catastrófica, pois a grande maioria das amas exerciam outras atividades; com isso, as crianças ficavam abandonadas, tinham a saúde prejudicada pelo costume dos enfaixamentos a que eram submetidas, além de ingerirem um leite ácido, seroso e amarelado, pela consequência do ritmo de vida das amas. Mas, esta realidade começou a mudar no final do século XVIII, ao iniciar uma valorização da criança na sociedade motivada pela publicação do *Emílio* de Rousseau em 1762, e consequentemente da imagem de mãe e mulher, pois ela não passará mais a ser vista como uma espécie de criatura tentadora, responsável por gerar crianças portadoras do pecado original, segundo a visão da teologia da época.

O segundo capítulo trata do tema saúde a partir do Livro I do *Emílio*, na qual Rousseau apresenta-nos a primeira infância, que é a fase da vida da criança que vai de zero até os dois anos de idade, juntamente com suas orientações de cuidados direcionados ao adulto para essa respectiva fase, segundo os princípios da educação natural. Primeiramente no referido

capítulo, descrevemos os conceitos do segundo *Discurso* desenvolvidos por Rousseau como o de estado de natureza, a bondade natural, a sociedade civil, homem natural, dentre outros, uma vez que eles são importantes para compreendermos o tema saúde no *Emílio*, pois veremos como os maus hábitos se inseriram na sociedade a partir do nascimento da sociedade civil, pelas ações do homem, visto que ele foi se degenerando aos poucos, à medida que foi ingressando nessa sociedade. Rousseau mostra que o estado de natureza é um estado original, sem sociabilidades e pleno de paz e saúde para o homem que nele vivia. Neste sentido, o homem no estado natural também é: “[...] em suma, tal como dever ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte que do que alguns, menos ágil do que outros, mas afinal de contas, organizado mais vantajosamente do que todos.” (ROUSSEAU, 1993, p. 148).

Veremos na educação da primeira infância que Rousseau coloca-se contrário a tudo que impeça o desenvolvimento natural e espontâneo da criança, resultante principalmente da ausência dos pais biológicos, com seus cuidados necessários. Para o filósofo, a família tem um papel muito importante no contexto da efetivação da educação natural, na qual se confirma, a partir daí, que o homem, ao invés de se afastar da natureza, deve a cada dia, integrar-se a ela.

No capítulo terceiro, tratamos do tema saúde a partir do Livro II do *Emílio*, que aborda a segunda infância, a idade que vai dos dois até os doze anos de idade. Rousseau também mostra que a educação da segunda infância deverá voltar-se para o que for o mais natural possível para assim, tornar a criança forte em todos os aspectos pois, nessa condição, ela inclusive começará a responder mais por si própria, mesmo nessa fase. Logo, a educação natural, com o foco na educação pelas coisas, terá como objetivo o fortalecimento do corpo da criança e o refinamento dos seus sentidos, para lhe proporcionar a partir dessa nova condição física e sensorial resultantes dessa fase, o seu futuro ingresso na moral. Nesta fase, Rousseau propõe à natureza o papel de sua principal preceptora, juntamente com a ação do preceptor, que ao conduzi-la deverá, como na primeira infância, respeitá-la em seu mundo.

Rousseau nos leva a perceber, nesta fase, a importância do contato da criança com as coisas ao seu redor no mundo humano e também na natureza, uma vez que ela adquirirá as suas primeiras lições de coragem devido às suas primeiras experiências de vida, como as quedas ou algum corte leve. A criança aprenderá a ir suportando essas dores menos fortes, para assim, em seguida, suportar as dores maiores que virão, já que viver, conforme o filósofo explica, é correr riscos de sofrimento.

Enfim, a presente dissertação busca mostrar que o pensamento de Rousseau se estende a diversas áreas do saber, inclusive à área da saúde pela educação do Emílio, visto que podemos destacar os seus benefícios à saúde já a partir da primeira infância. A saúde em Rousseau se relaciona com a ideia da ausência de vícios no homem e, conseqüentemente, na sociedade. Neste sentido, vivendo em harmonia na sociedade, o homem possivelmente saberá equilibrar bem as suas faculdades como a imaginação não desejando além do necessário, causa de infelicidades e possivelmente de diversas doenças que, por esse motivo, precisará o mínimo possível da medicina para viver:

Um corpo fraco debilita a alma. Vem daí o poder da medicina, arte mais perniciosa para os homens do que todos os males que pretende curar. De minha parte, não sei de que doença nos curam os médicos, mas sei que nos dão algumas bastante funestas: a covardia, a pusilanimidade, a credulidade, o terror da morte; se curam o corpo, matam a coragem. Que nos importa que façam andar os cadáveres? É de homens que precisamos, e não os vemos saírem de suas mãos. (ROUSSEAU, 2004, p. 35).

CAPÍTULO 1: HISTÓRIA DA INFÂNCIA

1.1. A criança contemporânea à Rousseau

Neste capítulo abordamos a história da infância, principalmente no contexto dos séculos XVII e XVIII na França, para assim compreendermos todo um conjunto de denúncias que Jean-Jacques Rousseau realiza dos maus hábitos e costumes existentes na sociedade dessa época. Esses são os responsáveis por afetar diretamente a saúde da criança, mostrados por Rousseau em sua obra *Emílio ou da educação*, que descrevemos nos capítulos II e III desta pesquisa, juntamente com a sua proposta de transformação e melhoria dessa realidade, pela educação da natureza. Vale ressaltar que o nosso olhar se direciona aos seus benefícios para a saúde da criança da primeira e segunda infância, em que temos como referência em critério de saúde, o homem em estado de natureza, desenvolvido pelo autor no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, que correlacionamos com os Livros I e II da obra *Emílio*, referentes a essas fases. Deste modo, o *Emílio*, publicado em 1762, foi o responsável em revolucionar o modo de pensar a infância por fornecer um grande impulso à valorização da família apoiada no amor materno, condição essa não valorizada na França nesse período. Então, no *Emílio*, particularmente nos Livros I e II, descrevemos o que o autor propõe de melhorias à educação das crianças pela educação natural, como o de seu incentivo ao aleitamento materno na primeira infância. Essa necessidade da criança que era negligenciada pelas famílias da época, justamente num momento em que o índice de mortalidade infantil era altíssimo. Percebemos que os resultados da educação natural na saúde da criança são de fundamental importância para a sua existência enquanto criança, para toda a sua família e para a sociedade de um modo geral onde ela se encontrava inserida, uma vez que uma criança saudável tornar-se-á por consequência um adulto também saudável.

O *Emílio* foi composto em cinco partes, a partir de um aluno imaginário, que Rousseau acompanharia do nascimento até a idade de 25 anos, num trabalho filosófico de observações e reflexões contínuo em torno do dia a dia dessa criança, o qual ele levaria em consideração desde o seu choro, a amamentação e até mesmo as suas fraldas. O Livro primeiro, de acordo com a divisão do autor, aborda do nascimento da criança até os dois anos de idade, considerada a primeira infância, sendo caracterizada pela idade das necessidades e dos cuidados. O Livro segundo, que aborda dos dois anos aos doze, denominada de segunda infância, é a idade da natureza. O Livro terceiro, que vai dos doze aos quinze anos, é a idade

da força. O Livro quarto, que aborda dos quinze aos vinte anos é a idade da razão e das paixões. Já, o Livro quinto, que vai dos vinte aos vinte e cinco anos, é a idade da sabedoria e do casamento.

Nesta dissertação, realizamos uma pesquisa bibliográfica, em que enfatizamos o texto da obra principal, *O Emílio*, tratados de enfermagem, obras de comentadores de Rousseau e de autores que fazem referência à criança do século XVIII, como Elisabeth Badinter. E, dentre as outras obras descritas pelo próprio autor, vale ressaltar algumas ideias desenvolvidas por ele no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, como o de homem natural, como foi citado, para assim compreendermos a sua concepção sobre a questão da saúde, na formação desse homem natural, a partir de sua infância.

Esta pesquisa, ao abordar a questão da saúde, objetiva então, chamar a atenção para a riqueza dessa problemática da abordagem rosseauiana, uma vez que ela é também uma questão atual, já que ressaltamos a importância da amamentação, por exemplo, que desde o início dos tempos da humanidade até os dias de hoje, é também uma questão de fundamental importância no desenvolvimento e preservação da saúde de todas as crianças.

Vale enfatizar que a saúde evidenciada por Rousseau durante o transcorrer do processo da educação natural se relaciona diretamente com a ideia de impedir na criança futuros vícios e degenerações, visto que, um corpo fraco pela ausência de saúde, segundo o autor, debilita a alma. Logo, podemos citá-lo: “É preciso que um corpo tenha vigor para obedecer à alma; um bom servidor deve ser robusto.” (ROUSSEAU, 2004, p. 34).

Neste contexto, para compreendermos melhor o conceito de saúde, citamos Brunner e Suddarth, que explicam:

O modo de perceber a saúde depende da forma como esta é definida. A World Health Organization (WHO) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. Esta definição de saúde não permite nenhuma variação quanto aos estágios de bem-estar ou mal-estar. Todavia, o conceito referente ao *continuum*, saúde-doença proporciona uma grande variação nas formas de definir o *status* de saúde de uma pessoa. Ao considerar saúde e doença como um *continuum*, é possível compreender uma pessoa sem ter saúde ou doença na sua totalidade. Ao contrário, o *status* de saúde de uma pessoa está em constante mudança e tem o potencial de variar de um alto nível de bem-estar até um nível extremamente precário de saúde e morte iminente. O modelo relacionado ao *continuum* saúde-doença torna possível perceber a pessoa vivendo concomitantemente estágios tanto de saúde quanto de doença. (BRUNNER; SUDDARTH, 1999, p. 4).

Nota-se, segundo os autores que, na definição de saúde da WHO existem limitações, sendo um problema que se torna evidente também no que se refere às doenças crônicas², pois uma pessoa cronicamente doente não poderá alcançar os padrões de saúde estabelecidos na definição da WHO. Entretanto, quando observadas pela perspectiva do *continuum* saúde-doença, as pessoas com doenças crônicas podem ser consideradas como tendo o potencial de manter um alto nível de bem-estar, caso estejam sendo bem-sucedidas em alcançar o seu potencial de saúde dentro dos limites de sua doença crônica.

Assim, vimos que existem dificuldades em se definir o conceito de saúde para o homem, mesmo nos tempos de hoje e, em se tratando da saúde nos tempos de Rousseau, para não nos depararmos com essa mesma dificuldade, os seus critérios de definição num modelo de saúde, recairão sobre o homem em estado de natureza, cujo conceito, descreveremos no capítulo II. Neste contexto, a educação natural na primeira e segunda infância deverá ocorrer sempre com a intermediação do adulto e, de preferência, para que a criança se desenvolva bem, Rousseau proporrá que ela esteja na maior parte das vezes em contato com a natureza, como vivia o homem natural, experimentando assim, diversas provas vindas dela, mesmo em se tratando de crianças dessas fases iniciais. Por esta razão, ele exalta a simplicidade da vida no campo e do contato da criança com as coisas na natureza, para que ela possa se desenvolver de modo saudável, conquistar um corpo forte repleto de vigor, que a vida na cidade, cercada por mimos excessivos, não lhe permite desenvolver de modo satisfatório, na qual o principal resultado desta educação feita desde a primeira infância será a possibilidade dela se manter sempre saudável até o seu envelhecimento e morte natural.

Então, para adentrarmos na história da infância contemporânea a Rousseau, e compreendermos os motivos das denúncias do filósofo à sociedade de sua época, pelos maus costumes que as crianças estavam submetidas, citaremos o estudo de Elisabeth Badinter (1985) que em seu livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno* realiza uma investigação das respectivas funções sociais da mulher, do homem e da criança e, conseqüentemente das relações familiares, no período que vai do século XVII até meados do século XIX, focalizando o perfil do amor nessas relações. Em seus estudos, enfatizaremos a

² Podemos citar como exemplos de doenças crônicas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as doenças cardiovasculares, o diabetes, a obesidade, as doenças respiratórias, o cancro, etc., decorrentes de uma vida desregrada no homem como, por exemplo, enquanto caracterizada pela presença de uma dieta alimentar mal equilibrada, pelo sedentarismo e o consumo do tabaco, influenciados na maior parte das vezes pelos progressos da sociedade, por alterarem o seu ritmo de vida de forma negativa, prejudicando-lhe.

sua investigação sobre a criança, principalmente no contexto dos séculos XVII e XVIII na França, juntamente com o papel materno e paterno para com ela. Tem-se que neste período, havia um acentuado índice de mortalidade infantil, na qual a autora levanta a hipótese disso acontecer porque as mães não se interessavam por seus filhos, ou se o fato das crianças morrerem facilmente até um ano, é que proporcionava o desinteresse delas. A autora mostra que esta realidade começa a mudar no final do século XVIII ao acontecer uma valorização da criança. Neste contexto, a imagem de mulher e de mãe começa a se modificar: a mulher passa a não ser vista mais como uma espécie de criatura tentadora responsável por gerar de suas entranhas crianças portadoras do pecado original. Elisabeth Badinter expõe, em se tratando do amor na relação entre mãe e filho, a ideia de que não existe um amor materno inerente em todas as mulheres, ou seja, o amor ao representar apenas um sentimento, segundo ela, é algo contingente na mulher e não inato. Particularmente, em se tratando dos séculos XVII e XVIII, a autora mostra nesse período, que a mãe em relação às crianças, tinha mais um papel biológico que afetivo, pois relegava seus cuidados a amas de leite e, conseqüentemente o amor, que para existir demanda empenho nas relações, em se tratando de mãe e o filho, era inexistente neste momento.

Logo, para compreendermos as denúncias de Rousseau, enfatizamos este momento, ou seja, em que as mães exerciam mais um papel biológico que afetivo ao gerarem os seus bebês, um momento, em que neles também havia o peso do pecado original, de acordo com os critérios, por exemplo, da teologia da época. Então, a falta de amor pelas crianças dos séculos XVII e XVIII, oriunda de uma sociedade repleta de maus costumes e egoísmos, foi um dos motivos essenciais de suas denúncias.

Neste sentido, notamos de fato, a relevância de Rousseau para a humanidade, uma vez que, de suas reflexões, surgiram soluções efetivas para melhorar as relações familiares principalmente através do respeito à criança num momento crítico, solução essa que deveria ter sido explorada de forma mais prática por um enfermeiro, um pedagogo ou mesmo por um médico, mostrando que, para a filosofia, não há limites e que ela está pronta para investigar e questionar a qualquer momento as verdades aceitas e os sistemas do pensamento dominantes em determinada sociedade.

Deste modo, Badinter (1985) explica conforme os estudos de Philippe Ariès³, que foi somente a partir do início do século XVII, que o sentimento da infância começou de fato a se manifestar na mentalidade dos adultos, na qual a criança a partir de 1760, ainda de forma muito lenta, começou a ganhar uma nova atenção. Porém, esta atenção dada à criança não significava ainda para ela, um lugar privilegiado no centro da família, pois a família do século XVII, não estava respaldada no amor materno, não podendo por isso, ser chamada de família moderna. Logo, data desta época, o aparecimento de várias obras que convidam os pais a novos sentimentos e, particularmente, à mãe ao amor materno, como do médico parteiro Philippe Hecquet desde 1708 e Crousaz em 1722 e, outros que fizeram uma lista dos deveres de boa mãe, mas que, infelizmente, não foram ouvidos por seus contemporâneos. Então, neste contexto, foi somente Rousseau, com a publicação do *Emílio*⁴ em 1762, que foi possível se cristalizar novas ideias sobre a infância, ocorrendo um verdadeiro impulso à formação da família moderna. Depois do *Emílio* e, durante dois séculos, todos os pensadores, que se ocuparam da infância, sempre retornaram ao pensador genebrino tendo-o como referência, para assim levarem cada vez mais longe as suas importantes implicações.

Segundo a mesma autora, em pleno século XVII, a filosofia e a teologia manifestavam um verdadeiro medo da criança, visto que velhas reminiscências e novas teorias corroboravam com a teologia cristã para essa realidade, por exemplo, na pessoa de Santo Agostinho, que elaborou uma imagem dramática da infância, ao considerá-la um símbolo da força do mal e um ser imperfeito por estar esmagado pelo peso do pecado original. Esta condição da infância se faz presente em seus escritos, como *A Cidade de Deus* e as *Confissões*. Logo, a criança carregava o peso dos maiores pecados e era condenada segundo as normas dos adultos, pois para Santo Agostinho, o pecado tanto da criança como do adulto tinham a mesma natureza se diferenciando apenas em grau. Então, o pensamento agostiniano reinou por muito tempo na

³ O pesquisador francês Philippe Ariès em seu conhecido trabalho *História social da criança e da família* chama a atenção para os elementos conhecidos como ciclos, etapas, fases e idades na vida das crianças. Assim, logo que um indivíduo nasce, vale ressaltar o capítulo em seu trabalho, denominado de O sentimento da infância, em que ele aborda as “idades da vida”, ao dizer que as idades são associadas não apenas a idades biológicas, mas também a funções sociais. O autor diz, que a periodização da vida tinha a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade.

⁴ *O Emílio* segundo Simpson (2009), é um livro incomum em conteúdo e formato. Começa como um tratado sobre a educação, mas logo se transforma em um romance didático e, algumas vezes, bastante dramático. Parece exemplificar um modelo de programa educacional, porém Rousseau zombou dos pais que tentaram educar seus filhos de acordo com esse modelo. O programa alega mostrar o caminho para criar um “homem natural”, porém prescreve uma receita altamente elaborada e artificial de um programa de educação. Começa com a declaração de que os educadores devem escolher se desejam formar homens ou cidadãos, pois não podem fazer ambos, porém não deixa claro em qual deles espelha, supostamente o caráter do Emílio. E, apesar de haver sido bastante lido e também condenado na época de Rousseau, suas passagens mais controversas não tinham muito a ver com educação, mas sim religião, que Rousseau discutiu somente numa digressão da linha principal de argumento.

história da pedagogia, que uma vez retomado até o fim do século XVII, manteve uma atmosfera de dureza na família e nas escolas para a criança. Logo, os pedagogos quase sempre mestres em teologia, recomendavam aos pais muita frieza na relação com os filhos, ao lembrar-lhes de sua malignidade natural. Por exemplo, a autora explica, que o pregador espanhol J. L. Vivès, cuja obra, *A Instituição da mulher cristã*, traduzida do latim para o francês, aponta a questão das mulheres que amamentavam voluptuosamente, induzindo as crianças a tornarem-se viciosas por este motivo. Deste modo, para a criança, carícias e ternuras de mãe nesta época, eram traduzidas por Vivès em termos de frouxidão e pecado, levando em consideração que ele não pregava contra a amamentação em si, já em desuso na alta aristocracia, mas ao aspecto que ele acreditava voluptuoso da amamentação, ou seja, a amamentação, segundo ele, ao se tornar um prazer ilícito que a mãe se autoproporcionava, causava a perda moral da criança.

Posteriormente no século XX, a psicanálise com Freud, atribuirá a estes momentos, um papel fundamental no desenvolvimento da criança, diferentemente dessa teologia que via nessa primeira relação amorosa entre mãe e filho, ou seja, o ato da amamentação, a fonte de uma má educação, já que a visão existente era que a mãe, perdia moralmente o filho. Tem-se, que esta imagem dramática da infância, acabou inspirando dois grandes movimentos pedagógicos do século XVII, que são o Oratório e o Port-Royal. Neste contexto, Bérulle chefe da ordem Oratório, por exemplo, escreveu relatando que o estado infantil era o mais vil e o mais abjeto da natureza humana, depois da morte. E, em se tratando de Port-Royal, nos seus regulamentos, havia a recomendação da necessidade de se isolar a criança pequena no Mosteiro, de se desconfiar de sua espontaneidade e de se combater os seus instintos, através de longas orações, mesmo em se tratando de crianças com menos de cinco anos. Pode-se citar também, segundo a autora, o papel da filosofia cartesiana para a criança, que apesar de inovadora em todos os domínios do saber, contraditoriamente, retoma a crítica da infância. Nesta retomada, Descartes não diz que a infância é a ocasião do pecado, mas que ela é a ocasião do erro. Para Descartes, a infância era a fraqueza do espírito, o período em que o entendimento estava sob a total dependência do corpo, sendo preciso então, livrar-se da infância como de um mal. Ele diz que o fato de todo homem ter sido antes necessariamente criança é que constitui a causa dos erros e, que ao amamentar, a criança mamava o preconceito junto com o leite de sua ama ignorante, já que elas ensinavam um sem número de ideias falsas às crianças, que estavam sob a sua guarda. Nota-se então, que a criança em

Descartes e em Santo Agostinho, pelo erro ou pelo pecado, tinham a função de distanciar o homem de Deus e de sua perfeição.

Desta maneira, a partir principalmente do pensamento inovador de Rousseau, houve a oportunidade de surgir um forte vínculo entre filosofia e infância, apesar da resistência e da lentidão da sociedade de seu tempo e mesmo da atual em acatar e compreender as suas ideias para a infância, na qual podemos citar Kohan e Kennedy (1999), ao comentarem que a filosofia da infância na história da humanidade, possui apenas uns vinte anos de vida. Nota-se então, que os filósofos não têm se preocupado sistematicamente com a infância, a não ser mais recentemente, visto que ocorreram por milênios, apenas referências muito esporádicas sobre o assunto como, por exemplo, em Lao Tsé, Heráclito, Aristóteles, Montaigne e em Santo Agostinho, nas *Confissões*, realidade essa que mudará só em 1763, a partir da publicação do *Emílio* de Rousseau, com sua imediatez chocante e idiossincrática, ao proporcionar abrir alguns olhos de europeus, à problemática da infância, como também, os olhos para a problemática da relação adulto-criança, dado que adulto e criança são termos que se referem um ao outro e, portanto, toda filosofia da infância é também, por implicação, uma filosofia da adulez.

Importa enfatizar que, foi só nas últimas décadas, pelo menos entre os filósofos que publicaram artigos e livros, que a infância foi considerada merecedora de algo mais do que umas poucas páginas. Logo, o desinteresse dos filósofos pela infância chama a atenção, visto que, não deixa de ser curioso o fato que todos em algum momento de suas vidas foram também crianças e, infelizmente, uma desatenção que não é exclusiva dos filósofos. Vale ressaltar que a criança, pelo menos em se tratando das crianças pequenas, vivem uma diferente relação com o mundo que, na melhor das hipóteses, pode ser traduzida pelos adultos apenas parcialmente. Todavia, os autores explicam que os filósofos da infância do século XIX seguidores de Rousseau, como Pestalozzi, Maria Edgeworth, Froebel, Bronson Alcott, e Montessori, foram todos educadores que desenvolveram uma filosofia ligada a uma prática, haja vista que esses educadores estão presentes nas escolas, nas salas de aula, junto aos pais das crianças e junto às próprias crianças. O que os caracteriza, pela influência do filósofo, é uma férrea vontade de não passar por cima das crianças, um obstinado sentido de perceber e ressaltar que não reconhecemos as possibilidades de transformação social e cultural imersas no período da infância, como também, os efeitos educativos das crianças sobre os adultos, quando a elas se propõe uma relação de consideração e atenção mútuas.

Numa visão mais atual, podemos citar Buckingham (2007), ao comentar, como muitos historiadores que a presença de poucas evidências disponíveis da história das próprias crianças, implica que essa história é, por esta razão, uma história de representações. Então, como as mulheres, as crianças foram grandemente escondidas na história, significando uma coincidência que está muito longe de ser acidental. Num nível, isso cria significativos problemas metodológicos, pois o autor questiona até que ponto é possível ler as representações culturais da infância como reflexos da sua própria realidade. Neste contexto, o autor cita o trabalho de Philippe Ariès, por exemplo, ao qual é creditado a invenção da infância, e que tem sido questionado precisamente nestes termos.

A tese de Ariès baseia-se primariamente em uma análise de como as crianças foram representadas ou, mais frequentemente, como não foram representadas em pinturas medievais e renascentistas. Com base nisso, ele delinea os modos como elas foram sendo gradualmente identificadas enquanto um grupo diferenciado com seus próprios passatempos e estilos de vestir, no final do século XVI e no início do século XVII. Conforme os seus críticos, estas evidências, porém, são muito inadequadas, visto que os dados demográficos, por exemplo, sugerem que sua análise só pode ser aplicada às crianças das classes superiores e, já em relação aos relatos contemporâneos existentes, apesar de limitados, desafiam seu argumento de que os laços afetivos entre adultos e crianças e os programas específicos de cuidado infantil fossem praticamente ausentes nos tempos medievais. Em última análise, os dados de Ariès talvez revelem mais sobre as mudanças nas convenções da representação artística, do que sobre as mudanças nas realidades sociais. Para exemplificarmos esta realidade, os historiadores da infância, mais recentemente, reconheceram ativamente a sua confiança nas representações e, nesse plano, o seu trabalho passou a focalizar mais explicitamente a evolução das ideias adultas sobre a infância do que a realidade da vida das próprias crianças. Carolyn Steedman, por exemplo, ao analisar a figura do “Mignon”, personagem infantil do romance de Wilhelm Meister (1797), de Goethe, recorrente no século XIX, diz que esse personagem parece personificar mais uma noção de interioridade humana ou de subjetividade associada à infância, que possivelmente teria surgido naquela época. Já a história dos “filhos dos pobres”, escrita por Hugh Cuningham, que traz o subtítulo: Representação da infância desde o século XVII, apresenta os modos como as crianças das classes trabalhadoras eram gradualmente levadas a se ajustar às definições da classe média, ou seja, de como deveria ser uma infância “adequada”. E, Valerie Walkerdine, ao analisar a figura de “*Little Orphan Annie*”, personagem de história em quadrinhos criada em 1924 por Harold Gray, no contexto

das representações de outras meninas da classe operária, diz que ela, ao articular e dissipar preocupações mais gerais sobre o conhecimento e a inocência, refletiam diretamente as tensões sociopolíticas daquele período. Da mesma forma, Patrícia Holland também traçou a evolução das construções contemporâneas da infância ao longo das últimas três décadas, mas o fez através de uma leitura das representações adultas em anúncios, fotografias e outros artefatos da mídia. Logo, nota-se de diferentes formas, que todos esses autores da infância, de acordo com Buckingham, apontam a significação das representações culturais da criança como base para as mudanças nas políticas sociais. As imagens da infância, como pecadora corrompida ou como pura e inocente, foram então usadas conscientemente pelos reformadores sociais do século XIX, como também as imagens igualmente estereotipadas das crianças como livres e naturais, fazem parte da retórica visual da “liberação das crianças” em tempos mais recentes. No entanto, todos esses autores argumentam que as representações funcionam como meios para os adultos lidarem com seus próprios conflitos irresolvidos sobre a infância.

Porém, em se tratando dos filósofos da infância do século XIX seguidores de Rousseau, por exemplo, como os citados anteriormente, vale ressaltar que todos possuem em comum uma férrea vontade de não passar por cima das crianças e de reconhecer as suas potencialidades individuais, como também, de reconhecer os efeitos educativos delas sobre os adultos, quando a elas se propõe uma relação de consideração e respeito mútuos.

Retomando Badinter (1985) no contexto do século XVII, segundo a autora, a imagem trágica da infância nesse século, como concebiam os filósofos, teólogos e pedagogos, não era, entretanto, a do povo em geral, uma vez que a influência dos ideólogos e dos intelectuais nas classes dominantes e cultas era limitada em outros meios sociais. Logo, para as pessoas de um modo geral, a criança era considerada mais como um estorvo, uma desgraça, do que um mal, o pecado ou um erro e, particularmente o lactente, constituía também mais um fardo, por causa dos cuidados, da atenção e da fadiga que ele necessita na relação com os adultos para garantir a sua sobrevivência. Muitos destes pais, por egoísmo ou alegando questões financeiras, por exemplo, preferiam simplesmente se desembaraçar deste fardo, optando pelo abandono físico e moral da criança como também optavam indo do infanticídio à indiferença. Não resta dúvida de que o infanticídio puro e simples é a manifestação de um considerável desespero humano movido talvez pela miséria em alguns casos, pela doença em outros e por situações insustentáveis, como no caso de mães solteiras sem recursos. Porém, por vezes, um enxoval luxuoso acompanhava o bebê abandonado, mostrando que o pecado do abandono não era exclusividade dos pobres. Mas, para a autora, o primeiro sinal de rejeição ao filho, de fato,

estava em recusar-lhe o aleitamento materno, principalmente numa época em que esse gesto significaria uma oportunidade de sobrevivência para a criança. Uma consequência desta recusa era a necessidade de se utilizar uma ama para amamentar o bebê, que se instalaria na residência da família ou para onde a criança seria mandada para permanecer por certo tempo.

Mostramos no capítulo II esta realidade de indiferença e abandono à criança denunciada por Rousseau, tendo como referência o Livro primeiro do *Emílio*. Nele, Rousseau aborda a primeira infância, e também estabelece estratégias em cuidados do adulto para essa fase, a partir dos princípios da educação natural, em uma sociedade viciosa, que infelizmente entregavam as suas crianças recém-nascidas aos cuidados de amas na maior parte das vezes despreparadas para essa função.

Nesta proposta, Badinter (1985) comenta que o hábito de se contratar amas de leite era muito antigo na França, haja vista que a abertura da primeira agência de amas em Paris data do século XIII. Naquela época, o fenômeno se limitava quase exclusivamente às famílias aristocráticas, mas futuramente, o hábito de se contratar amas para os filhos irá generalizar-se no século XVIII, chegando-se até a ocorrer uma escassez de amas. Assim, no período que vai do século XIII ao XVIII, devido a deficiências administrativas da época, não há informações muito precisas sobre o trabalho das amas e, no que concerne aos trabalhos de nascimentos e mortes, eles eram mais ou menos bem consignados nos registros paroquiais. Porém, segundo a autora, foi necessária a declaração real de 9 de abril de 1763, que obrigou os curas a registrarem tudo no bailiado⁵, para que as fontes pudessem se tornar mais precisas. Isto explica, segundo ela, o motivo dos historiadores contemporâneos só terem realizado trabalhos notáveis sobre as crianças confiadas a amas de leite, na segunda metade do século XVIII. Parece então, que até o fim do século XVI, a amamentação mercenária só era procurada pela aristocracia que, ao levarem as amas para suas casas, infelizmente privavam outras crianças do seu leite, ou seja, os filhos dessa ama de sua mãe, pois cada vez que uma mãe se recusava a amamentar seu bebê, possivelmente duas outras crianças estavam sendo privadas do leite materno. Neste contexto, Montaigne, ao escrever seus ensaios nos anos 1580-1590, já se manifestava contrário a esta realidade. Deste modo, segundo a autora, as únicas fontes de informações existentes no século XVI, eram os testemunhos dos diários dos chefes de família da grande burguesia parlamentar, na qual podemos citar, por exemplo, os autores de *Entrer*

⁵ Um bailiado é a área de jurisdição de um bailio. O termo surgiu na França, em que *bailie* era o termo em francês antigo para bailio. A palavra agora é mais usada geralmente em um sentido metafórico para indicar uma esfera de autoridade, atividade, estudo ou interesse.

dans la vie, extrato do diário da família Froissard, que relatam a trajetória de Madeleine Le Goux. Segundo o relato, ela foi casada em 1532 com Anotole Froissard, conselheiro do parlamento, teve cinco filhos e a todos amamentou. Estes, quando se tornaram pais, começaram a utilizar em maior ou menor proporção os serviços das amas de leite. Já os netos de Madeleine Froissard, casados no princípio do século XVII, enviaram sistematicamente todos os filhos para a casa de amas, desde o nascimento. Assim, em menos de 30 anos, ou seja, no século XVII, a moda de enviar os filhos para a casa de uma ama ou de deixar a criança na casa da ama de leite se generalizou entre a burguesia de modo irreversível. Porém, é no século XVIII que o envio das crianças para a casa das amas se estenderá por todas as camadas da sociedade urbana, dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou nas grandes cidades, ou seja, a entrega de filhos aos exclusivos cuidados de uma ama tornou-se um fenômeno generalizado. Deste modo, Paris foi o maior exemplo em mandar os seus bebês para fora de seus muros, por vezes, a distâncias de até 50 léguas, como a Normandia, a Borgonha, ou o Beauvaisis. E, de acordo com o relato de Lenoir, tenente-geral de polícia, a rainha da Hungria, em 1780, na capital, em cada grupo de 21 mil crianças que nasciam anualmente, numa população de oitocentos a novecentos mil habitantes, menos de mil eram amamentadas pelas mães, as outras mil eram amamentadas por uma ama a domicílio e, todas as outras, ou seja, 19 mil eram enviadas a casas de amas. Dessas 19 mil confinadas a amas fora do teto materno, duas ou três mil, cujos pais dispunham de rendimentos cômodos, eram colocadas nas proximidades de Paris e, quanto às outras crianças menos afortunadas, eram infelizmente relegadas para longe. Em Lyon, e outras cidades da França, constatava-se o mesmo fenômeno, na qual o chefe de polícia, Prost de Royer de Lyon, observou que em uma população de 180 mil e talvez 200 mil, ocorriam todos os anos cerca de seis mil nascimentos e, dessas seis mil crianças, havia no máximo mil a quem os pais podiam dar boas amas de leite, mas para as outras, elas eram entregues a amas fracas e miseráveis. Segundo Prost, não se podia nem mesmo contar o número de crianças amamentadas diretamente pelas mães.

A mesma autora comenta que a origem social das crianças entregues a amas, podia mudar de uma região para outra, na qual era certo que os pais mais ricos mandavam as crianças para as casas de amas em aldeias e regiões mais próximas de seus domicílios, para melhor acompanhar a criança ou para evitar uma longa viagem após o nascimento e, quanto mais modesta a condição social da família, mais distante ela ficaria dos pais. Também, percebe-se, que as crianças eram entregues a amas, porque o filho representava uma dificuldade considerável para as mães que eram obrigadas a trabalhar para viver. A autora cita

o estudo de Maurice Garden, *Lyon et les lyonnais au XVIII siècle*, sobre a cidade de Lyon, mostrando que as mulheres de operários e artesãos foram as maiores fornecedoras de crianças para as amas, por não terem alternativas devido à necessidade de trabalharem ao lado dos seus maridos. Assim, para o trabalho ser rentável, os filhos destas trabalhadoras deveriam ser excluídos da família. Logo, nesta categoria sócio-profissional, havia o maior número de crianças mortas em casas de amas. A autora comenta que, para os casais mais pobres da sociedade, o filho chegava a ser uma ameaça à sua própria sobrevivência, não lhes restando, portanto, outra alternativa a não ser de se livrarem dele, abandonando-o num orfanato, entregando-o a amas pouco exigentes, como também, por várias outras atitudes que levariam a criança para o cemitério rapidamente.

Deste modo, para se tentar compreender o exílio maciço das crianças para as casas das amas de leite, Badinter (1985) relata que essa atitude era justificada na maior parte das vezes pela situação econômica dos pais naturais. Esta explicação, porém, não parece ser suficiente, pois, ao lado das crianças de extração miserável, havia dois outros tipos de crianças pertencentes a categorias sociais diferentes, ou seja, um pouco mais favorecidas. Em primeiro lugar, aquelas cujos pais trabalhavam juntos, mas cuja situação econômica permitiria à mãe ocupar-se da criança. Era, por exemplo, o que ocorria com os comerciantes de vinho, alfaiates ou artesãos, na qual é necessário neste caso para se compreender o abandono da criança, levar em consideração os valores tradicionais existentes, como o da valorização do homem e, portanto, do marido, em detrimento do bebê. Logo, a autoridade do pai e do esposo dominava a célula familiar. Porém, resta uma terceira categoria de mulheres cujos motivos foram até agora pouco investigados, como aquelas em que não pesavam nenhuma hipoteca econômica, e também, que estavam menos submetidas a valores tradicionais. Elas também entregam os filhos a amas de leite recusando-se a amamentá-los, apesar então de mais livres e menos numerosas que as outras.

Então, pelo que foi descrito até agora, principalmente pelos estudos de Elisabeth Badinter, podemos compreender um pouco da sensibilidade e dos motivos de Rousseau que o motivou a realizar denúncias, como também a propor estratégias para melhorar a condição de vida da criança em sua obra *Emílio*. Com certeza, este é um dos aspectos da obra do filósofo de extrema importância, por atingir diretamente a vida da criança que será beneficiada em sua saúde, como para toda a sociedade da época e, também, para a atual, uma vez que o pensamento de Rousseau para a infância é atual.

Badinter (1985) comenta que, para dificultar ainda mais a condição da infância, houve a ausência na época de uma medicina infantil, uma especialidade que nascerá somente no século XIX e a palavra pediatria só surgirá em 1872. Então, na segunda metade do século XVIII, conforme a autora explica, acontecerá uma tomada de consciência médica da especificidade da criança, como o reconhece o médico inglês G. Buchan, que não ocorrera até então. Entretanto, a princípio foi uma ocupação considerada da competência somente das mulheres, pois os médicos se recusavam a ver crianças doentes. Neste contexto, embora várias doenças infantis fossem descritas precisamente pelos médicos, como a varíola, a caxumba, a varicela, a difteria, a coqueluche e a escarlatina, etc., a prática médica não era ainda razoavelmente eficiente, pois se pensava que as doenças das crianças eram mais difíceis de serem tratadas do que a dos adultos, pela razão de que as crianças não falavam quando pequenas, e a fonte principal de informações na época eram as perguntas feitas aos doentes e não ainda a auscultação⁶. Logo, isto explica porque certos médicos do século XVIII tenham se interessado pela etiologia das doenças infantis, ou seja, pela teoria, e que tenham abandonado a prática às curandeiras, mesmo recriminando-as.

Segundo Badinter (1985), para o médico Buchan, a medicina foi pouco atenta às necessidades da criança, agindo com indiferença e desconhecimento, preferindo por isso, todos os dias, prolongar por algum tempo um velho corpo debilitado e pronto a falecer, ao invés daqueles que poderiam se tornar úteis à sociedade. Logo, o texto de Buchan, traduzido pelo médico francês Duplanil em 1775, marca muito bem o começo de certa modificação do estado de espírito existente na época para a criança. Em 1804, outro médico, Verdier-Heurtin, realizará ainda outro balanço muito negativo da medicina infantil, atribuindo a essa carência o fato de que não havia o convencimento de que ela era uma medicina diferente daquela das outras idades, na qual os médicos dos homens levariam ainda muito tempo para admitir a especificidade dessa etapa da vida e, em princípios do século XIX, a medicina infantil ainda continuará sendo entregue às mulheres.

Em se tratando da recusa ao aleitamento materno, Badinter (1985) diz que entre os argumentos citados com mais frequência, predominavam duas desculpas, quais sejam, que a

⁶ Auscultação é o termo técnico utilizado no procedimento da escuta dos sons internos do corpo, normalmente através de um estetoscópio. O termo é originário do verbo latino *auscultare*, que significa escutar, na qual o procedimento é utilizado com a finalidade de examinar o sistema circulatório, o respiratório e o gastro intestinal. O termo técnico foi inventado por René-Théophile-Hyacinthe Laënnec, um médico francês, e publicado no seu livro *De l'auscultation médiate* em 1819.

amamentação era fisicamente má para a mãe e também, pouco conveniente. Nos argumentos de ordem física, diziam que caso amamentassem, se privariam de um suco precioso necessário à sua própria conservação. E, tal razão destituída de qualquer fundamento médico, até impressionava a sociedade. Além disso, havia uma excessiva sensibilidade nervosa na mãe, que seria acentuada pelo choro excessivo da criança. Também, a esta mesma ordem de ideias pertencia a desculpa apresentada da fraqueza de sua constituição física, para o não aleitamento. Por vezes também, em lugar de se apiedar da própria saúde, as mulheres utilizavam o argumento estético ao acreditarem que se caso amamentassem, semelhante ao que sentem e pensam mesmo algumas mulheres da atualidade, perderiam a beleza por afirmarem que a amamentação deformaria a mama, amolecendo-a⁷. E, como não queriam correr o risco de terrível dano estético, optavam pela ama de leite. Todavia, se o risco de perder a saúde e a beleza não representasse o bastante, havia ainda a questão de ordem moral e social, pois em primeiro lugar, as mulheres e, portanto, as famílias, que se acreditavam acima do vulgo, consideravam pouco digno elas mesmas amamentarem os filhos, uma vez que essa atitude era uma marca de distinção para as demais, já que amamentar o próprio filho, equivaleria a confessar que não se pertencia à melhor sociedade. Assim, em nome de falsos valores, declarou-se a amamentação ridícula e repugnante, em que a palavra ridícula retornava com frequência nas correspondências e nos livros de memórias. Então, mães, sogras e parteiras desaconselhavam as mães a amamentar, já que essa tarefa não era nobre o bastante para uma dama superior, visto que também, não ficava bem tirar a mama a cada instante para alimentar o bebê, pois além de dar uma imagem animalizada de mulher que se parecia a uma vaca leiteira, era considerado um gesto despudorado, razão essa que não será destituída de peso no século XVIII. Tem-se que o pudor será um sentimento real que influenciará na recusa em amamentar. Deste modo, se a mãe amamentasse deveria esconder-se para isso, interrompendo por um longo período a sua vida social e a de seu marido, que se sentiam prejudicados também por isso. Os maridos, por sua vez, não deixaram de ter responsabilidade nesta recusa das esposas, pois alguns se queixavam da amamentação por ela representar um atentado à sua sexualidade e uma restrição ao seu prazer. Outros demonstravam inclusive clara aversão pelas mulheres, devido a elas apresentarem cheiro de leite, já que o leite emanava de suas mamas, sendo considerado até sinônimo de sujeira e de antídoto contra o

⁷ Segundo Rousseau (2004), no seu tempo ainda se podiam encontrar poucas jovens de boa natureza que desafiavam o império da moda e dos clamores das outras mulheres, se propondo a amamentar. Os benefícios da amamentação à mãe são inúmeros, como um apego sólido e constante por parte dos maridos, uma ternura filial da parte dos filhos, a estima e o respeito do público, partos felizes e sem sequelas, saúde firme e vigorosa e, finalmente, o prazer de se ver imitada um dia por suas filhas e citada como exemplo às filhas de outras.

“amor”. E, mesmo que o pai não tivesse aversão ao cheiro de leite, o bebê amamentado pela mãe o perturbava, visto que os médicos da época estavam sempre de acordo em proibirem as relações sexuais durante a duração do aleitamento, pois diziam que o esperma estragava o leite e o fazia azedar, colocando inclusive a vida da criança em risco, ideia essa que foi difundida pela medicina durante todo o século XVIII. Nota-se então, que o bebê era objetivamente um estorvo para os pais. A criança era vista como um empecilho para a mãe não apenas no aspecto conjugal, mas também nos prazeres e na vida mundana. Logo, ocupar-se de uma criança não era divertido e nem elegante, já que os prazeres da mulher elegante era o de receber e fazer visitas, mostrar um vestido novo, frequentar a ópera e o teatro, jogar e dançar todas as noites até o raiar do sol como também, o de ter um sono tranquilo pela noite, que só deveria ser interrompido pelo prazer e, depois, haveria o sacrifício de somente acordar ao meio dia. Porém, em fins do século XVIII, de modo contrário aos dizeres dos teólogos do século XVI, que censuravam as mães por amamentarem de forma voluptuosa, a mulher começará a ser censurada por esta sua frieza em relação à criança. A autora explica que as francesas foram então as primeiras a confiarem os seus filhos legítimos a amas de modo generalizado e, em meados do século XVIII, os filhos de famílias citadinas alimentadas pelas mães eram muito escassos. Esta prática foi imitada em outros países da Europa, como a Inglaterra e a Alemanha.

Deste modo, no que diz respeito à educação no século XVII e, principalmente no XVIII, Bandinter (1985) comenta que, para a criança das classes burguesas ou aristocráticas, se seguia sempre o mesmo ritual, que era caracterizado por três fases distintas: a primeira ocorria pela colocação da criança na casa de uma ama, a segunda pelo seu retorno ao lar e, a terceira, com a sua partida para o convento ou o internato. Nesta educação, a criança vivia então, no máximo cinco ou seis anos sob o teto paterno, não significando que ela vivia de fato com os pais, pois pode-se dizer que o filho do comerciante ou do artesão, como do magistrado ou do aristocrata conheceram uma solidão prolongada, a falta de cuidados e um abandono moral e afetivo. Logo, o primeiro ato do abandono era desempenhado alguns dias, ou mesmo algumas horas após o nascimento da criança, com a sua entrega a uma ama. Neste contexto, havia inclusive um costume na época dos pais promoverem uma recepção para a parisiense parturiente, infelizmente com a criança já distante na mão de uma ama, ou seja, sem o filho estar no berço da família. A autora relata, segundo o chefe de polícia de Lyon, que havia três formas de se contratar um ama, quais sejam, de serem previamente contratadas, encontradas diretamente ou encontradas por messageiras. As grandes famílias, como a do jovem duque da

Borgonha em 1682 ou a dos filhos de Maria Antonieta, recorreram a essa primeira forma, em que os pais, com a ajuda de um médico, escolhiam a ama. Segundo a autora, a ama deveria ser a mais sadia, de bom temperamento, de boa cor, de carne branca e, nem gorda e nem magra. Também, deveria ser alegre, bem disposta, bonita, sóbria, mansa e sem nenhuma paixão violenta. Assim, ao se considerar os 21 mil bebês parisienses nascidos em 1780, houve quase mil amamentados a domicílio por uma ama de leite. Com certeza, não houve mil amas escolhidas com tanto cuidado, como aquelas lactentes reais. Então, nas famílias menos ricas recorria-se aos serviços de um intermediário, que costumava desaparecer ou mesmo se enganar, visto que chegado o dia, a ama não existia, a mulher candidata a ama nunca tinha sido mãe, quando na situação de quem aparecia era uma mulher doentia, que a mãe do bebê não via e que o pai tão pouco se preocupava. Quanto à segunda forma, presente nas classes populares, essa consistia em se preocupar com a escolha da ama logo depois que a criança nascia, dirigindo-se aos vizinhos, percorrendo mercados e ruas e ficando com a primeira camponesa que aparecesse sem examinar-lhe a saúde, o leite, ou se de fato possuía o leite. E, quanto ao terceiro método, ele consistia no recurso às mensageiras chamadas recomendadoras, que eram as intermediárias que faziam ponto nos mercados ou nas grandes praças. As intermediárias mantiveram uma espécie de agência de empregos, que só seria regulamentada em 1715.

A autora explica que, na maior parte das vezes as amas assistiam ao batismo da criança, recebiam a lembrança e a levavam pelo menor valor possível. E, havia os casos, em que a família confiava a criança ao primeiro que aparecesse, sem fornecer-lhe o seu nome, como também, haviam as situações de não fornecerem à família o nome de uma ama que ainda não existia e, que esperavam encontrar logo em seguida. Deste modo, o chefe de polícia de Lyon, em 1778, dizia que, enquanto os asilos registravam e numeravam todas as crianças abandonadas que lhes eram entregues, enquanto o caçador marcava o seu cão com medo de vê-lo trocado e enquanto o açougueiro distinguia as animais que seriam abatidos, a criança do povo saía dos muros da cidade, sem certidão de nascimento, sem nada escrito e sem se saber o que seria dela, pois sua vida dependia de uma intermediária que não tinha registro e nem sabia ler. Caso desaparecessem ou morressem, todas as crianças a elas entregues, desapareceriam junto. Diante desta realidade, os moralistas dos fins do século XVIII diziam que a maioria das pessoas eram mais atentas e exigentes quando se tratava de escolher uma criada, um moço de estrebaria para cuidar de seus cavalos e, mais ainda, um cozinheiro do que uma ama para seus filhos. Assim, dessa indiferença, seguia-se conseqüentemente uma situação também

catastrófica para as crianças nas casas de amas. Logo, as mais pobres já começam pela prova cruel da viagem para levá-las ao campo. Estas crianças iam amontoadas em carroças, mal cobertas e eram numerosas, necessitando-se que as amas fossem a pé. Elas ficavam expostas ao frio, ao calor, ao vento e à chuva e não mamavam senão o leite aquecido pelo cansaço e o jejum da ama. Isto, quando não caíam da carroça e eram esmagadas pela roda. Então, as crianças mais frágeis não resistiam a esse tratamento cruel e, as amas as devolviam mortas mesmo, poucos dias após a sua partida. Assim, as crianças que sobreviviam à prova da viagem, visto que morriam entre 5 e 15%, dependendo da estação do ano, outras situações de sofrimento a esperavam, pois segundo o relato de médicos e moralistas do século XVIII, havia também a situação trágica das próprias amas em si, como a sua ambição de ganho, a preguiça, os vícios e as doenças. Estas mulheres geralmente trabalhavam na lavoura, passando a maior parte do tempo fora de casa e, durante esse tempo, a criança ficava abandonada, afogada em excrementos, estrangulada em faixas feito um criminoso, como também, a mercê de mosquitos. E, o leite que mamavam conseqüentemente era um leite aquecido por um exercício violento, que se tornava ácido, seroso e amarelado. Somava-se a isto tudo, as amas serem desnutridas e, em sua maioria, contaminadas pela sífilis que haviam adquirido nas cidades, além de serem sarnentas ou portadoras de escrófulas e de escorbuto. Elas necessitavam manter junto de si seu próprio filho, que precisava também do seu leite e, por isso, complementavam o aleitamento dos filhos das outras mulheres com papas formadas pela mistura de água e pão, que mastigavam antes de dar à criança. Por vezes, colocavam castanhas trituradas, um pouco de trufa ou de pão pesado dissolvido em um pouco de vinho azedo. Logo, com esta alimentação indigesta, surgiam as convulsões e os bebês infelizes sob os seus cuidados morriam em sua grande maioria. A essa má alimentação, algumas utilizavam narcóticos para fazer a criança dormir e ficar tranquila, como xaropes e aguardente vendidos facilmente nas farmácias que, por vezes, a matava devido ao uso de doses excessivas. Além disso, havia a falta de higiene, uma vez que a criança ficava atolada em seus excrementos durante horas ou dias, já que as amas deixavam transcorrer semanas sem mudar as roupas das crianças. Vale ressaltar que nem todas as amas levavam a negligência a este ponto, mas havia poucas vigilantes em conservarem a criança num estado de limpeza satisfatório.

Badinter (1985) também comenta sobre o uso dos enfaixamentos nos bebês, sobre os quais mostramos no capítulo II desse estudo. Além disso, enfatizamos a postura de Rousseau frente a esse cruel costume, concomitantemente às suas orientações de cuidados precisos. Logo, o enfaixamento era outro costume existente de mal estar e de aquisição de doenças para

o bebê. Neste procedimento, eles eram vestidos primeiro com uma pequena camisa, de veste grosseira que deveria fazer várias dobras e pregas em seu corpo e, sobre ela, um cueiro. Em seguida, os braços eram colocados contra o peito, e as crianças eram envolvidas com uma larga faixa sob as axilas, que lhes imobilizava os braços e as pernas. Após, dobravam-se fraldas e faixas entre as coxas e, completava-se o todo, com uma faixa circular apertada ao máximo dos pés até o pescoço. Os resultados deste empacotamento eram os piores, pois a ligadura circular pressionava as pregas cortantes contra a pele do bebê que, quando despido, seu delicado corpo estava todo marcado, vermelho e ferido. Os panos dobrados entre as coxas tinham o mesmo inconveniente e impediam que a urina e os excrementos se afastassem do seu corpo. Daí a formação de irritações na pele e terríveis feridas. A bandagem também pressionava as costelas para dentro, perturbando os pulmões e, portanto a respiração. Esta condição provocava tosses e vômitos, pois a digestão fazia mal ao bebê, na qual a criança chorava até perder o fôlego e tinha convulsões.

Segundo Rousseau (2004), a criança enfaixada era suspensa em um prego pela ama como um saco de roupas, enquanto ela realizava as suas outras atividades. A criança permanecia assim por horas, até ficar com o rosto roxo, uma vez que o peito fortemente comprimido não permitia circular bem o sangue. Esta posição era responsável por retirar-lhe a vida, enquanto sua mãe se divertia na cidade, talvez sem saber o que se passava.

Entretanto, para Badinter (1985), ninguém poderia culpar exclusivamente as amas por este costume, pois há séculos e até o século XIX, os bebês foram submetidos aos enfaixamentos por medo de que sua moleza provocasse algum acidente e para que pudessem crescer retos e bem formados. Assim, elas penduravam a criança durante horas em um prego pela roupa com a boa intenção de evitar que fossem comidas ou feridas pelos animais da fazenda, não se sentindo más por esse gesto, mesmo que os resultados fossem cruéis para a criança, uma vez que o sangue circulava muito mal. Porém, de fato, algumas amas eram más com as crianças, considerando-as um empecilho, cuja morte não seria lamentada. Mas, muitas agiam na ignorância dos cuidados e, pode-se questionar se seriam mais culpadas ou menos do que as mães que lhes haviam abandonado. Quatro anos era o prazo médio da permanência da criança na casa da ama e, logo, quando eram desmamadas aos quinze, dezoito meses ou mesmo aos vinte, elas não voltavam por isso para a sua família. Durante todo este tempo, os pais pareciam pouco preocupados com a sorte do filho distante, raramente visitando-o e, por vezes escreviam, na qual as amas ajudadas geralmente pelo vigário do local, respondiam com

um pedido de dinheiro para as despesas suplementares e com algumas palavras tranquilizadoras.

Deste modo, podemos citar Elisabeth Badinter que relata:

A verdade é que quando a criança volta ao lar paterno, quando volta, está frequentemente estropiada, malformada, raquítica, enfermiça ou mesmo gravemente doente. Os pais queixam-se amargamente e talvez com mais alarido do que se o filho tivesse morrido. Pois uma criança doente representa muitas despesas futuras e poucas vantagens a longo prazo. (BADINTER, 1985, p. 127).

Mostramos também que o costume dos enfaixamentos denunciado por Rousseau, significava vantagens para as amas, como a de evitar a luxação da coluna vertebral, de fazer subir a gordura para debaixo do queixo das crianças a fim de que ela aparentasse estar mais gorda e, para deixá-las inertes.

Por fim, em se tratando da educação natural, Dalbosco (2011) comenta que Rousseau não formula sistematicamente uma teoria da infância, mas oferece ao menos, contribuições detalhadas sobre os problemas relacionados ao mundo da criança e de seu processo de socialização. Suas contribuições tornam-se mais claras quando confrontadas com as ideias de infância que predominavam em sua época, uma vez que, muito do que se preservou até o século XVIII sobre tal conceito refere-se a uma longa tradição que remonta ao menos até a filosofia antiga, mais precisamente, até o período de Platão, pois dele originou-se a tese de que a criança é um pequeno adulto que, por não possuir desenvolvida entre outras, a capacidade racional, deve ser entregue totalmente à educação do adulto. Logo, como um ser racionalmente limitado e inferior, a criança não possui condições de “ocupar-se consigo mesma” e por isso, ainda não está na posição de alcançar o domínio moral sobre si mesma, condição essa que a exclui de uma participação efetiva na vida da *pólis*, devendo, portanto, ser colocada na mesma condição do escravo. Entretanto, embora a criança seja um ser em potencial, ela é incompleta e inferior em relação ao adulto e, por não ser dona de si mesma precisa ser guiada pela intervenção do adulto, a quem compete em última instância moldar o seu comportamento. Enfim, embora este pensamento justifique um conceito de infância como uma fase de potencialidades latentes, enfatiza mais suas fragilidades e seus limites. Tal pensamento, segundo o autor, traz como consequência, uma ideia de criança enquanto resultado da projeção adulta.

Desta maneira, após termos abordado um pouco da história da infância no contexto dos séculos XVII e XVIII na França com relação à educação e cuidados que as crianças recebiam dos adultos da época, podemos descrever e compreender todo um conjunto de denúncias que Jean-Jacques Rousseau realiza desses costumes e dessa educação existente, responsáveis por provocarem prejuízos irreparáveis à saúde dessas pobres crianças. Vimos, principalmente, no século XVIII, que a prática de amamentar não era mais vista pelas pessoas da elite europeia com admiração, havendo então a exaltação das amas de leite como um hábito rotineiro para as famílias, o que aumentava conseqüentemente a mortalidade infantil. Em Paris, Rousseau, principalmente com o *Emílio*, proporá então soluções possíveis para mudar essa realidade presente numa sociedade realmente muito viciosa.

CAPÍTULO 2: A SAÚDE DA CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

2.1. O homem natural

O presente capítulo desenvolve o tema saúde especificamente no Livro I do *Emílio ou da Educação*, no que diz respeito à primeira infância e dos cuidados do adulto inerentes a essa etapa da vida da criança. Para tanto, enfatizamos, e correlacionamos também conceitos do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, tais como o de estado de natureza, a bondade natural, a sociedade civil, e principalmente o de homem natural, visto que é necessário correlacionarmos esses conceitos do segundo *Discurso*, para compreendermos o tema saúde na primeira infância no *Emílio*, como também na segunda infância, que será desenvolvido no terceiro capítulo desta pesquisa. Investigamos, então, de que modo a questão da saúde na infância, a partir da execução de bons hábitos de cuidados pelos adultos nessa etapa da vida da criança pela educação natural, poderá influenciar e fundamentar o desenvolvimento do homem natural, que tem como objetivo não se deixar corromper na vida em sociedade, descrito por Rousseau ao longo do *Emílio*.

Desta maneira, para adentrarmos a questão da saúde, Rousseau, no prefácio da obra *Emílio ou da Educação*, comenta que esta coletânea de reflexões e de observações, foi inicialmente realizada para agradar a uma boa mãe que sabia pensar. O autor projetara apenas uma memória de algumas páginas, porém, como o assunto o cativou, essa memória aos poucos se transformou numa espécie de obra grande demais para o que continha e pequena demais para aquilo do que se tratava. Logo, depois de esforços para melhorá-la, ele entregou-a como está, julgando ser importante chamar a atenção do público para os pontos abordados, como a sua proposta de educação natural às crianças, no caso a um aluno fictício, que deveria ocorrer de forma específica nas diferentes fases de seu desenvolvimento.

No primeiro Livro do *Emílio*, Rousseau o inicia, fazendo uma referência ao estado civil com as suas instituições sociais, já apontando as suas influências negativas na vida do homem, uma vez que ele está afastado da natureza. Sobre isso, Rousseau (2004, p. 07) explica que:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos

de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore em seu jardim. [...] No estado em que agora as coisas estão, um homem abandonado a si mesmo desde o nascimento entre os outros seria o mais desfigurado de todos. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que estamos submersos abafariam nele a natureza, e nada poriam em seu lugar. Seria como um arbusto que o acaso faz nascer no meio de um caminho, e que os passantes logo fazem morrer, atingindo-o em todas as partes e dobrando-o em todas as direções.

A sociedade civil é um dos conceitos descritos e muito bem desenvolvidos por Rousseau no segundo *Discurso*, obra na qual o autor descreve as características hipotéticas humanas primárias, quando os homens viviam nas florestas sem sociabilidade, bastando-se a si mesmos. Sobre esse conceito abordamos e correlacionaremos ao tema saúde no homem. Então, no segundo *Discurso*, Rousseau concebe uma hipótese acerca de como se deu o desenvolvimento humano, principalmente em relação à origem da desigualdade social, qual seja:

A religião nos ordena crer que, tendo o próprio Deus tirado os homens do estado de natureza logo depois da criação, eles são desiguais porque Deus quis que o fossem; mas ela não nos proíbe formar conjeturas, tiradas exclusivamente da natureza do homem e dos seres que o cercam, sobre o que poderia ter-se tornado o gênero humano se houvesse ficado abandonado a si mesmo. Eis o que me perguntam e o que me proponho a examinar neste discurso. (ROUSSEAU, 1993, p. 145).

Rousseau, na obra em questão, descreve a existência de dois tipos de desigualdade. Na primeira, caracterizada enquanto natural ou física, pois diz respeito às diferenças naturais entre os indivíduos no seu aspecto físico como o tamanho, a capacidade e a força, por exemplo. Já a outra desigualdade está relacionada diretamente às ações e escolhas humanas em sua vida social, quer dizer, é uma desigualdade consentida. No estudo, Rousseau investiga como se deu a passagem da primeira para a segunda desigualdade, utilizando-se de uma hipotética história da humanidade desenvolvida em etapas, na qual o homem foi construindo e, ao mesmo tempo, se submetendo pelo aprimoramento de sua razão, no transcorrer dessa história:

Concebo, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: uma a que chamo natural ou física, por ser estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma: a outra, a que se pode chamar desigualdade moral ou política, por depender de uma espécie de convenção e ser estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes

privilégios que alguns usufruem em prejuízo dos outros, como serem mais ricos, mais reverenciados e mais poderosos do que eles, ou mesmo em se fazerem obedecer por eles. (ROUSSEAU, 1993, p. 143).

De acordo com Nicola (2005), na hipotética história da humanidade, o estado de natureza, desenvolvido por Rousseau no segundo *Discurso*, é então uma pura hipótese de trabalho, ou seja, uma categoria teórica no sentido de uma resposta a um questionamento filosófico de como teria sido o homem se esse fosse educado não pelos outros homens, mas diretamente pela natureza.

Neste sentido, segundo Rousseau, pode-se dizer que o estado de natureza é um simples ponto de partida para descrever um estado que já não existe, que talvez nunca tenha existido, e que, provavelmente nunca existirá, mas que pode servir de instrumento para julgar nossa atual condição, no sentido do que é original e artificial na vida social. Logo, este estado constitui uma etapa rudimentar da existência humana em sua forma original de ser no aspecto temporal, na medida em que essa existência, ainda não havia sido corrompida. É então, um estado original, primitivo, sem história, sem sociabilidades, pleno de paz e de saúde para o homem que nele vivia, sem guerras e disputas entre si:

Nem sequer acudiu ao espírito da maioria dos nossos duvidar que o estado natural houvesse existido, conquanto seja evidente, pela leitura dos livros sagrados, que o primeiro homem, tendo recebido imediatamente de Deus luzes e preceitos, não estava ele mesmo nesse estado, e que, acrescentando aos escritos de Moisés a fé que lhes deve qualquer filósofo cristão, cumpre negar que, mesmo antes do dilúvio, os homens jamais se tenham encontrado no estado puro de natureza, a menos que nele tenham recaído em virtude de algum acontecimento extraordinário. Paradoxo muito embaraçoso de defender e totalmente impossível de provar. (ROUSSEAU, 1993, p. 144-145).

E, no que diz respeito ao homem do estado de natureza, Rousseau também comenta:

Concluamos que, errando pelas florestas, sem engenho, sem a palavra, sem domicílio, sem guerra e sem vínculos, sem a menor necessidade de seus semelhantes, assim como sem nenhum desejo de prejudicá-los, talvez até sem jamais reconhecer algum deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, tinha apenas os sentimentos e as luzes próprias desse estado, sentia apenas suas verdadeiras necessidades, só olhava o que acreditava ter interesse de ver e sua inteligência não fazia mais progressos do que sua vaidade. Se porventura fazia algum descoberta, não podia comunicá-la, pois nem sequer os filhos reconhecia. A arte parecia com o inventor; não havia educação nem progresso, as gerações se multiplicavam inutilmente e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, os séculos escoavam-se em toda a grosseria das primeiras épocas, a espécie já estava velha e o homem continuava a ser sempre criança. (ROUSSEAU, 1993, p. 176).

No estudo do homem, Rousseau diz que o conhecimento a seu respeito é o mais útil e o menos avançado de todos os conhecimentos humanos existentes. Da mesma forma, o autor também diz que conhecer a origem da desigualdade entre os homens, tema do segundo *Discurso*, é uma das questões mais interessantes e difíceis que a filosofia propõe. Neste contexto, um dos fatores que contribui para essa dificuldade está na insuficiência do próprio homem em primeiramente se interessar em conhecer-se a si mesmo, de acordo com a proposta da inscrição presente no templo de Delfos: “Conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo e os deuses.” (ROUSSEAU, 1993, p. 133).

Segundo Rousseau, para se chegar à origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, eles devem iniciar então, por conhecerem primeiramente a si próprios, uma vez que se não agirem assim, será mais difícil descobrir, de fato, as causas da desigualdade entre todos os homens na face do planeta.

Assim, devido a esta realidade, Rousseau também comenta que saber, como o homem era a princípio na intensidade de sua própria natureza humana, ou seja, antes de tudo o que lhe foi acrescentado enquanto consequência das transformações físicas e dos progressos da natureza na qual ele estava inserido, no transcorrer dos tempos, é também uma incógnita. Logo, esta condição atual do homem, segundo Rousseau, assemelha-se à estátua do deus Glauco, na qual o tempo, o mar e as tempestades desfiguraram, fazendo com que ela se parecesse com um animal feroz, ao invés de um deus. Então, a alma do homem que vive em sociedade, semelhante à estátua do deus Glauco, ao adquirir uma enorme quantidade de conhecimentos e erros, teve a sua aparência desfigurada, tornando-se quase irreconhecível, por ter então se corrompido, devido a esses erros, como os vícios e os maus costumes dos homens presentes nessa sociedade, responsáveis por lhe proporcionar desequilíbrios e conseqüentemente doenças de todo tipo:

[...] a alma humana, alterada no seio da sociedade por mil causas incessantemente renascentes, pela aquisição de um grande número de conhecimentos e de erros, pelas mudanças ocorridas à constituição dos corpos e pelo choque contínuo das paixões, mudou, por assim dizer, de aparência, a ponto de ficar quase irreconhecível e, em vez de um ser que age sempre por princípios certos e invariáveis, em vez dessa celeste e majestosa simplicidade com que seu autor a mascara, não se encontra mais do que o disforme contraste da paixão que crê raciocinar e o entendimento delirante. (ROUSSEAU, 1993, p. 133-134).

Neste contexto, para Almeida Júnior (2009), o *Emílio* se aproxima do segundo *Discurso* sob o aspecto da *estátua do deus Glauco*, inspirado em Platão, uma vez que ela é uma

metáfora da alma humana tomada em seu estado de pureza, presente tanto num como noutro. Mas, sob o aspecto do termo homem natural essas obras se afastam, visto que o homem natural que se encontra em estado de natureza, no segundo *Discurso*, tem uma alma pura, porém não possui qualquer instrumento para prevenir-se da degeneração física e moral da sociedade, enquanto que o homem natural, formado ao longo do *Emílio*, mesmo vivendo em meio à corrupção, ainda preserva a pureza de sua alma, já que possui dois sólidos instrumentos, que são sua consciência e sua razão.

Percebemos então, que o grande empenho de Rousseau está justamente em demonstrar a importância do estado de natureza, como também do homem natural, em relação ao homem e à sociedade de sua época, uma vez que esse homem social, nas reflexões do autor, havia se tornado um ser débil, escravo da opinião alheia e repleto de vícios e maus costumes, cujos comportamentos equivocados estavam refletidos nessa sociedade civil.

Neste sentido, Rousseau considera que o homem no estado natural é: “[...] em suma, tal como dever ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte que do que alguns, menos ágil do que outros, mas afinal de contas, organizado mais vantajosamente do que todos.” (ROUSSEAU, 1993, p. 148).

Enfim, Rousseau, para pensar melhor a realidade deste homem primitivo do estado de natureza, estabelece características próprias a ele em seu aspecto físico, metafísico e moral.

No aspecto físico, Rousseau descreve o homem primitivo e seus descendentes com a mesma conformação anatômica do homem atual, ou seja, um ser que tem uma organização fisiológica perfeita, ao mesmo tempo em que se utiliza desse corpo como único instrumento. Ele, segundo o autor, apresenta um temperamento robusto e quase inalterável, uma vez que está acostumado desde a infância às intempéries do clima e ao excesso de fadiga, provocada, por exemplo, por sua necessidade de fuga dos perigos da floresta, como de animais ferozes. Também, o homem primitivo tem o privilégio de adquirir todos os instintos dos animais, que por não possuir nenhum se apropria de todos. Logo, podemos citar segundo Rousseau:

As crianças, trazendo ao mundo a excelente constituição dos pais, e fortalecendo-a pelos mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo o vigor de que é capaz a espécie humana. A natureza trata-as precisamente como a lei de Esparta tratava os filhos dos cidadãos; torna fortes e robustas as que são bem constituídas e faz perecer todas as outras, sendo nisso diferente de nossas sociedades, nas quais o Estado, tornando os filhos onerosos para os pais, mata-os indistintamente antes do nascimento. (ROUSSEAU, 1993, p. 148-149).

Todavia, segundo Rousseau, quando este homem se inserir na vida em sociedade, outros inimigos contra os quais ele não terá os mesmos meios para defender-se, serão as doenças de toda espécie, por causa dos vícios e dos maus hábitos que ele adquirirá. Isso resultará na necessidade da medicina para a cura desses males, em oposição ao homem natural, que não necessitava dessa arte para viver:

A respeito das doenças, não repetirei as vãs e falsas críticas que faz contra a medicina a maioria das pessoas com saúde, mas perguntarei se há alguma observação sólida da qual se possa concluir que, nos países onde essa arte é mais descuidada, a vida média do homem seja mais curta do que naqueles onde é cultivada com maior esmero. E como poderia isso ocorrer, se nos causamos um número maior de males do que o dos remédios que a medicina nos pode fornecer? (ROUSSEAU, 1993, p. 151).

Deste modo, Rousseau propõe ao homem natural especificamente no aspecto da saúde, somente a presença de enfermidades naturais, a infância e a velhice. Neste contexto, a etapa da infância se caracteriza pelo momento em que necessariamente a criança deve ser protegida e alimentada pela mãe, que, ao poder transportá-la por todo lugar, possui mais facilidades do que as fêmeas de outras espécies. Já em relação à velhice, o idoso, ao contrário, tem menores necessidades, pela inevitável perda de sua força física. Logo, neste aspecto, ou seja, da saúde, o homem natural é completamente saudável, por não padecer dos males da sociedade e, também, por possuir um físico forte, uma vista, um olfato e um ouvido muito apurados, assemelhando-se inclusive aos próprios animais: “Tal é o estado animal em geral e é também, segundo o relato dos viajantes, o da maioria dos povos selvagens.” (ROUSSEAU, 1993, p. 154-155).

Quanto ao aspecto metafísico, Rousseau, ao distinguir o homem das demais espécies de animais, primeiramente explica o que ele possui em comum com eles, que são os sentidos da qual nascem todas as ideias. Mas, pela intensidade no uso dessas ideias em relação aos animais, o homem faz análises distinguindo-se deles, por exemplo, ao selecionar as situações que melhor lhe convém ao seu redor, para preservar a sua vida. O autor explica:

Todo animal tem ideias, uma vez que tem sentidos; chega a combinar suas ideias até certo ponto, e o homem, a esse respeito, só difere do animal na intensidade; alguns filósofos afirmaram até que há mais diferença entre um homem e outro do que entre um homem e um animal. (ROUSSEAU, 1993, p. 155-156).

Rousseau também aponta a questão da liberdade, como outra característica que os difere neste aspecto, uma vez que o homem se reconhece livre para optar em relação a todos os animais, que ao se submeterem muito mais às regras da natureza nas situações de luta pela sobrevivência, como na disputa pelo alimento, por exemplo, não fazem escolhas entre a vida e a morte. O autor explica:

A natureza manda em todos os animais, e o bicho obedece. O homem sente a mesma impressão, mas se reconhece livre para aquiescer ou para resistir, sendo sobretudo na consciência dessa liberdade que se mostra a liberdade de sua alma [...]. (ROUSSEAU, 1993, p. 156).

Rousseau, por último, aponta outra qualidade que distingue o homem dos animais, que é a questão da perfectibilidade, faculdade essa a partir da qual todas as demais são originadas no homem, visto que o animal mantém o que desenvolve nos seus primeiros meses, por toda a sua vida. O autor comenta: “[...] sobre essa diferença entre o homem e o animal, há outra qualidade muito específica que os distingue, e sobre a qual não pode haver contestação: a faculdade de aperfeiçoar-se; [...]” (ROUSSEAU, 1993, p. 156).

Prosseguindo no estudo do homem natural, vale ressaltar que, em seu aspecto moral, o homem do estado de natureza, segundo Rousseau, não era nem bom, nem mal e também não tinha nem vícios nem virtudes:

Parece, a princípio, que os homens nesse estado, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral, nem deveres conhecidos, não poderiam ser bons nem maus, e não tinham vícios nem virtudes, a menos que, tomando essas palavras num sentido físico, chamemos vícios do indivíduo às qualidades que podem prejudicar-lhe a própria conservação, e virtudes àquelas que podem contribuir para ela; nesse caso, deveríamos chamar de mais virtuoso aquele que resistisse menos aos simples impulsos da natureza. (ROUSSEAU, 1993, p. 168).

Neste sentido, então, Rousseau comenta que o estado de natureza devido às características do homem que nele vive, é de fato um estado pacífico, já que os interesses particulares são absolutamente inexistentes. Este caráter pacífico, em sua opinião, se deve principalmente à existência de dois princípios naturais que são o instinto de conservação de si mesmo, o amor de si, e a piedade, que garantem, segundo Rousseau, o cuidado do homem em relação a si mesmo e com o outro, a comiseração, garantindo a conservação da espécie, caracterizados enquanto anteriores a toda razão:

Com efeito, o que são a generosidade, a clemência, a humanidade, senão a piedade aplicada aos fracos, aos culpados, ou à espécie humana em geral? Mesmo a benevolência e a amizade são, em suma, produções de uma piedade constante, fixada num objeto particular, pois desejar que alguém não sofra será diferente de desejar que seja feliz? Ainda que fosse verdade que a comiseração não passa de um sentimento obscuro e vivo no homem selvagem, desenvolvido, mas fraco no homem civil, o que importaria essa ideia para a verdade do que digo, senão para dar-lhe mais força? Com efeito, a comiseração será tanto mais enérgica quanto mais intimamente o animal espectador se identificar com o animal sofredor. (ROUSSEAU, 1993, p. 171-172).

E, em relação ao princípio da piedade, Rousseau define : “[...] nos leva a socorrer, sem refletir, aqueles que vemos sofrer; é ela que no estado de natureza substitui leis, costumes e virtude, com a vantagem de ninguém ficar tentado a desobedecer-lhe [...]”. (ROUSSEAU, 1993, p. 172).

Então, podemos concluir, segundo o autor, que o homem natural, apesar de sua vida extremamente simples no estado de natureza e de ser possuidor de características como o individualismo, a liberdade, e nenhuma necessidade de seus semelhantes, era conhecedor da paz e tinha o corpo repleto de saúde, pois estava ausente de todos os vícios e dos maus costumes da sociedade de sua época, cujos maus costumes, já desenvolvemos alguns no capítulo I em relação à infância. Logo, o homem natural, enquanto reflexo de sua própria natureza humana que nos destinou a sermos sãos, conforme Rousseau explica, era dotado de saúde, e não padecia dos males da vida social, como de diversas doenças, possivelmente oriundas de uma sociedade viciosa.

Percebemos, neste estudo, que estes vícios se estenderão até às crianças, haja vista que influenciavam diretamente a educação equivocada existente na época, executada por esse adulto vicioso que não sabia atuar de acordo com as verdadeiras necessidades das crianças. Comprovamos, que uma possível solução para a cura destes males ocorrerá através da prática da educação natural proposta por Rousseau, pois uma vez submetidas a ela, em se tratando da primeira e da segunda infância, foco desse estudo, assim como o Emílio, terão uma grande possibilidade de não se corromperem no transcorrer desse processo educacional, como também no momento de se inserirem e viverem na fase adulta em sociedade. Então, a educação natural objetiva preservar a saúde e a bondade natural do ser humano, já a partir da infância, preparando-o assim para o seu ingresso na vida em sociedade, através de um corpo robusto, vigoroso e saudável, visto que assim, não se corromperá facilmente.

Almeida Júnior (2011), a respeito do homem em estado de natureza, comenta que ele possui então somente duas paixões naturais, conforme Rousseau descreve, que são o amor de si e a piedade natural. Neste contexto, o amor de si somente se desenvolverá ou se degenerará em amor próprio em estado de sociedade, sentimento esse compreendido hoje, como egoísmo ou egocentrismo. Em nota, o autor explica que, na linguagem psicológica atual, se utiliza o termo “egoísmo” normalmente como algo mais próximo ao conceito de amor de si em Rousseau e, já à expressão “egocentrismo”, reserva-se um sentido mais próximo ao do amor próprio. Mas, à piedade natural, está reservada a condição de gérmen de todas as possíveis virtudes sociais que, ao se desenvolverem, segundo as escolhas do homem, darão origem à bondade, à alteridade, e à humildade, na qual conclui-se que, de fato, estas são duas paixões pouco ativas no homem natural, visto que não se desenvolviam pela falta de sociabilidade. Todavia, logo em seguida, no caminhar do homem para a vida em sociedade, haverá um segundo momento para ele, na qual seus sentimentos e sua razão se desenvolverão, enquanto resultado de um progresso moral, na qual ele se ingressará numa espécie de “idade de ouro”, momento esse então, não considerado o modelo inaugural de homem superior na face da Terra. A partir destes momentos, no transcorrer da existência do homem no planeta, percebe-se, segundo Almeida Júnior, que tempo e história não caminham juntos para Rousseau, pois no segundo momento, a espécie já estava velha sobre a terra, mas os homens ainda permaneciam na infância.

2.2. A Sociedade Civil e a Desigualdade em Rousseau

Deste modo, o homem natural, de acordo com Rousseau, caminhará para a sociedade civil, impulsionado possivelmente por fatores externos, que causaram transformações na natureza, como inundações ou tremores de terra. Estas transformações ocasionarão novas condições de vida no globo, como também na vida do homem primitivo, que necessitará então se adaptar para sobreviver: “Tudo começa a mudar de face. Os homens, até então errantes pelos bosques, depois de adquirirem uma situação mais fixa, aproximam-se lentamente, reúnem-se em diversos grupos e formam por fim, em cada região, uma nação particular [...]” (ROUSSEAU, 1993, p. 187).

Então, pela necessidade de respostas a estas novas condições ambientais e de vida, o mecanismo de perfectibilidade do homem primitivo irá se despertar, e a partir dele, suas demais habilidades adormecidas, como por exemplo, a de um idioma em comum:

Grandes inundações ou tremores de terra cercaram de águas ou de precipícios algumas terras habitadas; revoluções do globo separaram e cortaram em ilhas porções do continente. Concebe-se que, entre homens assim aproximados e forçados a viverem juntos, deve ter se formado um idioma comum, mais depressa do que entre aqueles que perambulavam livremente pelas florestas da terra firme. Assim, é muito possível que, depois de suas primeiras tentativas de navegações, alguns insulares tenham trazido a nós o uso da palavra, sendo pelo menos muito verossímil que a sociedade e as línguas tenham nascido nas ilhas e nelas se aperfeiçoado antes de serem conhecidas no continente. (ROUSSEAU, 1993, p. 186-187).

Sobre estas transformações do estado de natureza e do homem primitivo, no segundo *Discurso* de Rousseau, Salinas Fortes assim interpreta:

Fixado esse grau zero na evolução da espécie, cabe agora reconstituir o processo ambivalente de transformações que, mediante a ação da perfectibilidade, conduzirá a um desenvolvimento brilhante das faculdades humanas e, ao mesmo tempo, a uma perversão de suas disposições primitivas. De uma condição de integração com a natureza circundante e de independência de seus semelhantes, o homem evoluirá para uma situação de independência da natureza e de dependência em relação a outro homem. Ao longo desse processo veremos, sob os pontos de vista físico, metafísico e moral, o retrato já traçado sofrer uma desfiguração gradativa até se ajustar às aparências do civilizado. (FORTES, 1996, p. 58).

O homem primitivo seguirá para a vida em sociedade, em que surgidas as primeiras dificuldades como a de luta pela sobrevivência, por exemplo, ele deverá necessariamente exercitar a sua criatividade pessoal para superá-las. Logo, com este exercício, ou seja, uma espécie de reflexão constante, já que ele está no processo do despertar de suas habilidades adormecidas a partir da perfectibilidade, ele adquirirá, então, um maior conhecimento de si mesmo e do outro:

Tal foi a condição do homem nascente; tal foi a vida de um animal limitado inicialmente às puras sensações e que, aproveitando-se apenas os dons que lhe oferecia a natureza, estava longe de pensar em extrair-lhe alguma coisa. Mas logo se apresentaram dificuldades e foi preciso aprender a vencê-las: a altura das árvores que o impedia de alcançar-lhe os frutos, a concorrência dos animais que procuravam alimentar-se deles, a ferocidade daqueles que lhe atacavam a própria vida, tudo o obrigou a aplicar-se aos exercícios do corpo; teve de ficar ágil, veloz na corrida e vigoroso no combate. As armas naturais, que são os galhos de árvore e as pedras, logo se encontraram em sua mão. Aprendeu a superar os obstáculos da natureza, a combater quando necessário os outros animais, a disputar sua subsistência com os próprios homens, ou a compensar-se do que tinha de ceder ao mais forte. (ROUSSEAU, 1993, p. 182).

Ainda, com o início desta convivência social, atitudes novas negativas também se manifestarão no ser humano, como a comparação, que fará nascer o sentimento de orgulho e, logo, os movimentos de disputas entre si, visto que alguns desejam se sentir o melhor entre todos, despertando também como consequência, o amor próprio e a desvalorização do sentimento de piedade. Então, infelizmente na vida em sociedade, o homem caminhará para a perda da inocência:

Foi assim que o primeiro olhar que dirigiu a si mesmo produziu-lhe o primeiro movimento de orgulho; foi assim que, mal sabendo ainda distinguir as categorias, e contemplando-se como o primeiro de sua espécie, preparava-se de longe para pretender-se o primeiro como indivíduo. (ROUSSEAU, 1993, p. 183).

Quanto ao aspecto moral na vida em sociedade, no que concerne ao despertar do amor próprio no homem, conforme a exposição de Rousseau, Salinas Fortes comenta:

O “amor próprio”, paixão que acaba por predominar no homem civilizado, é a grande criação, considerando-se o ponto de vista moral. É essa paixão destruidora que responde, em última instância, pelo estado de verdadeira alienação, de saída de si e da própria órbita que caracterizará a vida na sociedade “civilizada”. Transformando-se em verdadeiro “furor de se distinguir”, essa paixão leva o civilizado a prezar acima de tudo as honrarias, a reputação e a opinião alheia. Retomando uma fórmula expressiva do filósofo: enquanto o selvagem “vive em si mesmo”, o “homem sociável”, sempre fora de si, só sabe viver baseando-se na opinião dos demais. (FORTES, 1996, p. 65).

Dando continuidade ao caminhar do homem para a vida em sociedade, conforme Rousseau descreve, no que diz respeito à ocorrência de relações um pouco mais duradouras dos homens entre si, o autor explica que começam a surgir condições para a instauração de um vínculo, ainda não efetivo, definido como o das associações livres:

Instruído pela experiência que o amor do bem-estar é o único móbil das ações humanas, encontrou-se em condições de distinguir as raras ocasiões em que o interesse comum devia fazer com que contasse com a assistência de seus semelhantes, e aquelas, mais raras ainda, em que a concorrência devia fazer com que desconfiasse deles. No primeiro caso, unia-se com eles em bando, ou quando muito em alguma espécie de associação livre que não obrigava ninguém e não durava mais que a necessidade passageira que a formara. No segundo, cada qual procurava obter suas vantagens, quer abertamente à força, se acreditasse possuí-la, quer por habilidade e sutileza, caso se sentisse mais fraco. (ROUSSEAU, 1993, p. 184).

Daí por diante, os progressos se acumularão desembocando numa nova revolução técnica, que são as construções de cabanas, de onde surgirão as condições materiais para criarem-se as famílias, agora com um vínculo mais duradouro entre os indivíduos:

Quanto mais se esclarecia o espírito, mais se aperfeiçoava o engenho. Logo, deixando de adormecer embaixo da primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, descobriram alguns tipos de machados de pedras duras e cortantes, que serviram para cortar madeira, escavar a terra e fazer choupanas de ramagens, que depois tiveram a ideia de revestir de argila e lama. Essa foi a época de uma primeira revolução que formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade, da qual nasceram talvez muitas brigas e combates. No entanto, como os mais fortes foram provavelmente os primeiros a fazer habitações que se sentiam capazes de defender, é de se crer que os fracos julgaram mais rápido e mais seguro imitá-los do que tentar desalojá-los; e, quanto àqueles que já possuíam cabanas, nenhum deles deve ter procurado apropriar-se daquela do vizinho, não tanto por ela não lhe pertencer, mas por lhe ser inútil e por não poder apoderar-se dela sem expor-se a um combate violento com a família que a ocupava. (ROUSSEAU, 1993, p. 185).

E, logo após, haverá uma sociedade começada, através da reunião destas famílias entre si, que se identificarão pelos costumes e não ainda pelas leis, ou seja, pelo mesmo gênero de vida, alimentos e clima:

Os primeiros desenvolvimentos do coração decorreram de uma situação nova que reunia numa habitação comum os maridos e mulheres, os pais e os filhos. O hábito de viver junto fez nascer os mais doces sentimentos porventura conhecidos pelos homens, o amor conjugal e o amor paterno. Cada família tornou-se uma pequena sociedade, ainda mais unida por serem o apego recíproco e a liberdade os seus únicos vínculos; foi então que se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver dos dois sexos, que até então tinham apenas uma. (ROUSSEAU, 1993, p. 185).

Assim, a partir do instante em que se começa uma efetiva convivência social entre os homens, o autor diz que surgirá a necessidade de se fixarem em um determinado lugar, surgindo como consequência a propriedade privada, que originará a sociedade civil, de fato e, também, será responsável pelo início da desigualdade social, visto que alguns adquirirão maiores riquezas do que outros nessa sociedade. Logo, neste momento, devido ao início e à acentuação das diferenças que acontecerão no transcorrer do tempo, nascerá entre os homens a ideia de consideração, em que vinganças e crueldades se tornarão comuns e diárias.

Cumprir observar, porém, que a sociedade iniciada e as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diferentes daquelas que deviam à sua constituição primitiva; que, começando a moralidade a introduzir-se nas ações humanas, e sendo cada qual, antes das leis, o único juiz e vingador das ofensas recebidas, a bondade conveniente ao puro estado de natureza já não convinha à sociedade nascente; que as punições deviam tornar-se mais severas

à medida que as ocasiões de ofender ficavam mais frequentes e que competia ao terror das vinganças ficar no lugar do freio das leis [...]. (ROUSSEAU, 1993, p. 188-189).

Todavia, apesar de as mudanças do homem natural no contexto da sociedade nascente, essa será considerada ainda o momento de juventude do mundo, quer dizer, a época mais feliz e melhor para o homem, mas que será gradativamente eliminada, com a intensificação das desigualdades na introdução da propriedade privada:

Assim, embora os homens houvessem ficado menos tolerantes e a piedade natural já houvesse sofrido certa alteração, esse período do desenvolvimento das faculdades humanas, mantendo-se no exato meio-termo entre a indolência do estado primitivo e a petulante atividade de nosso amor-próprio, deve ter sido a época mais feliz e duradoura. Quanto mais refletimos sobre isso, mais achamos que esse estado era o menos sujeito às revoluções, o melhor para o homem, e que deve ter saído por algum funesto acaso que, para a utilidade comum, nunca deveria ter sucedido. O exemplo dos selvagens, que foram quase todos encontrados nesse ponto, parece confirmar que o gênero humano era feito para permanecer sempre nele, que tal estado é a verdadeira juventude do mundo e que todos os progressos posteriores foram, aparentemente, outros tantos passos rumo à perfeição do indivíduo e, efetivamente, dirigiam-se à decrepitude da espécie. (ROUSSEAU, 1993, p. 189).

Então, considerando esta nova sociedade iniciada, surgirá uma nova revolução tecnológica, com a invenção da metalurgia e da agricultura, definidas por Rousseau, como as primeiras ocupações profissionais: “A metalurgia e a agricultura foram as duas artes cuja invenção produziu essa grande revolução. Para o poeta, foram o ouro e a prata, mas, para o filósofo, foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e perderam o gênero humano.” (ROUSSEAU, 1993, p. 190).

Além disso, se antes a natureza satisfazia todas as necessidades do homem natural, agora com a cultura da terra, a ideia de propriedade privada se efetivará, de fato, uma vez que todas as coisas passarão a ter donos, o que resultará também, na necessidade de apropriação do trabalho alheio para a manutenção dessas propriedades. Rousseau explica:

Mas, a partir do instante em que um homem necessitou do auxílio do outro, desde que percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que cumpria regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e medrarem com as searas. (ROUSSEAU, 1993, p. 190).

Neste contexto, o autor também diz que somente a atividade do trabalho dará direito à propriedade, cuja posse proporcionará ao homem outros comportamentos negativos como o individualismo e a ostentação, pois o proprietário se sentirá exclusivo, ao mesmo tempo em que os mais aptos se apropriarão também do trabalho alheio como foi citado, sentindo-se assim, superiores e melhores, em relação aos menos favorecidos: “[...] é impossível conceber a ideia de que a propriedade nascesse de algo que não a mão de obra [...]”. (ROUSSEAU, 1993, p. 192).

Então, podemos comprovar que a desigualdade moral ou política, descrita por Rousseau no segundo *Discurso*, não é naturalmente dada, mas estabelecida e consentida pelos próprios homens no seu processo de evolução histórica. Em suas reflexões sobre esta situação, Rousseau explica que:

As coisas nesse estado poderiam ter permanecido iguais se os talentos fossem iguais e se, por exemplo, o emprego do ferro e o consumo de alimentos estivessem sempre em perfeito equilíbrio. Porém, a proporção que nada mantinha logo foi rompida; o mais forte realizava mais obras; o mais esperto tirava melhor partido da sua; o mais engenhoso encontrava meios de abreviar o trabalho; o lavrador tinha mais necessidade de ferro, ou o ferreiro mais necessidade de trigo e, trabalhando igualmente, um ganhava muito enquanto o outro labutava para viver. É assim que a desigualdade natural se desdobra insensivelmente com a desigualdade de combinação, e as diferenças dos homens, desenvolvidas pelas das circunstâncias, ficam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos, e começam a influir na mesma proporção sobre a sorte dos particulares. (ROUSSEAU, 1993, p. 192-193).

Assim, a partir deste momento, com a desigualdade social cada dia mais evidente na sociedade civil, a maioria dos homens de forma gradativa se tornarão mais viciosos, ou seja, competitivos, interesseiros, dependentes uns dos outros, inseguros em relação às suas propriedades e temerosos por possíveis males que os outros lhes possam fazer, inclusive às suas próprias vidas. Logo, surgirá entre ricos e pobres um estado permanente de violências, que significará para a humanidade uma ameaça à sua própria sobrevivência.

Sobre esta realidade, Rousseau também explica:

Foi assim que, tendo os mais poderosos ou os mais miseráveis feito de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem alheio, equivalente, segundo eles, ao da propriedade, a igualdade rompida foi seguida pelas mais terríveis desordens; foi assim que as usurpações dos ricos, as pilhagens dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, ao abafarem a piedade natural e a voz ainda fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus. Levantava-se entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante um conflito perpétuo que só terminava por combates assassínios. À sociedade nascente seguiu-se um terrível estado de guerra; o gênero humano, aviltado e desolado, já não podendo voltar atrás nem renunciar às infelizes aquisições que fizer e trabalhando apenas para a sua vergonha, pelo

abuso das faculdades que o dignificam, colocou a si mesmo às portas de sua ruína. (ROUSSEAU, 1993, p. 195).

Considerando, então, esta sociedade repleta de violências e de muitos vícios, o autor proporá a ideia de um acordo que estabeleça leis e regulamentos, para que todos se respeitem, objetivando substituir a guerra pela paz social. Porém, as leis que regularão as sociedades criarão um homem artificial completamente distante do homem simples e saudável do estado de natureza, ao mesmo tempo em que elas legitimarão as desigualdades já existentes, decorrentes das ações humanas:

“Unamo-nos”, disse-lhes, “para resguardar os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada qual a posse do que lhe pertence. Instituíamos regulamentos de justiça e de paz aos quais todos sejam obrigados a adequar-se, que não abram exceção a ninguém e reparem de certo modo os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos. Em suma, em vez de voltarmos nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, rechace os inimigos comuns e nos mantenha numa concórdia eterna.” (ROUSSEAU, 1993, p. 197).

Enfim, no processo de mudanças e consolidação das relações sociais na sociedade civil nascente, haverá o estabelecimento dos magistrados, particulares que custodiam a autoridade pública, até que novas revoluções surjam e mudem essa realidade. Dito de outra forma, essa mudança acontece, até que resgatem a paz e a vida saudável antes pertencente ao ser humano e que foi perdida através dos vícios e maus costumes desenvolvidos na sociedade civil, na evolução da desigualdade social:

Se seguirmos o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, verificamos que o estabelecimento da lei e do direito de propriedade foi seu primeiro termo; a instituição da magistratura, o segundo; e que o terceiro e último foi a mudança do poder legítimo para arbitrário. Assim, o estado do rico e do pobre foi autorizado pela primeira época; o do poderoso e do fraco, pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e de escravo, que é o derradeiro grau da desigualdade e o termo a que chegam todos os outros, até que novas revoluções dissolvam totalmente o governo ou o aproximem da instituição legítima. (ROUSSEAU, 1993, p. 208-209).

E, então, após Rousseau descrever o processo evolutivo da corrupção e da desigualdade dos homens no interior da sociedade nascente, que originou maus hábitos na vida dos homens, como o egoísmo e o amor-próprio, o autor nos mostrará a possível cura desses males, através do seu projeto de educação natural do Emílio, em suas diferentes fases e idades, já a partir do

seu nascimento, uma vez que a educação da época para as crianças era equivocada e a responsável por perpetuar a condição viciosa dessa sociedade, pois elas se dirigiam corrompidas e doentes para a sociedade, conforme descrevemos no capítulo I, devido a cuidados muito negligentes por parte dos adultos, responsáveis por lhes debilitar fisicamente e conseqüentemente retirar-lhes a saúde.

Neste contexto, para compreendermos melhor a evolução da história da humanidade em Rousseau, Almeida Júnior (2011) fez um estudo sobre o movimento na história para o filósofo, mostrando que esse movimento não segue exclusivamente uma trajetória linear de declínio, defendida geralmente pela tradição crítica, ou seja, a trajetória na história para o filósofo é um movimento dinâmico de crescimento, de clímax e só posteriormente de declínio. Para tanto, torna-se preciso que conheçamos as três noções de tempo presentes na história em Rousseau, quais sejam: a noção de tempo da humanidade, abordado principalmente no segundo *Discurso*; a noção de tempo dos povos abordado no *Contrato Social* e; finalmente, a noção de tempo no homem presente na obra *Emílio*. Dentro destas noções de tempo, torna-se preciso também que compreendamos dois conceitos de temporalidade, que se fazem presentes de forma simultânea nestas três noções de tempo: o *Khronos*, o tempo que tudo devora e, o *Kairós*, considerado o momento oportuno, presente.

Assim, para chegar a este objetivo, Almeida Júnior (2011) parte da argumentação de que Rousseau ao elogiar modelos na história da humanidade, como Sócrates, Jesus, Licurgo, na qual o progresso do espírito humano, ou seja, o seu clímax coincidiu com o declínio e, do mesmo modo, ao considerar a grandeza de povos como Esparta e Roma, Genebra e Córsega, que tiveram um crescimento e um clímax, antes da queda, é difícil conciliar uma imagem única linear de história em declínio a esses modelos. Estes grandes homens e povos, antes do seu declínio, experimentaram os mais belos exemplos de nobres virtudes atingindo um clímax, como o amor ao próximo e o amor à pátria, para só depois experimentarem a queda.

No que diz respeito ao conceito de temporalidade *Khronos*, para compreendermos a não linearidade da história em Rousseau, Souza (*apud* Almeida Júnior 2011), cita a respeito da noção de *Khronos*, em que o termo *Crono*, foi por homonímia, identificado como o *Tempo* personificado, uma vez que, em grego, *khronos* é o próprio tempo. Então, Crono devora mutilando a Úrano ao estancar as fontes de vida, mas ao mesmo tempo gera, fecundando Réia, tornando-se ele próprio uma fonte de vida. Todavia, devora os próprios filhos, fazendo com que a metáfora do tempo devorador fique completa.

Quanto ao *Kairós*, Souza (*apud* Almeida Júnior 2011) explica que a noção grega de *Kairós*, ou ocasião oportuna, foi elaborada pela tradição médica e retórica. Na medicina, tratava-se de adaptar a terapêutica à situação particular de cada indivíduo e das circunstâncias do momento. Na retórica, dizia respeito à superioridade do discurso improvisado, que podia assim, tirar partido das reações do auditório.

E, ainda, em suas reflexões sobre o movimento da história em Rousseau, o mesmo autor comenta que, no primeiro e segundo *Discurso*, deparamo-nos com uma noção de história da humanidade que nos remete inevitavelmente à decadência, pois tudo que é relativo ao ser humano tende a acabar um dia, que é a noção de tempo, conforme o modelo de *Khronos*. No entanto, a decadência não é linear, e sim, uma parábola, pois o declínio não se remete aos primórdios da humanidade sobre a terra, mas em um segundo momento dela. No segundo *Discurso*, Rousseau realiza uma série de considerações até o surgimento da civilização, por exemplo, ao defender que o coração humano é bom por sua natureza e assim, discordando das obras de alguns filósofos neste aspecto, que não aceitavam a bondade natural do homem ao afirmarem, que ele se encontrava de fato, em um estado miserável. Nesta obra então, há um predomínio do tempo enquanto *khronos*, uma vez que há uma decadência inevitável do gênero humano, que nem mesmo os melhores médicos e retóricos não puderam evitar, porém, nota-se que a trajetória do tempo é parabólica.

Em se tratando do segundo *Discurso*, Almeida Júnior (2011) comenta que Rousseau ao fazer uma metáfora entre o corpo político e o corpo humano, no que diz respeito ao tempo, afirma que não podemos aumentar o tempo de vida dos homens, como também do corpo político devido à inevitável morte, porém é possível adquirir-se ao menos uma boa constituição para prolongá-los. Assim, os homens e os povos que nasceram e se formaram melhor constituídos terão maiores chances de viverem mais, caso alguns acidentes de percurso não precipitem o seu fim. E, é importante ressaltar, segundo o autor, que se na história da humanidade o tempo dominante é o *Khronos*, no tempo dos povos e do homem, é possível uma intervenção do *Kairós*, que se concretizará segundo Almeida Júnior (2011), na ação do legislador em se tratando do *Contrato social* e do preceptor na obra *Emílio*, pois eles deverão agir em momentos oportunos, para atingirem o seu objetivo. Segundo Rousseau, a vida do homem torna-se assim, o modelo a partir do qual a vida da humanidade e dos povos será definida. Logo, a metáfora entre corpo humano e corpo político reveste-se de fundamental importância para a compreensão do pensamento ético e político de Rousseau. Cabe ao legislador investigar quais tipos de leis o povo está mais apto para receber no

momento, assim como cabe ao educador, em se tratando do *Emílio*, verificar se o aluno está em condições de aprender as lições.

Assim, Almeida Júnior (2011) argumenta que o *kairós* do legislador é semelhante ao do preceptor. As etapas dos povos e do homem deverão ser levadas em consideração por serem próprias, ou seja, por possuírem um estatuto ontológico próprio, senão toda a obra a ser realizada, nos povos e homens, ficará perdida.

Deste modo, a partir do primeiro livro da obra *Emílio*, investigamos, na sequência, o que Rousseau propõe para a primeira infância, apoiado nos princípios da educação natural, ao denunciar o modo cruel como as crianças eram educadas e tratadas em sua época, visto que esse tratamento que recebiam lhes proporcionavam muitos danos.

2.3. A primeira infância

Ao adentrarmos a obra *Emílio*, ressaltamos que o livro primeiro traz como tema o desenvolvimento da criança na fase do seu nascimento até a idade de dois anos, a primeira infância, que é a idade das necessidades da criança e dos cuidados do adulto em relação à infância, cujos cuidados educacionais, segundo o autor, deverão seguir os princípios da educação natural, descritos na obra por Rousseau.

Nesta obra em questão, Cerizara (1988) comenta que Rousseau abordará o seu projeto de educação a partir de um preceptor e de um aluno integrantes de uma sociedade corrompida, em que percebemos, já a partir dessa atitude de Rousseau, um estranho paradoxo, ou seja, educar Emílio em uma sociedade corrompida. Assim, a autora diz que é a partir das contradições existentes pela convivência dos opostos na vida do homem, que se tornará possível entendermos o discurso de Rousseau, quais sejam: o conflito entre a vontade e a necessidade, entre o homem da natureza e o homem social e, entre o individual e o social. Ela explica que o mais essencial estará em tratar estas contradições na busca da complementaridade entre elas, ou seja, é pela afirmação dos contrários que Rousseau tentará superá-los.

Neste contexto, podemos citar Dalbosco (2011), ao comentar que as ideias de Rousseau presentes no *Emílio* referentes à educação natural são, de fato, de fundamental importância nos seus ideais políticos-morais. Porém, segundo o autor, Rousseau não elabora sistematicamente tal projeto, oferecendo no *Emílio* apenas um esboço desarticulado de conceitos e princípios centrais referentes à educação natural para a criança durante o seu desenvolvimento cognitivo-moral, do seu nascimento até o seu ingresso efetivo na fase adulta.

O mesmo autor comenta que o esboço do projeto de uma educação natural em Rousseau estará então constituído pela tensão vinda do confronto entre os conceitos de sociedade e de homem, ou seja, o conceito de sociedade partirá, por exemplo, da premissa da sociabilidade humana radicada na tensão entre os dois tipos profundamente humanos de sentimentos, que são o amor de si mesmo e o amor-próprio. Uma vez afirmada a sociabilidade racional, o sentimento natural do amor de si mesmo só poderá ser rompido por meio do seu confronto com o sentimento do amor-próprio, do mesmo modo que a piedade só poderá adquirir conteúdo moral, quando posta frente a frente também com o egoísmo racional do amor-próprio. Para Rousseau, a tarefa mais elementar e mais natural do projeto consiste em exteriorizar esta tensão entre os dois tipos humanos de sentimentos e deixar claro aos envolvidos do processo pedagógico que a formação humana não é uma determinação somente externa e estranha aos envolvidos, mas depende também de suas decisões e opções.

Como afirma Rousseau, a educação natural, então, terá como meta principal promover às crianças uma educação voltada às suas reais necessidades enquanto crianças, por adultos que deverão praticar os seus princípios, como os preceptores da época, os próprios pais de preferência e, também, as amas de leite, quando no caso de assumirem os cuidados com os bebês, um costume da época. Portanto, esta educação terá como diferencial a conscientização destes adultos diante das reais necessidades da criança, que se iniciará então, já a partir do respeito a todas elas em cada uma das fases respectivas ao seu processo de desenvolvimento, uma vez que cada criança, como suas fases são distintas. Logo, no processo educacional, os adultos não podem simplesmente querer moldá-las segundo as suas intenções e vontades egoístas, visto que as prejudicam e as descaracterizam enquanto crianças, que era justamente o que se passava em suas vidas, uma vez que, na evolução da sociedade civil, vimos que sentimentos como o orgulho e o amor próprio nasceram nos homens, originando-lhes vícios e maus costumes, como esse egoísmo para com a criança da época. Então, já começamos a perceber de acordo com o que foi desenvolvido até agora, que as ações humanas apoiadas no orgulho e no egoísmo, principalmente, na vida em sociedade, contribuíram para gerar e

agravar diversas doenças, inclusive para as crianças, que se ingressavam na sociedade doentes. Então, podemos citar Rousseau:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore em seu jardim. (ROUSSEAU, 2004, p. 7).

Assim, Rousseau, ao evidenciar o modo como as crianças eram educadas em sua época, comenta que isso já ocorria desde muito tempo, uma vez que muitos protestavam contra a prática educacional existente, porém sem se preocuparem em propor algo melhor. E, infelizmente, quanto mais se tentava compreender este caminho, mais se ficava perdido, principalmente no que diz respeito à educação na infância. Em suas reflexões sobre esta realidade, Rousseau explica:

Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem. Eis o estudo a que mais me apliquei, para que, mesmo que meu método fosse quimérico e falso, sempre se pudessem aproveitar minhas observações. Posso ter visto muito mal o que se deve fazer, mas acredito ter visto bem o sujeito sobre o qual se deve agir. Começai, pois, por melhor estudar vossos alunos, pois com toda a certeza não os conheceis; ora, se lerdes este livro dentro desta perspectiva, creio que ele não carecerá de utilidades para vós. (ROUSSEAU, 2004, p. 3-4).

Nesta perspectiva, então, o projeto de uma educação natural no *Emílio*, quando direcionada às respectivas fases da infância através da intervenção educacional do adulto, que não poderá ser nem espontânea e nem autoritária, já que é a educação do homem natural, diz respeito principalmente à proposta de formação de uma criança que deverá ser respeitada no seu mundo, no seu tempo de criança, ou seja, que não poderá ser tratada como um adulto em miniatura. Posteriormente, um dos resultados desta educação será a formação de um cidadão autônomo e soberano na vida em sociedade, visto que Rousseau objetiva formar um homem saudável e bem formado para conseguir viver sem se corromper numa sociedade politicamente organizada e infelizmente muito corrompida e, não para viver de forma isolada. “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Aquele de nós que melhor souber suportar os bens e os males desta vida é, para mim, o mais bem educado; [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 15).

Dalbosco (2011), porém, comenta que, no projeto da educação natural de Rousseau, conseguir evitar os lados opostos de uma prática pedagógica inconsequente, a saber, a do autoritarismo e do espontaneísmo, será o núcleo argumentativo de uma possível abordagem sistemática nas inúmeras e desconexas ideias expostas no *Emílio*, voltadas à justificação dessa educação:

O problema consiste em saber, portanto, se com tal projeto ele não estaria determinando prévia e até autoritariamente à criança, por meio da ação do adulto, aquilo que ela deveria conquistar livre e criativamente e, uma vez ocorrendo isso, seu projeto usurparia da criança o aspecto livre e espontâneo de seu desenvolvimento. A questão desconcertante reside em saber o que garante legitimidade ao próprio ideal de autonomia vertido ao mundo da criança, uma vez que ele é claramente uma formulação adulta. Com a posição deste problema alcançamos, sem dúvida, uma das tensões centrais não só do projeto de educação natural de Rousseau, como também da própria pedagogia iluminista moderna como um todo. (DALBOSCO, 2011, p. 142).

Comprovamos, portanto, que a prática da educação natural, proposta por Rousseau, principalmente nesta fase inicial de zero a dois anos e nas fases posteriores, será de fato muito importante na vida da criança. Rousseau nos mostra, no *Emílio*, que os cuidados com as crianças principalmente nesta fase, eram péssimos, sendo inclusive os responsáveis por adoecê-las, pois eram realizados apoiados em maus hábitos muito comuns na época, como exemplo, os enfaixamentos. Esses pretensos cuidados proporcionavam às crianças transtornos irreparáveis e até mesmo a própria morte, uma vez que, já a partir do seu nascimento, elas não eram o foco da atenção dos adultos: “Mas o que faz esse homem rico, esse pai de família tão ocupado e forçado, segundo ele mesmo, a deixar seus filhos abandonados? Paga outro homem para realizar esses trabalhos que são de sua obrigação.” (ROUSSEAU, 2004, p. 27).

Então, nesta obra, a partir de um aluno imaginário, o Emílio, Rousseau denuncia como a criança de sua época era tratada, tendo como referência a sociedade e com ela as ações do homem civil degenerados de seu tempo descritos principalmente no segundo *Discurso*. Essa criança era submetida a uma educação equivocada, e quem conseguisse sobreviver a esta realidade, caminharia para a sociedade, mantendo essa infeliz situação social. Mas, ao mesmo tempo, nesta obra, o autor faz a sua proposta de melhoria, através de uma correta educação a este homem civilizado, pelo modelo de educação a este aluno imaginário e solitário, do seu nascimento até a idade de 25 anos, em fases específicas. Este modelo de educação, segundo Rousseau, será de três tipos. Percebemos a partir dessa atitude, que sua postura é excepcionalmente inovadora, principalmente em relação à compreensão da educação de crianças no século XVIII.

Logo, sobre esta questão, o autor explica:

Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação. Essa educação vem-nos da natureza ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. (ROUSSEAU, 2004, p. 9).

Assim, nesta proposta de educação, primeiramente, vale destacarmos a educação da natureza para a primeira infância conforme Rousseau explica, pois garantirá possivelmente à criança uma formação melhor consolidada por estar apoiada em princípios corretos e também por se situar no âmbito familiar. Vale ressaltar que esta educação também estabelece inclusive orientações nutricionais à própria mãe em seu período gestacional, como também às amas de leite, quando no caso de elas assumirem os cuidados do futuro bebê, um costume da época. Logo, esta educação inicial deverá formar um bebê saudável, com um corpo físico robusto, uma vez que um corpo fraco pela ausência de saúde, na explicação do autor, debilita a alma. Isso comprova a fundamental importância dos cuidados adultos para a criança, principalmente nesta fase inicial de sua existência, cujos cuidados descrevemos neste estudo:

Seria preciso uma ama tão sadia de coração quanto de corpo: a intempérie das paixões pode, assim como a dos humores, alterar seu leite. Além disso, limitar-se ao físico é ver apenas a metade do objeto. O leite pode ser bom e a ama, má; um bom caráter é tão essencial quanto um bom temperamento. Se tomarmos uma mulher viciosa, não digo que a criança contrairá seus vícios, mas afirmo que ela não os sofrerá. Juntamente com o leite, não lhe deve ela cuidados que exigem zelo, paciência, doçura e limpeza? Se for gulosa, intemperante, logo terá gasto seu leite; se for negligente ou irritável, o que se tornará à sua mercê um pobre infeliz que não pode nem se defender, nem se queixar? Nunca, em qualquer coisa, os malvados são bons para algo de bom. (ROUSSEAU, 2004, p. 40).

Então, no que diz respeito à educação da natureza, Rousseau comenta que ela deveria ser praticada pelos próprios pais de preferência, visto que, para o autor, eles eram os melhores instrutores da criança, pois além da proximidade natural, havia o laço afetivo, que é importante para a formação do homem. Todavia, em se tratando do Emílio, ela ocorrerá através de um educador ideal, ou melhor, de um preceptor, que necessariamente deverá seguir a marcha da natureza, ou seja, conforme Rousseau introduz, da educação negativa, que é a educação que tem a preocupação de formar um homem virtuoso, ao impedi-lo, por exemplo, de adquirir inclinações negativas como o egoísmo e demais vícios:

Portanto, a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas de proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudésseis levar vosso aluno são e robusto até a idade dos doze anos sem que ele soubesse distinguir a mão esquerda da direita, desde vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão; sem preconceitos, sem hábitos, ele nada teria em si que pudesse obstar o efeito de vossos trabalhos. Logo se tornaria em vossas mãos o mais sábio dos homens e, começando por nada fazer, teríeis feito um prodígio de educação. (ROUSSEAU, 2004, p. 97).

Neste sentido, considerando a educação negativa, Almeida Júnior (2009) comenta que, de fato, o principal recurso para que a educação da natureza atinja o seu objetivo, conforme Rousseau descreve, é a educação negativa. Esta consiste em fechar as portas ao vício para que a virtude se manifeste. Logo, as primeiras lições para as crianças não devem ser os ensinamentos morais, mas sim a ação de impedi-las estrategicamente de assumirem os preconceitos da sociedade, cujo princípio deverá ser mantido na Educação Pública, demonstrando a sua importância para Rousseau.

Em se tratando do Emílio, seus educadores ideais serão sua ama de leite e o seu preceptor, cuja educação segundo Rousseau, começará então, já a partir do seu nascimento. E, é importante citarmos que estes cuidados, orientados por Rousseau, apoiados na educação natural, são nossa referência neste estudo, para todas as crianças da época e, inclusive, para as atuais em relação à saúde, visto que seu pensamento neste aspecto é muito atual, pois também nos dias de hoje, presenciamos inumeráveis pais negligentes em relação aos cuidados de seus filhos, em que a educação natural de Rousseau principalmente nas etapas iniciais, por preservar a saúde, seria uma medida necessária:

Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana. Aquele de nós que melhor souber suportar os bens e os males desta vida é, para mim, o mais bem educado; donde se segue que a verdadeira educação consiste menos em preceitos do que em exercícios. Começamos a nos instruir quando começamos a viver; nossa educação começa junto conosco; nosso primeiro preceptor é a nossa ama-de-leite. Assim, a palavra *educação* tinha entre os antigos um sentido diferente, que já não lhe damos: significava alimentação. *Educit obstetrix*, diz Varrão; *educat nutrix, instituit paedagogus, docet magister*⁸. A educação, a formação a instrução, portanto, são três coisas tão diferentes no que se refere ao seu objeto quanto a governanta, o preceptor e o professor. Estas distinções, porém, não são bem compreendidas e, para ser bem dirigida, a criança deve seguir um só guia. (ROUSSEAU, 2004, p. 15).

Para Rousseau, a melhor forma de educar a criança assim que nasce e nas fases posteriores, é seguir o caminho da natureza, ou seja, seguir o caminho do respeito e da

⁸ Segundo nota do tradutor: “A parteira põe no mundo, a ama cria, o pedagogo forma, o mestre ensina.”

compreensão de suas verdadeiras necessidades em suas diferentes fases e idades, o que implica então, em valorizar a natureza livre da criança, ainda não corrompida pela ação do adulto. Porém, ao levarmos em consideração a questão da liberdade na educação da criança, é importante ressaltarmos que essa liberdade deverá estar apoiada no bom senso do adulto, uma vez que a liberdade na educação exige regras e limites tanto na vida das crianças, como também na ação de quem as educa:

Ao nascer, uma criança grita; sua primeira infância passa-se chorando. Ora a sacodem e a mimam para acalmá-la, ora a ameaçam e lhe batem para que fique quieta. Ou lhe fazemos o que lhe agrada, ou exigimos dela o que nos agrada; ou nos submetemos às suas fantasias, ou a submetemos às nossas: não há meio-termo, ela deve dar ordens ou recebê-las. Assim, suas primeiras ideias são as de domínio e de servidão. Antes de saber falar ela dá ordens, antes de poder agir ela obedece e, às vezes, castigam-na antes que ela possa conhecer seus erros, ou melhor, cometê-los. É assim que cedo vertemos em seu jovem coração as paixões que depois imputamos à natureza, e após nos termos esforçado para torná-la má, queixamo-nos de vê-la assim. (ROUSSEAU, 2004, p. 25).

Neste contexto, podemos citar Dalbosco (2011), ao enfatizar que há, de fato, em Rousseau, um aspecto do conceito de natureza muito relevante à primeira infância, qual seja, o de disposição natural da criança, conceito esse ligado àquilo que ainda não foi modificado pela mão do homem. E, em se tratando daquilo que não lhe é natural, temos o surgimento do hábito, enquanto um comportamento criado socialmente. O desenvolvimento das potencialidades racionais no homem é também natural, e é importante sabermos, como esse desenvolvimento não será prejudicado pelo hábito, uma vez que tais disposições racionais só podem ser desenvolvidas juntamente com ele, que por sua vez, correrão o risco permanente de se desenvolverem numa direção deficiente ou totalmente corrompida. Logo, Dalbosco informa, que é justamente nesta tensão, que se mostrará o caráter aporético⁹ do projeto de uma educação natural em Rousseau, quer dizer que, para poder crescer como pessoa, a criança necessita se socializar entrando em contato com os hábitos dos adultos, todavia, ao mesmo tempo, correrá o risco de se corromper com eles, nesse contato.

Tendo como referência a educação natural, Rousseau denuncia os costumes desnaturados da época, mas, ao mesmo tempo, como foi citado, fornece orientações para a possível cura dos males e doenças desta sociedade corrompida, através de cuidados bem

⁹ Para Dalbosco (2011), em um de seus significados gregos, a aporia provém da dificuldade experimentada pelo emprego conflituoso de argumentos. Neste significado, está explícita a ideia de que uma argumentação aporética é logicamente contraditória que, por sê-la, conduz os argumentos a um caminho sem saída, tornando-os deste modo, inválidos.

direcionados, já a partir da primeira infância, pela educação do Emílio. Neste contexto, para a educação atingir os seus objetivos, o adulto deverá primeiramente respeitar a faixa etária da criança, para que ele possa assim, agir de tal modo a satisfazer as suas necessidades.

Desta forma, no contexto da educação para a criança existente na época, abordamos a princípio, a sua denúncia a respeito do costume de se enfaixar bebês, com as desastrosas consequências desta ação na saúde dessas pobres e inocentes crianças, como também, o que o autor propõe de solução como cuidados corretos para transformar essa realidade, segundo os princípios da educação natural. Rousseau comenta que, no seu tempo, as crianças ao nascerem, já tinham a sua liberdade comprometida, no sentido de terem panos de todo tipo atados ao seu delicado corpo, como bandagens, faixas, além de fraldas apertadas, de modo que a sua cabeça, os braços e as pernas ficavam excessivamente contidos. A criança nesta condição se tornava completamente imóvel, havendo casos em que a comprimiam de tal forma que lhe impediam inclusive de respirar, na qual pode-se acrescentar a isso tudo, o descuido na maior parte das vezes, de não deitá-la de lado para estimular as águas que naturalmente deveriam voltar por sua boca.

Então, segundo Rousseau, logo que a criança nascia, um dos cuidados iniciais que recebia dos seus responsáveis eram os enfaixamentos, um costume da época de amarrá-las a tal ponto de impedi-las inclusive de se moverem e que provocavam diversos prejuízos à sua saúde, pois eram contidas de tal forma que nem pareciam estar vivas. Diante deste terrível costume, Rousseau orienta que a criança, ao nascer, necessita é de esticar e mover os seus membros para assim estimular os movimentos e desenvolvê-los, uma vez que eles estiveram contidos no período da gestação:

Assim, o impulso das partes internas de um corpo que tende ao crescimento encontra um obstáculo insuperável para os movimentos que tal impulso requer dele. Continuamente a criança faz esforços inúteis que esgotam suas forças ou atrasam seu progresso. Ela estava menos apertada, menos embaraçada, menos comprimida no âmnio do que entre os cueiros; não percebo o que ela ganhou ao nascer. (ROUSSEAU, 2004, p. 17).

Sobre o costume dos enfaixamentos existentes na época, Tuan explica:

Em muitas sociedades, inclusive as européias, de épocas passadas, os meios usados para controlar as crianças chegavam à beira da crueldade extrema. O enfaixamento é um exemplo. Em diferentes partes do mundo era popular amarrar a criança com tais mecanismos restritivos. Enfaixar uma criança podia levar até duas horas. A vantagem para os adultos, entretanto, era enorme; uma vez que as crianças ficavam embrulhadas, os adultos não precisavam lhes dar atenção. As crianças enfaixadas tornavam-se passivas; choravam menos dormiam mais. Fontes

históricas dos séculos XVII e XVIII descrevem crianças em todo tipo de posições humilhantes. Às vezes eram colocadas durante horas atrás de um fogão quente, penduradas em cavilhas na parede, colocadas em banheiras e, em geral, depositadas como pacotes em qualquer canto conveniente. (TUAN, 2005, p. 48).

Deste modo, segundo Rousseau, este é um raciocínio característico do que ele denomina de falsa sabedoria do homem, pois em se tratando das crianças que eram criadas com a liberdade de seus membros, nunca se viu nenhuma que tivesse se contorcido e se deformado ao acaso por essa condição de liberdade e, que, se por algum motivo, alguma se encontrasse numa posição um pouco desconfortável, logo se ajeitava para livrar-se dessa posição, motivada pela dor:

Poderia um constrangimento tão cruel deixar de influir no humor e no temperamento? O primeiro sentimento das crianças é um sentimento de dor e de sofrimento; só encontram obstáculos em todos os movimentos de que precisam; mais infelizes do que um criminoso agrilhado, fazem vãos esforços, irritam-se, gritam. Dizeis que seus primeiros sons são choros? Acredito, vós as contrariais desde o nascimento. Os primeiros presentes que recebem são torturas. Não tendo nada de livre a não ser a voz, como não se serviriam dela para se queixarem? Gritam pela dor que lhes provocais: garroteados do mesmo modo, gritaríeis mais forte ainda. (ROUSSEAU, 2004, p. 18).

Rousseau diz que este costume desnaturado surgiu e se intensificou principalmente a partir do momento em que as mães não quiseram mais amamentar os seus filhos, outro mal costume da época, e transferiram esta responsabilidade a mulheres alheias, as amas de leite, que, para minimizarem os seus esforços nos pretensos cuidados diários aos bebês, faziam os enfaixamentos amarrando-os bem e os pendurando ou os deixando em algum lugar de sua casa para fazerem outros serviços domésticos, já que assim completamente inertes não incomodariam tanto, sem se preocuparem com o desconforto e com as consequências terrivelmente prejudiciais dessa prática à saúde deles:

Estas mães meigas que, livres dos filhos, alegremente se entregam às diversões da cidade, será que sabem que tratamento a criança enfaixada recebe na aldeia? À primeira confusão que acontece, suspendem-na a um prego como um saco de roupas e, enquanto, sem pressa, a ama cuida de seu trabalho, a infeliz permanece assim crucificada. Todas as que foram encontradas nessa situação estavam com o rosto roxo; como o peito fortemente comprimido não deixava passar o sangue, ele subia à cabeça; enquanto isso, acreditava-se que o condenado estivesse muito bem por não ter forças para gritar. Não sei quantas horas uma criança pode permanecer nessa situação sem perder a vida, mas não creio que isso possa durar muito. Eis aí, penso eu, uma das maiores comodidades de se enfaixarem as crianças. (ROUSSEAU, 2004, p. 19).

O filósofo exemplifica que se os enfaixamentos fossem necessários, de fato, inclusive os cachorrinhos e os gatinhos também precisariam desse costume desnaturado, porém isso não se passava com eles, pois se desenvolviam sugando o leite da mãe e fortalecendo o seu corpo soltos na natureza. Todavia, apesar de as crianças serem mais pesadas, fracas e mal conseguirem se mover, em relação a estes animais, não se justificava contê-las através de panos, pois justamente por essa condição física, elas não poderiam se autoprejudicarem.

Neste contexto, Rousseau realiza outra grave denúncia, que são as mães que entregavam os filhos a outras mulheres, para se divertirem na cidade ou simplesmente ficarem ociosas, sem se preocuparem com o tratamento e com o sofrimento a que eles estavam submetidos, pelos enfaixamentos, da sua ausência física como também do seu leite. Segundo o autor, o preço que a maioria das crianças pagavam neste tratamento absurdo era com a própria vida, visto que as crianças penduradas comprimiam fortemente o seu peito e não deixavam circular o sangue, além de estarem desnutridas pela falta do leite materno. Então, ao utilizar-se do leite das amas e mesmo de outros animais, para a saúde do bebê, essa suposta amamentação era insuficiente, uma vez que, além do leite materno, o amor de mãe é insubstituível: “Outras mulheres e até animais, poderão dar-lhe o leite que a mãe recusar, mas a solicitude materna não se pode substituir.” (ROUSSEAU, 2004, p. 21).

O aleitamento materno, presente desde o nascimento da raça humana e também na atualidade, oferece o alimento nutricional mais adequado para o lactente, ao fornecer uma proteção importante contra a desnutrição, a diarreia, as doenças respiratórias, a meningite e a própria mortalidade infantil. Logo, segundo as normas emitidas pela OMS (Organização mundial de saúde), a criança deve receber somente leite materno, excluindo mesmo água suplementar e chás até os 4 e 6 meses de idade, período em que o leite materno satisfaz inteiramente todas as suas necessidades nutricionais. Posteriormente, outros alimentos deverão ser acrescentados aos poucos ao leite materno, para satisfazer as crescentes necessidades nutricionais do bebê. E, depois de completar um ano de idade, a criança poderá comer os mesmos alimentos que os demais membros da família. Recomenda-se continuar o aleitamento materno até os seus 2 anos de idade. (ROUQUAYROL, 1993).

Rousseau também denuncia que as mulheres, além de não assumirem os cuidados devidos com os seus filhos, infelizmente chegaram ao ponto de não mais querer gerá-los, já que o papel de ser mãe era incômodo e vinha contra os seus interesses como de compromissos sociais, a começar pela ação natural de amamentá-los. E, se por acaso surgisse um pouco de

interesse em alguma mãe na rara tarefa de amamentar, Rousseau comenta que, mães, maridos e principalmente médicos estavam de prontidão para desencorajá-la: “Vi algumas vezes [...] mulheres jovens que fingem querer amamentar os filhos. Sabem como fazer para serem instadas a desistir dessa fantasia: habilmente chamam a intervenção dos médicos, principalmente das mães.” (ROUSSEAU, 2004, p. 20).

E, desta prática desnaturada de mandar o filho ser amamentado, cuidado por outra, Rousseau também comenta que, a mulher, ao agir assim, dividindo o seu direito de ser mãe, a condição do filho de ser filho, também passa a ser dividida, pois a criança irá se apegar a outra mulher, tanto quanto se apegaria a quem a gerou. Logo, um hábito que muda radicalmente a natureza na forte relação entre mãe e filho, uma vez que o amor materno, segundo Rousseau, é insubstituível e, no caso destas crianças sobreviverem às amas de leite, muito de sua própria natureza também terá se modificado, o que será notado, por exemplo, ao retornarem ao seu lar de origem, visto que se sentirão estranhas diante de seus pais biológicos: “Mas deve a questão ser encarada apenas do lado físico? Terá a criança menos necessidade de uma mãe do que de suas tetas?” (ROUSSEAU, 2004, p. 21).

Enquanto solução possível para transformar esta realidade, Rousseau diz que, a partir do momento em que as mães resgatarem a sua verdadeira natureza materna, uma das propostas da educação natural, já a partir da primeira infância e se propuserem de fato a amamentar, a cuidar de seus filhos, ou seja, de simplesmente cumprirem o maravilhoso papel que a natureza lhes premiou de serem mães, exigência da educação nessa fase, isso tudo começará a se modificar, pois os sentimentos da natureza que estavam esquecidos e abafados em seus corações, estimulados por uma sociedade repleta de maus hábitos e costumes, se despertarão:

Mas se as mães se dignarem a amamentar seus filhos, os costumes reformar-se-ão por si mesmos, e os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações. O Estado irá repovoar-se. Este primeiro ponto, apenas este ponto irá reunir tudo. Os atrativos da vida doméstica são o melhor contraveneno para os maus costumes. A agitação das crianças, que acreditamos importuna, tornar-se-á agradável; ela torna o pai e a mãe mais necessários, mais queridos um pelo outro reata entre eles os laços conjugais. Quando a família é viva e animada, os trabalhos domésticos constituem a mais cara ocupação da mulher e o mais doce divertimento do marido. Assim, apenas da correção desse abuso logo decorreria uma reforma geral, logo a natureza teria reassumido todos os seus direitos. Se as mulheres voltarem a ser mães, logo os homens voltarão a ser pais e maridos. (ROUSSEAU, 2004, p. 22).

Neste contexto, vale destacar que, ao considerarmos a importância da amamentação na primeira infância, pode-se concluir que sua relevância vai muito além de simplesmente resgatar os sentimentos da natureza na relação entre mãe e bebê, pois no século XVIII o índice de mortalidade infantil¹⁰ era altíssimo, principalmente nessa fase, já que quase metade das crianças que nasciam, morriam antes de completarem os seus oito anos. Percebe-se, então, que a ausência e a insuficiência da amamentação materna contribuíam muito para essa realidade, como também, a negligência nos cuidados das amas de leite denunciadas por Rousseau: “Quase toda a primeira infância é doença e perigo; metade das crianças que nascem morre antes dos oito anos.” (ROUSSEAU, 2004, p. 24).

Em se tratando da escolha da ama para o Emílio, o preceptor se propõe ele mesmo a encontrá-la e, segundo ele, com um zelo maior que de um cirurgião, apesar de não ter ideias tão claras quanto ele nesse aspecto. Assim, esta escolha não será tão difícil, pois sabe-se, de acordo com a própria natureza do leite, que o leite novo é de consistência completamente serosa, servindo como uma espécie de aperitivo para purgar o resto do *meconium* que se engrossou nos intestinos da criança recém-nascida. E, só depois de certo tempo, é que o leite se tornará mais consistente de fato, servindo de alimento mais sólido à criança, que também se fortaleceu para assim poder ingeri-lo. Por este motivo, não é por acaso, segundo Rousseau, que as fêmeas de todas as espécies regulam a consistência de seu leite de acordo com o desenvolvimento dos filhotes. Assim, pode-se deduzir, segundo Rousseau, que seria preciso uma ama que acabou de dar à luz para amamentar uma criança que também acabou de nascer, para o cuidado nutricional ser preciso na vida dessa criança. A escolha da ama para o Emílio de Rousseau deverá seguir essa circunstância.

Então, uma vez escolhida a ama de leite, é preciso proporcionar meios para que ela viva com mais comodidade, para também preservá-la em sua saúde, que deverá ocorrer, por exemplo, através da ingestão de alimentos mais substanciais, que manterão as suas forças, em que tudo deverá ser feito conforme o seu estilo de vida, evitando-se assim, mudanças bruscas para não danificar o leite e a sua saúde. Neste contexto, Rousseau ao fazer referência às camponesas, explica que elas são mais saudáveis que as mulheres da cidade, porque comem menos carne e saboreiam mais legumes. Esse regime, à base principalmente de vegetais, parece ser mais favorável, pois uma vez nas cidades submetidas ao leite de amas que ingerem

¹⁰ O aleitamento materno possui vantagens por ser altamente nutritivo, uma vez que ele fornece ao bebê, por exemplo, durante 4 a 6 meses todas as suas necessidades alimentares, protege-o imunologicamente combatendo a mortalidade infantil, está isento de bactérias não se deteriorando, é econômico, influencia mãe e filho psicologicamente ao criar forte laço afetivo e é mais ou menos efetivo como método contraceptivo.

com frequência sopas com carnes, as crianças, conforme Rousseau explica pela experiência da observação, ficam mais sujeitas a cólicas e a vermes.

Rousseau também diz que o leite das fêmeas herbívoras é mais doce e salutar que o das carnívoras, em que o leite humano se assemelha, ao ser formado de uma substância homogênea à das herbívoras, tornando-se assim, menos sujeito à putrefação. Neste contexto, uma criança, ao não ser desmamada muito cedo, ou mesmo um pouco mais tarde comendo somente alimentos vegetais, além de também ter sido amamentada por uma ama que só fez uso de vegetais como de farináceos, que dão mais sangue do que a carne e conseqüentemente mais leite, com certeza, não contrairá vermes, preservando assim, a sua saúde.

E, em se tratando da importância do leite, um alimento muito nutritivo, o autor diz que ele é muito importante para todos, mesmo na condição de ser servido talhado ou coalhado. Nessa condição de quase sólido, semelhante ao estado que adquire no estômago ao ser ingerido pelas espécies mamíferas, ele sustenta mais pela demora no seu processo de digestão.

No que diz respeito ao desmame, Rousseau comenta que as crianças eram desmamadas cedo demais, situação essa motivada geralmente pela dolorosa erupção dos dentes dos bebês. Equivocadamente, pensa-se em facilitar este desconforto à criança dando-lhe algum objeto duro, como o marfim ou o dente de lobo para ela morder, uma vez que, por instinto, elas levam tudo à boca, nesta fase. Porém, este método fazia um efeito contrário, ou seja, intensificava o desconforto da criança, porque endurecia sua gengiva, proporcionando assim, uma erupção mais dolorosa. Rousseau exemplifica o equívoco desta situação, citando os cachorrinhos que sabiamente sabem usar materiais moles para exercitarem os seus dentes quando estão nascendo, como pedaços de panos, pois cedem onde ele está mordendo. Logo, tendo estes animais como referência devemos, da mesma forma, dar à criança que está com os seus dentes em estado de erupção objetos moles, como raminhos de árvores com seus frutos e folhas, uma cabeça de papoula ou um bastão de alcaçuz, que a criança poderá chupar e morder, uma vez que objetos resistentes prejudicam a sua saúde bucal e, infelizmente, os pais lhes acostumam ao luxo, como os guizos de prata, de ouro, cristais multifacetados e outros. Todavia, deve-se estimulá-las a mastigar frutas secas, cascas e bastõezinhos de pão duro ou de biscoito semelhantes ao pão do Piemonte, conhecidos por *grisses* que, por ajudarem a produzir os sucos salivares na boca, facilitam a digestão. Conseqüentemente, através desta atitude para com a criança durante o desmame, ou seja, de estimulá-la a amolecer, por exemplo, pão duro na boca, elas se veriam desmamadas antes mesmo que se percebesse.

Rousseau diz que os camponeses não são desmamados de outro modo, e têm inclusive um estômago muito bom.

Assim, para auxiliar o desmame na primeira infância, o mingau não será um alimento muito sadio, pois o leite cozido e a farinha crua dão muita saburra, além de ser inconveniente ao estômago. Isto ocorre, porque a farinha no mingau é menos cozida do que no pão e, além disso, também não se fermentou, resultando então, que a açorda e o creme de arroz serão preferíveis. Todavia, havendo ainda a preferência pelo mingau, torna-se preciso antes assar a farinha. Neste contexto, o cozido de carne e a sopa para a criança, também são alimentos muito medíocres, devendo ser evitados. Vale ressaltar, segundo Rousseau, que para facilitar a erupção dos dentes nas crianças, o melhor meio então, é de acostumá-las a mastigar.

Os primeiros desenvolvimentos da infância dão-se quase todos ao mesmo tempo. A criança aprende a falar, a comer e a andar aproximadamente ao mesmo tempo. Esta é propriamente a primeira fase de sua vida. Antes, não é nada mais do que aquilo que era no ventre da mãe; não tem nenhum sofrimento, nenhuma ideia; mal tem sensações e nem mesmo percebe a sua própria existência. (ROUSSEAU, 2004, p. 68).

O autor aponta também, como um cuidado muito importante nos primeiros meses de vida da criança, delas ficarem sob o ar do campo. Vale destacar que o ar contribuirá na formação de sua constituição física, que se tornará mais resistente, visto que ele agirá por todos os poros de sua pele. Esta condição não é vivida pelas crianças educadas na cidade, que possivelmente terão uma estrutura física um pouco débil, se comparadas com as crianças educadas no campo, já que, as da cidade, estiveram retidas em um quarto a maior parte do tempo, distantes da natureza.

Desta maneira, o que Jean-Jacques Rousseau está propondo para a primeira infância, através de diversas orientações relevantes, de acordo com os princípios da educação natural, é que os pais se conscientizem e assumam de fato as suas responsabilidades em relação às reais necessidades dos seus filhos, cujos cuidados também não poderão ir para o outro extremo, ou seja, ser uma relação de superproteção, devendo haver equilíbrio nessa educação:

A experiência ensina que morrem ainda mais crianças educadas delicadamente do que as outras. Contanto que não se ultrapassem as medidas de suas forças, arrisca-se menos ao fazê-las agir do que poupá-las. Exercitai-as, pois, para os golpes que um dia terão de suportar. Enrijecei seus corpos para as intempéries das estações, dos climas, dos elementos, para a fome, para a sede, a fadiga: mergulhai-as na água do estige. (ROUSSEAU, 2004, p. 24).

Logo, diante da necessidade de se fortificar a relação entre pais e filhos, contanto que haja respeito às medidas exatas nas necessidades das crianças, por exemplo, em não ultrapassar as suas forças e, ao mesmo tempo, que não seja uma relação de superproteção, Rousseau comenta que, para mãe e filho conseguirem viver conforme a natureza é preciso, então, que entre eles haja o cumprimento dos deveres. Tem-se que o filho deverá desenvolver o hábito de amar a mãe mesmo antes de saber que é seu dever e, da mesma forma, a mãe deverá cumprir com suas obrigações para com o filho, todavia, sem exagerar nos cuidados, pois agindo assim, ela estimulará a fraqueza na criança, que necessariamente deverá correr riscos de sofrimento na natureza para começar a fortalecer o seu corpo, como cair ao experimentar correr ou ao chutar uma pedrinha. Logo, é preciso seguir a rota da natureza, pois ela exercita continuamente as crianças, enrijecendo o seu temperamento com diversas provas, como as que foram citadas, e assim, lhes ensinando cedo o que possa vir a ser risco de sofrimento e dor, que uma vez passadas e superadas essas pequenas provas, mesmo na primeira infância, elas poderão servir-se da vida mais tranquilas e saudáveis.

No que diz respeito ao papel do pai, Rousseau afirma também que os seus deveres eram negligenciados, pois da mesma forma que as mães não queriam amamentar e cuidar das crianças, os pais também não queriam educá-los, com a falsa justificativa de terem ocupações demais para ser preceptor. E, quanto aos filhos que viviam afastados nas pensões, nos conventos e colégios, restava a eles darem outro destino ao amor paterno, desenvolvendo com isso, o hábito de não estarem ligados a nada. Logo, sem a construção de laços afetivos, os maus costumes eram evidenciados, já que afastava o homem de sua natureza de pai, devendo-se levar em conta, para agravar e confirmar ainda mais a situação, conforme Rousseau explica, que um pai quando simplesmente gera e sustenta os filhos só realiza com isso, um terço de sua tarefa. “Não há pobreza, trabalhos nem respeito humano que o dispensem de sustentar seus filhos e de educá-los ele próprio.” (ROUSSEAU, 2004, p. 27).

Todavia, no processo educacional, quando tudo se passa somente entre preceptor e aluno, devido à ausência dos pais biológicos, Rousseau aponta então, primeiramente a necessidade deles se fazerem amar um pelo outro, na qual outra condição para haver um acordo educacional justo, é da criança que vai ser educada, ser de boa conformação física, vigorosa e sadia. É uma condição necessária, mas Rousseau também explica que os pais devem amar a todos os seus filhos de modo igual, sejam esses aleijados, fracos e robustos, porém em se tratando da educação natural, quem se encarrega de um aluno malsão, trocará sua profissão de preceptor pela de enfermeiro. Por esta razão, segundo Rousseau, necessita-se

de um aluno que tenha um corpo com vigor para assim, começar a obedecer à alma, pois um bom servidor deverá ser são e se manter robusto. Logo, segundo Rousseau, quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda e quanto mais forte ele é, mais obedece: “Todas as paixões sensuais habitam os corpos efeminados; quanto menos podem satisfazê-las, mais se excitam com elas.” (ROUSSEAU, 2004, p. 34).

Assim, ao considerarmos a ausência dos pais biológicos com suas responsabilidades devidas, a negligência das amas de leite nos cuidados, por exemplo, através da prática dos enfaixamentos, juntamente com o seu desconhecimento de forma geral das doenças tidas como infantis na época para poderem tomar alguma providência, como em devolvê-las para a família a tempo de serem tratadas e, do descaso existente de forma geral com a criança na sociedade, percebemos que todos esses fatores contribuíram muito para o surgimento e agravamento de diversas doenças em suas delicadas existências na sociedade em que estavam inseridas, pois debilitavam o seu corpo e contribuía também muito para o alto índice de mortalidade infantil. Esta realidade negligente da sociedade com a criança favorecerá o surgimento da medicina infantil, uma especialidade que nascerá somente no século XIX e, a palavra pediatria, somente em 1872. Segundo Rousseau, será um dos fatores que favorecerá a ascensão da medicina dos homens, uma arte de curar já existente e atuante na sociedade que, para o autor, no seu aspecto moral, é a arte mais perniciosa que existe: “De minha parte, não sei de que doença nos curam os médicos, mas sei que nos dão algumas bastante funestas: a covardia, a pusilanimidade, a credulidade, o terror da morte; [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 35).

Então, conforme Rousseau, enquanto consequência inevitável de um corpo fraco surgirá o poder da medicina¹¹, considerada pelo autor uma arte mentirosa, pois ao curar o corpo, mata a coragem do homem por introduzir nele a covardia, o medo da morte e outros aspectos negativos, como a dependência a ela:

Entre nós a medicina está na moda, e assim deve ser. É a diversão das pessoas ociosas e desocupadas, que, não sabendo o que fazer com seu tempo, passam-no a se tratar. Se tivessem tido a infelicidade de nascerem imortais, seriam os mais miseráveis dos seres: uma vida que jamais tivessem medo de perder não teria para elas nenhum valor. Para essas pessoas, é preciso que haja médicos que as ameacem para lisonjeá-las, e que a cada dia lhes deem o único prazer de que são capazes: e de não estarem mortas. (ROUSSEAU, 2004, p. 35).

¹¹ Segundo Rousseau, há também a medicina que de fato cura e a ciência que instrui, que por não atuarem de forma conivente com os vícios e maus costumes da sociedade, que são geradores de doenças no homem e consequentemente nas crianças, contribuem muito.

Assim, para Rousseau, a única parte útil da medicina será a higiene, considerada por ele mais uma virtude, do que uma ciência. Segundo o autor, os verdadeiros médicos dos homens devem ser a temperança e o trabalho atuando juntos em harmonia. E, para o Emílio, um médico nunca será chamado, a menos que ele esteja correndo risco de morte, podendo nesse caso, o médico ser considerado o seu salvador. Podemos perceber assim, que, de fato, Rousseau está muito empenhado em propor a cura dos males da sociedade, bastando que o ser humano coloque em prática os princípios da educação natural:

Se não sabe curar-se, saiba a criança estar doente; esta arte supre a outra e não raro dá resultados muito melhores; é a arte da natureza. Quando um animal está doente, sofre em silêncio e fica quieto. Ora, não se veem mais animais moribundos do que homens no mesmo estado. Como a impaciência, o temor, a inquietação e sobretudo os remédios mataram pessoas que a doença teria poupado e apenas o tempo teria curado! Dir-me-ão que os animais, vivendo de uma maneira mais conforme à natureza, devem estar sujeitos a menos males do que nós. Pois bem, essa maneira de viver é exatamente a que pretendo dar a meu aluno, que dela deve tirar o mesmo proveito. (ROUSSEAU, 2004, p. 37).

Diante disso, a intensidade da atuação da medicina na sociedade será um indicativo dessa verdadeira condição no aspecto de suas degenerações e vícios de todo tipo e, a sua ausência, implicará então, na existência de uma sociedade mais saudável, repleta de povos mais robustos e que vivem por mais tempo. Logo, se percebermos que a medicina não fornece aos homens uma saúde firme ou uma vida mais longa, roubando-lhes inclusive o tempo por sua inutilidade, ela poderá ser considerada uma arte nociva, pois faz mal uso do tempo, dos homens e das coisas. Assim, Rousseau afirma que um homem ao viver dez anos sem médicos, viveu mais para si mesmo e para os outros, do que aquele que viveu trinta anos com médicos. Por estes motivos, necessita-se de um aluno sadio, em que a prática da educação natural na primeira infância deverá manter esse estado, preparando-o, desse modo, para todas as fases que virão posteriormente em sua vida, até o seu ingresso na vida em sociedade.

No segundo *Discurso*, Rousseau (1973) comenta que o homem, em estado de natureza, com tão poucas fontes de males, não sente a necessidade de remédios e, menos ainda de médicos. A este respeito, a espécie humana não está em condições piores do que todas as outras e, diante, por exemplo, de animais enfermos com ferimentos enormes bem cicatrizados como ossos e até membros quebrados, muitos caçadores diziam que eles foram reconstituídos sem outro cirurgião além do tempo e sem outro regime além de sua vida comum. Logo, não deixaram de curar-se perfeitamente por não serem atormentados por incisões, envenenados por drogas e extenuados por jejuns. Assim, por mais útil que possa ser a medicina bem

administrada, será sempre certo que o selvagem doente abandonado a si mesmo, nada espera senão da natureza e, em compensação, nada deve temer a não ser o seu mal, o que preferivelmente torna a sua situação preferível à do homem.

Como podemos notar, Rousseau coloca-se contrário a tudo que impeça o desenvolvimento natural e espontâneo da criança, resultantes principalmente da ausência e dos necessários cuidados dos pais biológicos, visto que a família tem um papel muito importante no contexto da efetivação da educação natural. Dito de outra forma, a educação natural feita através de uma família bem constituída será o fundamento dessa educação, na qual se confirma, já a partir daí, que o homem ao invés de se afastar da natureza, deve a cada dia, integrar-se a ela. E, para que isso seja possível, ele deverá passar por uma mudança radical, se libertando de seus maus hábitos e maus costumes, responsáveis por corromper a sociedade da época e afetar de forma negativa as crianças, principalmente, no que diz respeito à sua saúde na primeira infância. Portanto, através da educação ao Emílio, Rousseau fornece esta possível cura à sociedade corrompida focalizando a criança, uma vez que ela preservada em sua bondade e saúde que lhe são naturais, caminhará para a vida adulta com o potencial de mudar essa triste realidade:

Quereis que a criança conserve sua forma original? Preservai-a desde o instante em que vem ao mundo. Assim que nasce, tomai conta dela e não a deixeis até que seja adulta; jamais tereis êxito de outra maneira. Assim como a verdadeira ama de leite é a mãe, o verdadeiro preceptor é o pai. Que entrem em acordo quanto às suas funções e a seus sistemas; que das mãos de uma a criança passe para as mãos do outro. Ela seria mais bem educada por um pai judicioso e limitado do que pelo mais hábil professor do mundo, pois o zelo suprirá melhor o talento do que o talento ao zelo. (ROUSSEAU, 2004, p. 26).

Deste modo, enquanto cuidados bem mais específicos à criança da primeira infância com o objetivo de aproximá-la o máximo possível da natureza, Rousseau propõe a prática dos banhos e, de preferência, logo após o parto, que a princípio, deverão ser com a água morna mesmo, sendo não necessário o acréscimo de um produto fermentado na água, como o vinho, um costume da época, já que a natureza nada produz de fermentado. No que diz respeito à água morna, segundo Rousseau, é um hábito também pouco necessário, uma vez que muitos povos lavavam as crianças recém-nascidas nos rios ou no mar à temperatura ambiente. Mas, as crianças da cidade, mimadas pela moleza dos pais e das mães, só aos poucos poderão se habituar a banhar-se em águas frias. Logo, no aspecto do banho, é importante lavar com frequência as crianças para tirar toda a sujeira do seu corpo e, aos poucos ir introduzindo a

água fria ou gelada, para assim reconduzi-la ao seu rigor primitivo, na qual esse hábito deverá ser conservado por toda a vida. Neste contexto, Rousseau comenta:

Uma vez estabelecido o costume do banho, ele não deve mais ser interrompido e é importante conservá-lo por toda a vida. Considero-o não apenas do ponto de vista da limpeza e da saúde atual, mas também como uma precaução salutar para tornar mais flexível a textura das fibras e fazer com que elas cedam sem esforço e sem risco aos diversos graus de calor e de frio. Para tanto, gostaria que ao crescer nos acostumássemos pouco a pouco a nos banharmos às vezes em águas quentes, de todos os graus suportáveis, e outras vezes em águas frias, de todos os graus possíveis. Assim, depois de termos habituado a suportar as diversas temperaturas da água, que, sendo um fluido mais denso, toca-nos em mais pontos e nos afeta mais, tornaríamos-nos quase insensíveis às do ar. (ROUSSEAU, 2004, p. 44-45).

Enfatizando outros cuidados também muito necessários, Rousseau orienta então para a criança assim que nasce, sobre a importância da ausência de testeiiras e de faixas, como já foi citado, ou seja, não deve existir nada que prenda o seu corpo e, em se tratando das fraldas, elas deverão deixar todos os seus membros em liberdade para facilitar os movimentos. Também, as fraldas não poderão ser muito pesadas e nem muito quentes para não impedir as crianças de sentirem as impressões do ar que ajudam no fortalecimento de sua pele, como também já foi citado.

A criança deverá ser colocada em um grande berço, bem acolchoado, onde ela poderá movimentar-se à vontade sem qualquer perigo. E, quando ela começar a engatinhar-se, de preferência deve-se soltá-la pela casa toda, na qual com esses esforços, ela começará a fortalecer o seu corpo ao esticar as suas perninhas e os seus bracinhos. Rousseau diz que ao compararmos esta criança com uma outra enfaixada, perceberemos o seu notável progresso em relação à enfaixada, em que os únicos problemas que surgirão, serão os vindos das amas de leite, que se oporão por lhe proporcionarem mais trabalho e, conseqüentemente, atenção de fato à criança:

Não discutais com as amas de leite. Ordenai, vede fazer e nada poupai para tornar fáceis na prática os cuidados do que houverdes estabelecido. Por que não os compartilharíeis? Na criação ordinária, onde só se presta atenção ao físico, contando que a criança viva e não morra, o resto pouco importa; mas aqui, onde a educação começa junto com a vida, ao nascer a criança já é discípula, não do preceptor, mas da natureza. O preceptor só estuda com esse primeiro mestre e impede que seus esforços sejam contrariados. Vigia o bebê, observa-o, segue-o, espreita com vigilância o primeiro brilho de seu débil entendimento, como os muçulmanos espreitam o momento do nascer da lua quando o primeiro quarto se aproxima. (ROUSSEAU, 2004, p. 46).

Segundo Rousseau, nascemos sem nada saber e conhecer, porém, na primeira infância, somos muito capazes de aprender, uma vez que a alma acorrentada a órgãos imperfeitos não possui ainda o sentimento de sua própria existência. Logo, os movimentos e gritos do bebê, a princípio, como o choro, são puramente mecânicos:

Repito, a educação do homem começa com o nascimento; antes de falar, antes de ouvir, ela já se instrui. A experiência antecipa muitas lições; no momento em que conhece sua ama de leite, ele já descobriu muitas coisas. Ficaríamos surpresos com os conhecimentos do mais grosseiro dos homens se seguíssemos seu progresso desde o momento em que nasceu até onde está. Se dividíssemos toda a ciência humana em duas partes, uma comum a todos os homens, outra particular a doutos, esta seria muito pequena em comparação com a outra. Mas pouco nos preocupamos com os conhecimentos gerais, pois são adquiridos sem pensar e antes mesmo da idade da razão, e, de resto, o saber só se faz notar por suas diferenças e, como nas equações de álgebra, as quantidades comuns não contam. (ROUSSEAU, 2004, p. 48).

Assim, segundo Rousseau, não podendo nem andar e nem pegar, tem-se que as primeiras sensações das crianças são puramente afetivas, na qual elas percebem só o prazer e a dor. E, só aos poucos, através do hábito, é que elas irão formar as sensações representativas dos objetos que lhe são exteriores. Logo, para poderem captar estas sensações exteriores é preciso que seus olhos estejam de preferência de frente para a luz, para não se acostumarem a olhar de lado ou de tal forma, que fiquem vespas, como será preciso também acostumá-la ao escuro. E, em relação à alimentação e ao sono, eles não devem acontecer exatamente em intervalos iguais, pois logo o desejo não virá da necessidade, e sim do hábito. Neste contexto, Rousseau explica o que deve ser prevenido na criança em relação aos hábitos:

O único hábito que devemos deixar que a criança adquira é o de não contrair nenhum. Que não a carreguem mais sobre um braço do que sobre outro, que não a acostumem a mostrar mais uma mão do que a outra, a se servir dela com maior frequência, a querer comer, dormir e agir às mesmas horas, a não poder ficar sozinha nem de dia nem de noite. Preparai à distância o reinado de sua liberdade e o uso de suas forças, deixando em seu corpo o hábito natural, colocando-a em condições de sempre ser senhora de si mesma e de fazer todas as coisas à sua vontade, assim que tiver. (ROUSSEAU, 2004, p. 49).

No que diz respeito à memória e à imaginação na criança da primeira infância, Rousseau explica que elas ainda estão inativas nesta fase, visto que ela só presta atenção àquilo que atinge os seus sentidos. Então, sendo as sensações os primeiros materiais de seus conhecimentos, deve-se oferecê-las numa ordem conveniente, para assim preparar a sua memória que deverá um dia apresentá-las na mesma ordem ao seu entendimento. Logo, para que isto aconteça, basta que lhe proporcionemos a ligação dessas mesmas sensações, com os

objetos que as causam, na qual é importante, que a criança seja estimulada a pegar e a tocar em tudo o que for possível à sua volta. E, é dessa forma que ela aprenderá a sentir o calor, o frio, a dureza, a moleza, o peso, a leveza dos corpos, a julgar a sua grandeza e todas as qualidades possíveis sensíveis ao alcance de seu olhar. A criança, através destes movimentos como de esticar seus bracinhos para pegar os objetos, perceberá que existem coisas ao seu redor que não são ela, ou seja, são extensões, mesmo que estejam a alguns passos dela:

Levai-a, pois para passear bastante, carregai-a de um lugar para outro e fazei com que perceba a mudança de lugar, a fim de lhe ensinar a julgar as distâncias. Quando ela começar a conhecê-las, será preciso mudar o método e só levá-la para onde vos agradar, e não para onde ela quiser, pois, assim que não for mais enganada pelos sentidos, seu esforço mudará a causa. Essa mudança é notável e exige explicação. (ROUSSEAU, 2004, p. 52).

Em se tratando do choro, Rousseau diz que esse é o primeiro som emitido pelos homens, como também a queixa, visto que a sua primeira condição é de miséria e fraqueza. Por estes motivos, a primeira forma da criança se manifestar pedindo ajuda a alguém, será, por exemplo, através do choro, que, na maior parte das vezes, poderá ser escandaloso. Logo, se tem fome ou sede, ela chora, se tem frio ou calor chora, se quer se movimentar, mas alguém a mantém em repouso, chora e, se quer dormir, mas a agitam, também chora. A criança na primeira infância, só possui então este tipo de linguagem, como também, devido à imperfeição de seus órgãos, que ainda não distinguem as diferentes impressões, um só tipo de mal-estar. Por isso, todos os males existentes, formam para ela uma única sensação de dor e incômodo. Neste contexto, a criança, ao chorar, estabelece a sua primeira relação com tudo o que a cerca, ou seja, aqui se constituirá o primeiro elo de uma longa cadeia, na qual iniciará assim, a ordem social.

No transcorrer do processo educacional, Rousseau destaca a máxima que considera a mais útil de todas, que é saber perder tempo, na qual critica os educadores que dizem conhecerem o valor do tempo e de não querer perdê-lo, mas que acabam por empregá-lo mal por acharem, por exemplo, que gastar os primeiros anos brincando com jogos, canções, passatempos diversos e sendo feliz, não é fazer nada:

Dizeis que conheceis o valor do tempo e não quereis perdê-lo. Não vedes que o perdeis muito mais empregando-o mal do que não fazendo nada, e que uma criança mal instruída está mais distante da sabedoria do que aquela que não foi absolutamente instruída. (ROUSSEAU, 2004, p. 119).

No que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem na criança, Rousseau enfatiza sua importância e faz outra forte crítica à sociedade da época, denunciando qualquer ação adulta de querer apressá-las a falar fora do momento certo, impondo, por exemplo, um linguajar que ainda não pertença à sua respectiva fase, como se elas não pudessem aprender a falar por si mesmas. Tem-se que esta pressa, produz um efeito contrário ao que se busca, uma vez que as crianças falam mais tarde e mais confusamente, pois devido à extrema atenção do adulto a tudo o que dizem, nesse processo de ensiná-la e até por adivinharem o que querem, elas são poupadas de articular bem, de abrirem a boca e, inclusive, muitas delas por essa pressão do adulto, conservam um vício de pronúncia e uma fala confusa, por toda a vida.

Quanto à linguagem do choro na primeira infância, no momento em que a criança chorar é preciso então, investigarmos a causa e as suas necessidades, para logo em seguida satisfazê-la. E, ao contrário, quando não a encontrarmos e o choro prosseguir, devemos tratá-la com carinho e paciência, para que ela durma ou fique quieta. Rousseau explica que os primeiros choros das crianças geralmente são pedidos, porém se não tomarmos cuidado, poderão se transformar em ordens, pois aprendem a utilizá-lo a princípio para serem ajudadas e acabam depois, por se fazerem servir. Assim, de sua fraqueza, de onde provém o sentimento de dependência, acaba nascendo a ideia de império e dominação. Logo desde a primeira infância, para a educação ser precisa, necessita-se então, que identifiquemos as intenções secretas das crianças em seu choro, para que as providências corretas possam ser feitas, sempre pensando em seu bem estar e saúde:

Os longos choros de uma criança que não está nem enfaixada, nem doente e que não deixamos sentir falta de nada, são apenas choros de hábito e teimosia. Não são obra da natureza, mas da ama-de-leite que, por não saber suportar a sua inconveniência, a multiplica, sem pensar que, ao fazer a criança calar-se hoje, incita-a a chorar mais amanhã. (ROUSSEAU, 2004, p. 59).

Deste modo, diante do que foi mostrado, conclui-se que a proposta educacional de Rousseau para a primeira infância é completamente relevante para a criança, principalmente ao enfatizarmos a questão dos cuidados que ela deverá receber, tendo como referência o *Emílio*.

No contexto da primeira infância, podemos considerar os comentários de Dalbosco (2011), quando diz que Rousseau ao esboçar o projeto de uma educação natural no *Emílio*, concernente ao livro I, que ela está concentrada de fato, na tensão entre as necessidades da criança e nos cuidados do adulto em relação à criança, de forma que o esclarecimento de tal

tensão implicará em se definir essas tais necessidades no mundo da criança, como também, na maneira pela qual o adulto irá atendê-las de forma satisfatória. Segundo o autor, uma das condições de Rousseau para se chegar a tais necessidades, está na exigência a princípio do adulto educar considerando a criança em seu próprio mundo, ou seja, do adulto considerar a criança como criança, condição essa, completamente contrária a uma proposta de intervenção autoritária em seu mundo, que é justamente o que Rousseau não propõe, haja vista que ele propõe ao adulto a importância do respeito às etapas da maturação biológica e cognitiva das crianças no processo educacional, como, por exemplo, no tocante ao aprendizado da linguagem. No desenvolvimento da linguagem, Rousseau desautoriza qualquer iniciativa adulta desrespeitosa de querer impor a ela um linguajar, que ainda não corresponda às possibilidades de sua respectiva fase. Logo, o choro e os gestos da criança devem ser considerados como formas próprias e naturais de sua expressão na primeira infância. Observa-se que o desrespeito adulto pode trazer prejuízos ao seu desenvolvimento psicobiológico, como também afetar a própria formação moral de seu caráter, por exemplo, na situação de deixar-se levar pelo choro da criança sem uma causa aparente e fazer suas vontades, contribuindo assim à formação viciosa de seu caráter. O autor explica que o conceito de necessidade para Rousseau, tem então como fundamento o conceito de natureza, que, de forma ambígua, assume tanto um significado externo, como sociedade e meio ambiente físico, como um significado interno ligado às disposições naturais do homem. Logo, ele afirma que é no confronto entre as disposições naturais da criança e nos hábitos dos adultos, que surgirão os problemas no esboço de educação natural de Rousseau, para a criança da primeira infância.

A educação natural objetiva, então, a todas as crianças nesta fase, o fortalecimento a princípio de sua própria natureza humana, naturalmente boa, segundo Rousseau. Para conquistar isso, propõe inicialmente o resgate dos laços familiares e uma vida natural para a criança no contato com a própria natureza de preferência, pois nesse contato, com o corpo livre e bem nutrido, a criança terá grandes possibilidades, mesmo a partir dessa fase, de preservar a sua saúde. Logo, esta educação da natureza vai contra uma educação viciosa oriunda dos maus hábitos e costumes de adultos integrantes de uma sociedade corrompida da época. Tem-se que as orientações de cuidados às crianças fornecidas por Rousseau, como o aleitamento materno, por si só já sustentam a educação natural, pois estabelecem grandes possibilidades dessa criança com um corpo fortalecido pela natureza e saudável por ter sido educada enquanto criança, não se deixar de fato, corromper-se e adoecer pelos vícios da sociedade. Vale ressaltar também, que a simples preocupação de Rousseau com o de alto

índice de mortalidade infantil na época, também justifica e sustenta a sua proposta de educação natural, na qual a ação educacional nos cuidados do adulto será de extrema importância para o seu sucesso. Para isto, o sentimento de piedade natural do homem deverá então se desenvolver e se manifestar, combatendo o de egoísmo, responsável por originar vícios e doenças, uma vez que o homem da época só pensava em si mesmo, deixando as crianças à mercê do destino e da sorte que, em sua maioria, se deparavam unicamente com a morte, que é o que Rousseau mostra no Livro I do *Emílio*.

Então, após termos abordado os cuidados necessários na primeira infância em Rousseau, devido às diversas denúncias que ele realiza contra a sociedade de sua época, continuaremos a partir do segundo livro, que trata da segunda infância, ou seja, a fase da criança dos dois aos doze anos, considerada a idade da natureza, em que a educação natural objetivará agora o fortalecimento do seu corpo e o refinamento dos seus sentidos. Continuaremos abordando o papel dos preceptores nessa fase, qual seja, dos adultos e agora da própria natureza, que também terá um papel de preceptora. Nesse sentido, comprovaremos a importância e a eficácia da proposta de Rousseau na manutenção e aquisição de saúde para as crianças.

CAPÍTULO 3: SAÚDE E EDUCAÇÃO NA SEGUNDA INFÂNCIA

3.1. A segunda infância

O livro segundo do *Emílio* traz como tema o desenvolvimento da criança na fase de dois a doze anos, a segunda infância, também denominada por Rousseau de a idade da natureza, em que a educação natural, com o foco na educação pelas coisas, terá como objetivo o fortalecimento do corpo da criança e o refinamento dos seus sentidos, para lhe proporcionar a partir dessa nova condição física e sensorial resultantes dessa fase, o seu futuro ingresso na moral, visto que com o desenvolvimento de suas forças e dos seus sentidos, ela poderá responder mais por si mesma. Neste contexto, é importante citarmos que a educação natural, apoiada na lei da necessidade enquanto princípio regulador, terá também como objetivo a preservação da saúde da criança durante o seu percurso educacional, preparando-a assim, para as fases posteriores.

Nesta perspectiva, investigamos então, neste capítulo, como a natureza e os adultos, na condição de preceptores, contribuirão para a realização deste objetivo, ou seja, o de preparar a criança desta fase para iniciar a sua vida enquanto indivíduo, que se caracterizará pelo instante em que ela começará a realizar as suas primeiras ações de forma mais independente, juntamente com o começo do desenvolvimento de certa percepção da sua própria existência. Notamos, neste estudo, que a educação da segunda infância, também deverá voltar-se para o que for o mais natural possível para assim, tornar a criança forte em todos os aspectos, pois, nessa condição, ela provavelmente não se permitirá corromper-se facilmente e, inclusive começará a responder mais por si própria, mesmo nessa fase. Esta realidade será percebida principalmente nas fases posteriores, visto que, sendo possuidora de um corpo físico forte e saudável, com a parte sensorial bem refinada, ela estará melhor preparada para viver em sociedade na fase adulta:

Outro progresso torna a queixa menos necessária às crianças: é o de suas forças. Podendo mais por si mesmas, precisam com menos frequência recorrer aos outros. Junto com a força, desenvolve-se o conhecimento, que as põe em condições de dirigi-la. É nesse segundo grau que propriamente começa a vida do indivíduo; é então que ele toma consciência de si mesmo. (ROUSSEAU, 2004, p. 71).

Por educação pelas coisas podemos citar Dalbosco, que explica:

O princípio pedagógico da educação pelas coisas pode soar hoje como uma expressão em desuso. No entanto, seu sentido atualizado pode estar sintetizado, por exemplo, na ideia da educação pela experiência – entendo-o mais amplamente, não só no sentido epistemológico que a tradição empirista lhe conferiu, mas também como esfera do agir humano em sua dimensão ético-pedagógica – ao princípio pedagógico de educação pelas coisas, quer dizer com isso que o ponto de partida do ato educativo precisa levar em conta o mundo do educando, com seus respectivos limites e potencialidades (disposições naturais). Neste sentido, o princípio da educação pelas coisas deve substituir, sobretudo na primeira infância, a intervenção discursiva (verbal) vertical do adulto. (DALBOSCO, 2011, p. 174).

Lembramos que, para Rousseau, cada um de nós é formado por três tipos de mestres, quer dizer, tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando adultos, nos é dado pela educação que vem da natureza, ou dos homens, ou das coisas:

Ora, dessas três educações diferentes, a da natureza não depende de nós; a das coisas, só em alguns aspectos. A dos homens é a única de que somos realmente senhores; mesmo assim, só o somos por suposição, pois quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que rodeiam uma criança? (ROUSSEAU, 2004, p. 9).

No *Emílio*, Rousseau define o início da segunda infância, quando as crianças começam a falar e a se expressarem menos com o choro:

Quando as crianças começam a falar, passam a chorar menos. Esse progresso é natural, uma linguagem é substituída pela outra. Quando podem dizer com palavras que estão sofrendo, por que o diriam com gritos, a não ser quando a dor for forte demais para que a palavra possa exprimi-la? Se então continuarem a chorar, a culpa será das pessoas que estão ao seu redor. A partir do momento em que Emílio tiver dito: “Está doendo”, serão necessárias dores muito fortes para forçá-lo a chorar. (ROUSSEAU, 2004, p. 69).

Assim, no que concerne à educação da criança na segunda infância, Rousseau propõe à natureza, o papel de sua principal preceptora, juntamente com a ação do preceptor que, ao conduzi-la, deverá primeiramente respeitá-la em seu mundo e também, afastá-la do convívio social, para que ela não corra o risco de absorver o caráter vicioso da sociedade durante o seu processo de desenvolvimento. Isso porque os vícios e os maus costumes da sociedade distanciam os homens de sua verdadeira natureza, fazendo por esse motivo, que eles se tornem cada vez mais débeis. Todavia, este afastamento social da criança será de autoridade, ou seja, ela continuará a conviver com os pais, empregados e futuramente com as outras crianças, mas sob a autoridade do preceptor, que será o seu único juiz. Segundo Rousseau,

quanto menos pessoas participarem da educação da criança, maior será o sucesso da formação do homem. E, em se tratando do Emílio, o preceptor tomará totalmente o lugar de seu pai, tomando para si também os seus deveres.

Então, é nesta fase, por meio do contato da criança com as coisas ao seu redor no mundo humano e também na natureza, que se torna a sua principal preceptora, que ela adquirirá as suas primeiras lições de coragem. Para tanto, será em suas primeiras experiências de vida, como nas quedas ou algum corte leve, que a criança aprenderá a suportar essas dores menos fortes, para assim, em seguida, suportar as dores maiores que virão, já que viver, conforme Rousseau explica, é correr riscos de sofrimento. No decorrer destas experiências, é importante também, que a criança seja educada para não se manifestar, por exemplo, de forma excessiva através de choros escandalosos e gritos, pois mesmo ao acidentarse, é muito raro uma criança chorar se ela estiver sozinha. Por esta razão, ela deverá ser orientada para chamar o adulto, ao ferir-se de forma leve, através da discrição ou no máximo por um só grito para ser ajudada, quando esse estiver presente e surgirem possíveis problemas: “É pelo efeito sensível dos sinais que as crianças avaliam seu sentido, não há outra convenção para elas; quando uma criança se machuca, é muito raro chorar se estiver sozinha, a menos que tenha esperança de ser ouvida.” (ROUSSEAU, 2004, p. 69-70).

Desta maneira, um dos motivos de Rousseau propor um novo modelo de educação para a sua época, que se compromete completamente com a infância, se deve ao fato, dessa educação ser muito repressora para as crianças ao impedi-las, por exemplo, de se manifestarem segundo as suas individualidades e potencialidades características. Por esta razão, mesmo a ação de ensiná-las a andar seria desnecessária, pois essa necessidade é um processo natural do ser humano, na qual ela poderia realizá-lo mesmo sozinha. O autor comenta, que pelo contrário, existem pessoas que andam muito mal, porque justamente foram ensinadas a andar. Neste contexto, a função do preceptor e dos próprios pais de preferência através da educação natural, será então a de desenvolver bem o físico das crianças, como também, proporcioná-las uma boa educação sensorial, uma vez que o tato, a visão, a audição, o gosto e o olfato são elementos fortalecedores da sensibilidade e importantes para o desenvolvimento da fase em questão:

O que dizer desses montes de aparelhos que juntamos ao redor da criança para armá-la contra a dor, até que, tornando-se adulta, ela fique à sua mercê, sem coragem e sem experiência, e acredite morrer à primeira picada e desmaie ao ver a primeira gota de sangue? [...] Haverá algo mais tolo do que o trabalho que temos para ensiná-las a andar, como se tivéssemos visto alguém que, por descuido da ama de leite, não soubesse andar quando adulto? Pelo contrário,

quantas pessoas vemos que andam mal por toda a vida porque lhes ensinaram mal a andar! (ROUSSEAU, 2004, p. 70-71).

Enfim, para que a educação natural possa se desenvolver de fato na segunda infância, é necessário então, o estímulo ao desenvolvimento das capacidades físicas e sensoriais da criança dessa fase, que deverá partir de um preceptor que saberá respeitá-la e orientá-la em suas verdadeiras necessidades. Esta orientação se acentuará nos momentos de contato com a natureza, cujas experiências lhes proporcionarão por consequência, o seu desenvolvimento cognitivo e moral. Logo, favorecer as suas brincadeiras, os seus prazeres e os seus instintos é uma condição necessária para que esta realidade se torne possível, ao mesmo tempo em que as crianças submetidas a esta educação, adquirirão no percurso de seu desenvolvimento, um corpo físico ausente de doenças:

Homens, sede humanos, este ó vosso primeiro dever; sede humanos para todas as condições, para todas as idades, para tudo que não é alheio ao homem. Para vós, que sabedoria há fora da humanidade? Amai a infância; favorecei suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época em que o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz? Por que quereis retirar desses pequenos inocentes o gozo de um tempo tão curto que se lhes foge, e de um bem tão precioso, de que não poderiam abusar? Por que quereis encher de amargura e de dores esses primeiros anos tão velozes, que não mais voltarão para eles, assim como não voltarão para vós? Não fabriqueis remorsos para vós mesmos retirando os poucos instantes que a natureza lhes dá. Assim que eles puderem sentir o prazer de existir, fazei com que o gozem; fazei com que, a qualquer hora que Deus os chamar, não morram sem ter saboreado a vida. (ROUSSEAU, 2004, p. 73).

Então, a prática da educação natural para as crianças na segunda infância, com a orientação do preceptor que deverá respeitá-la em seu mundo, acontecerá principalmente em suas experiências no contato com as coisas que estão à sua volta na natureza que neste caso, torna-se também uma preceptora. Logo, o fortalecimento do seu corpo e o refinamento dos seus sentidos decorrentes destas experiências, lhes permitirão aos poucos o seu ingresso na vida moral, porque serão crianças com maiores possibilidades de realizarem escolhas, visto que estão no processo de conquista de sua autonomia, realidade essa, que se refletirá positivamente nas fases posteriores, como na fase de juventude e adulta.

Neste sentido, é importante ressaltarmos que, apesar de no período de dois a doze anos a criança ainda ter muita necessidade de sobrevivência, em que a intervenção do adulto continua sendo completamente necessária, a criança por si mesma, segundo Rousseau, terá a possibilidade de iniciar um pouco de sua autonomia e da sua liberdade moral. Neste contexto,

percebemos, a partir dessa postura para com a criança na segunda infância, uma atitude completamente inovadora do autor, no aspecto da autonomia e da liberdade na infância, num momento em que essa realidade era completamente ignorada na sociedade em que ela se encontrava inserida, ou seja, a de começar a educação desde os primeiros anos de vida, através do estímulo à utilização da natureza própria dos sentidos humanos na condução das ações, no caso, se enfatizando a fase em questão, que objetiva o fortalecimento do corpo da criança e a educação dos sentidos:

Para não correremos atrás de quimeras, não nos esqueçamos do que convém à nossa condição. A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem, é tudo o que podemos fazer pelo seu bem-estar. O resto depende de causas alheias que não estão em nosso poder. (ROUSSEAU, 2004, p. 74).

Deste modo, o preceptor na segunda infância, deverá apresentar-se como mediador entre a criança e a natureza, em que a natureza também se encarregará de fornecer os limites e as necessidades fundamentais para que ela possa desenvolver os seus desejos e as suas faculdades, conforme as suas reais necessidades, de acordo com a fase em questão:

Foi assim que a natureza que tudo faz do melhor modo, inicialmente o instituiu. Ela lhe dá de imediato apenas os desejos necessários à sua conservação e as faculdades suficientes para satisfazê-los. Ela colocou todas as outras como que de reserva no fundo de sua alma, para que se desenvolvessem quando necessário. Só nesse estado primitivo o equilíbrio entre o poder e o desejo é reencontrado e o homem não é infeliz. (ROUSSEAU, 2004, p. 75).

Com relação à faculdade da razão na segunda infância, Rousseau diz, que a razão é uma faculdade a se desenvolver mais tarde, porém como a criança também precisa aprender a pensar na infância, ela aparecerá nessa fase sob a forma que Rousseau denomina de razão sensitiva. Assim o pensamento no indivíduo começará pelos sentidos, mas ele lembra que as sensações por si só, não podem constituir a razão.

Desse modo, a explicação de Rousseau ilustra a afirmativa acima:

Como tudo o que entra no entendimento humano vem pelos sentidos, a primeira razão do homem é uma razão sensitiva; é ela que serve de base para a razão intelectual: nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. Substituir tudo isso por livros não equivale a nos ensinar a raciocinar, mas sim a nos ensinar a nos servirmos da razão de outrem; equivale a nos ensinar a acreditar muito e a nunca saber nada. (ROUSSEAU, 2004, p.148).

Neste sentido, Rousseau comenta que se para bem julgar, é preciso então antes sentir, logo, exercitar os sentidos é exercitar-se para julgar através deles. Este é o trabalho que deverá ser feito na infância, ou seja, exercitar os sentidos do corpo, trabalho demonstrado por Rousseau no Livro II e considerado a condição fundamental para todo o movimento pedagógico posterior.

Considerando, então, a educação na segunda infância, nota-se que, na medida em que as crianças vão se desenvolvendo através da educação natural, elas tendem a recorrer cada vez menos aos adultos. Por este motivo, a criança poderá começar a iniciar a sua vida na condição de indivíduo. É preciso então, conforme Rousseau diz, deixar que ocorra o desenvolvimento espontâneo e natural da criança, que está sendo conduzida pela intervenção do adulto, através da natureza. Neste processo, os preceptores deverão instigar a sensibilidade das crianças, para que assim possam usar os seus instintos naturais, a fim de que comecem a descobrir as suas próprias necessidades e também, a realizarem suas escolhas, já nessa fase: “A memória amplia o sentimento da identidade para todos os momentos de sua existência; ele se torna verdadeiramente uno, o mesmo e, por conseguinte, já capaz de felicidade e de miséria. Portanto, é importante considerá-lo agora um ser moral.” (ROUSSEAU, 2004, p. 71-72).

Desta maneira, na educação natural, o adulto deverá proporcionar meios para que a criança permaneça em contato com a natureza, através das coisas e, assim, favorecer que os seus desejos e as suas faculdades características da segunda infância possam se desenvolver. Segundo Rousseau, a felicidade do indivíduo na fase adulta consiste justamente na proporção adequada entre os desejos e as faculdades, visto que essa condição o coloca próximo à sua condição natural de felicidade. E, é desta desproporção dos desejos e das faculdades do homem, que surge a desnaturalização da educação, com o consequente prejuízo à felicidade do indivíduo, como também ao desenvolvimento natural na infância, situação essa que afeta inclusive a saúde da criança:

Todo sentimento de sofrimento é inseparável do desejo de livrar-se dele; toda ideia de prazer é inseparável do desejo de desfrutá-lo; todo desejo supõe privação, e todas as privações que sentimos são penosas; portanto, é na desproporção entre os nossos desejos e as nossas faculdades que consiste nossa miséria. Um ser sensível cujas faculdades iguallassem os desejos seria um ser absolutamente feliz. (ROUSSEAU, 2004, p. 74).

Em seus estudos sobre esta questão, Cerizara comenta:

A imaginação, a opinião, assim como todas as qualidades supérfluas ou, em outras palavras, as qualidades não necessárias à conservação do homem são as responsáveis pela incapacidade do homem para enfrentar tanto a vida quanto a morte. Isto acontece porque o afastam daquilo que ele é e o levam a perder-se em falsas sabedorias e em projeções futuras. O homem levado por estes males não sabe, segundo Rousseau, nem viver e nem morrer. (CERIZARA, 1988, p. 119).

Sobre a faculdade da imaginação, Almeida Júnior também comenta:

A imaginação não tem apenas o aspecto negativo até aqui apontado, isto é, o de enfraquecer os homens por meio do aumento dos desejos. Trata-se, do segundo aspecto da ambiguidade da imaginação: sendo uma faculdade humana, não pode ser eliminada, mas deve ser despertada a seu tempo e ser exercida de modo correto. Parece-nos que o aspecto mais positivo da imaginação é ser o meio pelo qual a piedade natural se estende a toda humanidade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 43).

Nesta proposta, podemos citar Rousseau que faz um paralelo, entre o desejo e o mundo imaginário de um lado e, o poder e o mundo real de outro, na qual diz, que é preciso limitar os desejos para que o homem, dessa maneira, sofra menos:

O mundo real tem seus limites, o mundo imaginário é infinito. Já que não podemos ampliar o primeiro, reduzamos o segundo, pois é unicamente da diferença entre eles que nascem todos os sofrimentos que nos tornam realmente infelizes. Com exceção da força, da saúde, do bom testemunho de si, todos os bens desta vida consistem na opinião; com exceção das dores do corpo e dos remorsos da consciência, todos os nossos males são imaginários. Esse princípio é comum, dirão; concordo, mas a sua aplicação prática não é comum, e aqui se trata unicamente da prática. (ROUSSEAU, 2004, p. 76).

Então, o homem para ser feliz, deverá manter-se no lugar onde a natureza o designou e somente a lei da necessidade deverá ser considerada, pois das próprias forças naturais nasce a possibilidade da liberdade, como também dos seus limites, surgindo o equilíbrio:

Ó homem! Fecha tua existência dentro de ti e não mais serás miserável. Permanece no lugar que a natureza te atribui na cadeia dos seres, nada poderá fazer com que saias dali; não te revoltas contra a dura lei da necessidade, e não esgotes, querendo resistir a ela, forças que o céu não te deu para estenderes ou prolongares tua existência, mas apenas para conservá-la como lhe aprouver e enquanto lhe aprouver. Tua liberdade, teu poder só vão até onde vão tuas forças naturais, e não além; todo resto não passa de escravidão, de ilusão e de prestígio. (ROUSSEAU, 2004, p. 79-80).

No que diz respeito à liberdade, Rousseau diz que este é o maior de todos os bens que o homem possui, na qual podemos citá-lo: “O homem verdadeiramente livre só quer o que pode e faz o que lhe agrada [...]”. (ROUSSEAU, 2004, p. 81).

Para Rousseau, a sociedade é a responsável por desequilibrar e tornar insuficiente as forças dos homens que, por esse motivo, faz com que os seus desejos se multipliquem conjuntamente com a sua fraqueza, que também se refletirá na vida da criança enquanto resultado de uma educação equivocada. Para o autor, a única condição para que a criança venha a ser considerada fraca, se deve ao motivo dela naturalmente ainda não poder bastar-se a si mesma. Todavia, é importante ressaltar que as crianças, mesmo as do estado de natureza, ainda não experimentam uma liberdade perfeita assemelhando-se inclusive, à liberdade do homem do estado civil:

Antes que os preconceitos e as instituições humanas tenham alterado nossas inclinações naturais, a felicidade das crianças e dos homens consiste no uso de sua liberdade. Mas, nos primeiros, esta liberdade é limitada pela fraqueza. Quem faz o que quer é feliz quando basta a si mesmo: é o caso do homem que vive no estado de natureza. Quem faz o que quer não é feliz quando suas necessidades ultrapassarem suas forças: é o caso da criança no mesmo estado. As crianças, até mesmo no estado de natureza, só gozam de uma liberdade imperfeita, semelhante àquela de que gozam os homens no estado civil. (ROUSSEAU, 2004, p. 82).

Segundo Rousseau, a criança só deve estar submetida aos outros em razão de suas necessidades, tendo em vista, então, a lei da necessidade, para se evitar assim, que tanto ela, quanto os adultos se aproveitem de suas posições, uma vez que isso afetarà a sua conservação e conseqüentemente a sua saúde:

O homem sábio sabe permanecer em seu lugar, mas a criança que não sabe o seu não será capaz de permanecer nele. Junto a nós, existem mil lugares por onde a criança pode sair de seu lugar; cabe aos que a educam mantê-la nele, e esta não é uma tarefa fácil. Ela não deve ser nem um animal, nem um homem, e sim criança. É preciso que ela sinta a sua fraqueza e não que a sofra; é preciso que ela dependa, e não que obedeça; é preciso que ela peça, e não que mande. A criança só está submetida aos outros em razão de suas necessidades, e porque veem melhor do que ela o que lhe é útil, o que pode contribuir ou prejudicar a sua conservação. Ninguém tem o direito, nem mesmo o pai, de ordenar à criança o que não lhe serve para nada. (ROUSSEAU, 2004, p. 81-82).

Assim, de acordo com Rousseau, a natureza provém de todos os meios para a prática da educação natural. A partir dela, é possível fortificar o corpo das crianças tornando-as saudáveis e ausentes de doenças, uma vez que elas só desejam segundo as suas verdadeiras necessidades, excetuando os casos de terem sido mimadas excessivamente pelos adultos,

tornando-se caprichosas. Logo, para se chegar a esse objetivo, em se tratando da natureza, os adultos deverão até mesmo prever as suas necessidades e conduzi-la, quando, por exemplo, nos momentos de exercitarem-se como ao correr, pular, gritar, caso elas não consigam realizá-los sozinha:

Para fortalecer o corpo e fazê-lo crescer, a natureza dispõe de meios que nunca devemos contrariar. Não devemos obrigar uma criança a ficar quando quer sair, ou a sair quando quer ficar. Quando a vontade das crianças não está mimada por nossa culpa, elas nada querem inutilmente. Elas devem pular, correr, gritar quando têm vontade. Todos os seus movimentos são necessidades de sua constituição, que procura fortalecer-se. Devemos, porém, desconfiar do que desejam sem que possam fazê-lo elas mesmas, sendo outros obrigados a fazê-lo por elas. É preciso, então, distinguir com cuidado a verdadeira necessidade, a necessidade natural, da necessidade de fantasia que começa a nascer, ou então daquela que provém da superabundância de vida de que falei. (ROUSSEAU, 2004, p. 83-84).

Ao mesmo tempo, na natureza, Rousseau comenta que os adultos devem permitir, às crianças, experiências que lhes causem risco de sofrimento, mesmo a partir de suas escolhas, quer dizer, elas não podem ser poupadas de todos os males da vida, pois essa atitude, ao contrário, as afastaria da natureza, despreparando-as para a vida. Porém para que esta realidade aconteça, parte-se do princípio que o homem na natureza deve também ter sentido os pequenos males, antes de reconhecer e poder sentir um bem maior:

Sim, eu afirmo: para sentir os grandes bens, ele deve conhecer os pequenos males. Assim é a natureza. Se o físico vai bem demais, o moral corrompe-se. O homem que não conhecesse a dor não conheceria a ternura da humanidade, nem a doçura da comiseração. Seu coração não se emocionaria com nada, ele não seria sociável, seria um monstro entre seus semelhantes. (ROUSSEAU, 2004, p. 85-86).

Todavia, Rousseau também aponta a ideia da necessidade de limitar o desejo desregrado dos filhos, que foram mal acostumados por obterem tudo dos pais devendo, por esse motivo, serem contidos, diante da vontade de quererem tudo ao seu redor:

Sabeis qual é o meio mais seguro de tornar miserável vosso filho? É acostumá-lo a obter tudo, pois crescendo, seus desejos sem cessar pela facilidade de satisfazê-los, mais cedo ou mais tarde a impotência vos forçará, ainda que contra a vontade, a usar da recusa. E essa recusa inabitual dar-lhe-á um tormento maior do que a própria privação do que deseja. Primeiro ele irá querer a bengala que segurais; logo irá querer vosso relógio; em seguida, irá querer o passarinho que voa; irá querer a estrela que vê brilhando; quererá tudo o que vir. A menos que sejais Deus, como o contentareis? (ROUSSEAU, 2004, p. 86).

Do mesmo modo, para se evitar a miséria na infância, os desejos dos filhos de dominação e tirania também devem ser controlados, caso contrário, ficarão muito despreparados para a vida diante dos desafios, obstáculos e resistências que ela proporciona para todos, a cada instante:

Se tais ideias de dominação e de tirania as tornam miseráveis desde a infância, que será delas quando crescerem a se ampliar e a se multiplicar? Habitadas a ver todos se curvarem diante delas, que surpresa terão, ao entrarem na sociedade e sentirem que tudo lhes resiste, por se verem esmagadas pelo peso desse universo que julgavam poderem mover à vontade! (ROUSSEAU, 2004, p. 87).

Nota-se que a liberdade, durante o processo formativo fornecido pela educação natural, será o fundamento na relação entre o preceptor e a criança. Porém, o conceito de liberdade deverá estar respaldado no equilíbrio dessa relação, através do que Rousseau denomina de liberdade bem dirigida. Na segunda infância, a própria natureza também, apresenta-se como preceptora auxiliando nesse papel, ao proporcionar meios para que a criança estabeleça o equilíbrio entre os seus desejos e as suas faculdades:

Tentaram-se todos os instrumentos, menos um, exatamente o único que pode dar certo: a liberdade bem regada. Não se deve tentar educar uma criança quando não se sabe conduzi-la para onde se quer unicamente através das leis do possível e do impossível. Sendo-lhe a esfera de um e de outro desconhecida, nós a ampliaremos ou a estreitaremos à sua volta à vontade. Prendemo-la, empurramo-la, detemo-la unicamente com o laço da necessidade, sem que a criança reclame. Tornamo-la flexível e dócil somente pela força das coisas, sem que nenhum vício nela possa germinar, pois nunca as paixões se animam enquanto têm um efeito nulo. (ROUSSEAU, 2004, p. 94).

Como vimos, para Rousseau, na educação da natureza, desde a primeira infância, a educação negativa terá então o papel de preservar a criança até o seu ingresso na condição de indivíduo adulto na vida em sociedade, que se assemelhará assim, nessa condição, ao homem natural do estado de natureza. E, nesta evolução de fases, no que diz respeito à segunda infância, tem-se que a idade da razão será uma fase posterior à idade da natureza, haja vista que nessa fase a razão nas crianças está adormecida e é imatura, em que forçar despertá-la se utilizaria o fim como meio, desrespeitando-a e causando-lhe prejuízos ao seu desenvolvimento cognitivo e moral e, conseqüentemente, à sua saúde:

Raciocinar com as crianças era a grande máxima de Locke. É a mais em moda hoje. Seu sucesso, todavia, não me parece muito capaz de dar-lhe algum crédito. De minha parte, não vejo nada de mais tolo do que essas crianças com quem tanto raciocinou. De todas as faculdades do homem, a razão, que não é, por assim dizer, senão um composto de todas as

outras, é a que se desenvolve com mais dificuldade e mais tardiamente, e é ela que se pretende utilizar para desenvolver as primeiras! A obra-prima de uma boa educação é formar um homem razoável, e pretende-se educar uma criança pela razão! Isto é começar pelo fim, é da obra querer fazer o instrumento. (ROUSSEAU, 2004, p. 89-90).

Entretanto, é importante ressaltarmos que Rousseau expõe sobre as dificuldades de se colocar em prática a educação natural em um mundo civil repleto de vícios e maus costumes. Segundo ele, o *Emílio* não deve ser interpretado como um tratado de educação, mas sim como um tratado sobre a bondade natural do homem que pode ser resgatada e, em se tratando do Emílio, protegida: “Mas terei dito que era fácil uma educação natural? Mostro o alvo que devemos propor-nos; não digo que possamos alcançá-lo, mas sim que aquele que mais se aproximar dele será o mais bem sucedido.” (ROUSSEAU, 2004, p. 98-99).

Na continuidade do capítulo, investigamos a partir da proposta de Rousseau da prática da educação natural na segunda infância, como será caracterizado e obteremos este corpo físico saudável repleto de saúde, possuidor de sentidos bem desenvolvidos, fase também em que a criança começa a ter percepção de sua existência enquanto indivíduo, uma vez que elas foram educadas através de adultos que a respeitaram em seu mundo desde a primeira infância e agora irão atuar enquanto mediadores entre elas e a natureza, apoiados na liberdade bem dirigida.

3.2. A saúde da criança na segunda infância

A passagem da primeira para a segunda infância, como já citado no capítulo presente, surge no momento em que a linguagem do choro nas crianças é substituída pela fala: a partir dessa mudança, a criança começa a se expressar mais por palavras em detrimento de choros escandalosos e gritos, como também, por consequência, a se tornar menos queixosa. Mas, em se tratando do Emílio, segundo Rousseau, para ele voltar a chorar, será somente em circunstâncias extremas, pois ele não se assemelha às crianças muito sensíveis, que choram sem motivos aparentes e necessitam sempre ser contidas, por estarem completamente distantes da educação natural.

Neste contexto, Rousseau comenta as situações em que as crianças infelizmente eram contidas à força, porque choravam sem que as amas encontrassem uma causa aparente, apesar de terem algum motivo, e acabavam lhes dando uma surra, por sua impaciência devido ao choro da criança:

Jamais esquecerei ter visto um desses incômodos chorões apanhar da ama- de- leite. Calou-se de imediato; achei que ficara com medo. Dizia para mim mesmo: será uma alma servil de quem só se conseguirão as coisas através do rigor. Estava enganado: o infeliz sufocava de cólera, tinha perdido a respiração, vi-o tornar-se roxo. Logo em seguida vieram os gritos agudos. Todos os sinais do ressentimento, do furor, do desespero dessa idade estavam no tom em que chorava. Temi que morresse naquela agitação. Se eu tivesse dúvida de que o sentimento do justo e do injusto é inato no coração do homem, só esse exemplo já me teria convencido. Tenho certeza de que, se um tição ardente tivesse caído por acaso na mão daquela criança, teria sido para ela menos doloroso do que aquele golpe leve, mas desferido com a intenção de atingi-la. (ROUSSEAU, 2004, p. 54).

Então, a educação natural para a criança nesta fase, conforme Rousseau propõe, objetiva acentuar o fortalecimento do seu corpo, juntamente com o aprimoramento dos seus sentidos. Esse fortalecimento, em seu início, deverá acontecer de preferência em suas próprias experiências, como nas brincadeiras diárias no contato com as coisas na natureza, de forma que ela estará sujeita a quedas e a machucar-se, por exemplo. Neste sentido, devido à presença constante desses riscos na natureza, o sofrimento será então a primeira coisa que Emílio e a criança submetida à educação natural deverão estar familiarizados, pois essas experiências, mesmo sendo difíceis para a criança, fortalecerão o seu corpo lhes proporcionando saúde, principalmente quando comparadas às condições das crianças da época, que mostramos no capítulo I. E, é importante dizer, que com a educação natural, as crianças também se tornam distintas em muitos outros aspectos com relação às outras crianças submetidas à educação comum da época, na qual um bom estado de saúde é apenas uma das consequências dessa educação, uma vez que as crianças da época nem eram tratadas como crianças: “Sofrer é a primeira coisa que ele deverá aprender, e a que ele terá maior necessidade de saber.” (ROUSSEAU, 2004, p. 70).

Desta maneira, investigamos como são caracterizadas e como se formam as crianças na segunda infância, conforme a educação natural. Essa educação, a cada dia lhes objetiva adquirir vitalidade física e percepção de si, uma vez que na época como vimos, no máximo a metade das crianças que nasciam chegavam à adolescência, ao mesmo tempo em que essa educação também lhes proporcionava já nessa fase, tornarem-se menos queixosas e dependentes dos adultos. Para tanto, é necessário que iniciem as suas primeiras experiências

no contato com as coisas ao seu redor na natureza mediadas por um adulto, de forma livre de preferência, pois contidas em aparelhos, como andadores e carrinhos, elas estarão privadas de experiências positivas para a sua formação física e sensorial, se tornando frágeis, dependentes e assustadas, no transcorrer dessa fase, como nas posteriores:

O que dizer desses montes de aparelhos que juntamos ao redor da criança para armá-la contra a dor, até que, tornando-se adulta, ela fique à sua mercê, sem coragem e sem experiência, e acredite morrer à primeira picada e desmaie ao ver a primeira gota de sangue? (ROUSSEAU, 2004, p. 71).

Por isso, a educação de Emílio, em se tratando do início desta fase, estará longe de aparelhos, devendo estar amparada apenas pelas mãos do adulto, por exemplo, nos momentos em que ele estiver dando os seus primeiros passos e, acontecer de preferência no campo, na ausência de gorros acolchoados, cestos rolantes, carrinhos e cordões protetores, na qual, à medida que ele for desenvolvendo as suas forças, ele começará também a adquirir percepção de si mesmo por causa da sua memória, que irá se aprimorando e lhe proporcionando aos poucos, identidade e conhecimento. Logo, no seu processo de desenvolvimento, ao começar a adquirir percepção de sua existência, ele também se iniciará na condição de ser moral, capaz de felicidade e de miséria. Essa condição é considerada uma das metas a ser alcançada pelas crianças dessa fase submetidas à educação natural: “Meu aluno muitas vezes terá contusões; em compensação, estará alegre.” (ROUSSEAU, 2004, p. 71).

Então, a prática da educação natural na segunda infância, que terá o foco na educação do corpo e dos sentidos da criança, com a orientação constante do preceptor apoiado na liberdade bem dirigida, acontecerá principalmente em suas experiências no contato com as coisas que estão à sua volta na natureza, na qual a natureza, neste caso, torna-se-á também preceptora. Logo, o adulto deverá proporcionar meios para que ela desperte a força física, estimulando o seu brincar, já a partir do início dessa fase, como também no momento certo, ela deverá ser orientada no despertar de sua força física através de exercícios mais específicos como a natação, corridas e, também, de conhecimentos no aspecto da higiene. Além disso, esta realidade repleta de experiências pessoais da criança propiciará condições para que os seus desejos e as suas faculdades respectivas dessa fase comecem a se desenvolver, preparando-a como consequência, para esse mesmo desenvolvimento nas fases posteriores, visto que, o desenvolvimento dos desejos e das faculdades é específico em cada idade, no transcorrer do processo educacional.

Segundo Almeida Júnior (2009), como vimos, o princípio da educação negativa assume grande importância na obra de Rousseau, por exemplo, em as *Considerações sobre o governo da Polônia* é possível observarmos que há uma indicação para a educação pública. Logo, isto evidencia que não se trata de um mero recurso metodológico, mas um princípio a ser aplicado, que ao impedir os vícios de nascerem terá feito muito pela virtude.

Para o mesmo autor, a bondade natural do homem é a tese que subjaz aos dois princípios desenvolvidos no *Emílio*, que é o princípio de seguir a natureza e o princípio da educação negativa. Na sociedade, os homens se degeneram tanto física como moralmente devido aos vícios gerados pelos preconceitos dessa sociedade, porém os homens da sociedade inverteram os papéis fazendo crer que, sem a intervenção da obra humana, jamais poderiam serem sãos e bons. Logo, Rousseau ironiza tal pretensão fazendo uma analogia entre o trabalho das parteiras e o dos filósofos numa perspectiva antagônica à maiêutica: “as parteiras tinham o hábito de massagear a cabeça das crianças para lhes dar uma forma mais conveniente”. Ou seja, como se Deus precisasse das parteiras para aperfeiçoar nossa cabeça por fora e dos filósofos para aperfeiçoá-la por dentro. Assim, a natureza não precisa da intervenção humana para manifestar-se, mas seu caminho deverá ser desimpedido dos obstáculos da sociedade por meio da educação negativa. A educação, desse modo, deve então assumir seu papel, que é ordenar as relações entre a natureza e a cultura ou história, mas não lhe cabe corrigir a natureza, pois essa, não poderia ser alterada pelo homem. Então, é sobre a cultura que se deve operar mudanças e correções, pois, ela, e somente ela, é fruto da obra humana.

Segundo Château (*apud* Almeida Júnior 2009), a educação negativa é marcada por dois processos, quais sejam, o de retardar e de preparar. A função de retardar ao máximo as noções sociais, religiosas e morais de Emílio tem o objetivo de perder tempo, ou seja, impedir as paixões, que provém da opinião, de se desenvolverem. Pois, vivendo apenas em relação ao que é útil e necessário, não há como o meio social desvirtuar os caminhos da natureza. Todavia, preparar Emílio é necessário, porque viverá futuramente entre os homens mas, cada passo da preparação, deverá estar de acordo com as etapas naturais.

Quanto ao papel do preceptor na educação negativa, Dozol comenta:

Como terceira razão da escolha feita está a surpreendente relação que Rousseau estabelece entre a autoridade e a sedução no processo pedagógico. De um modo geral, a literatura pedagógica, ou pelo menos aquilo que dela se cristaliza na forma de senso comum, tem dado um tratamento excludente a essas duas categorias. Em Rousseau, ao contrário, a autoridade é

exercida pela sedução, traduzida por “ardis” ou “astúcias” maquinadas e utilizadas pelo mestre de acordo com as fases do desenvolvimento infantil. (DOZOL, 2003, p. 34).

No que diz respeito às faculdades no homem, quando ativadas, vale ressaltar que a imaginação, a faculdade mais ativa de todas, já citada neste capítulo, pode conduzir o homem tanto para o bem, quanto para o mal, dependendo do modo em que ela for utilizada, uma vez que ela potencializa os desejos. Todavia, deve-se levar em consideração que a ampliação das faculdades não implica na ampliação das forças no homem, que vai se tornando por isso, fraco:

Assim que suas faculdades virtuais se põem em ação, a imaginação, a mais ativa de todas, desperta e as ultrapassa. É a imaginação que amplia para nós a medida dos possíveis, tanto para o bem quanto para o mal e, por conseguinte, provoca e nutre os desejos com a esperança de satisfazê-los. (ROUSSEAU, 2004, p. 75).

Rousseau, ao dizer que um homem é fraco, explica que a palavra fraqueza, nesse sentido, designa uma relação, ou seja, uma relação do ser ao qual a aplicamos. Assim, aquele cuja força excede às necessidades, ainda que seja um inseto ou um verme, é um ser forte. E, aquele, cujas necessidades excedem sua força, ainda que seja um elefante ou um leão, ou um conquistador, um herói ou mesmo um deus, é um ser fraco: “O homem é muito forte quando se contenta em ser o que é, e é muito fraco quando deseja erguer-se acima da humanidade.” (ROUSSEAU, 2004, p. 76).

Segundo Rousseau, a única solução para o homem resgatar o equilíbrio perdido do homem natural, será através da possibilidade dele permanecer no lugar onde a natureza o determinou, e se propor a equilibrar as suas faculdades e os seus desejos. Para tanto, deverá ter como referência a lei da necessidade em sua vida, para que assim ele possa reencontrar esse equilíbrio perdido e viver em harmonia com a sua verdadeira natureza humana. Logo, ele saberá também, como consequência, conduzir bem a criança em suas fases durante o seu processo educacional, pois utilizará de forma correta a sua razão, uma vez que ele atua com consciência de si, por ser um homem que respeita e vive de acordo com as leis da natureza. E, nestas condições, dotado de consciência, o homem conseguirá identificar inclusive, as situações em que as crianças desejam além do necessário, como também nos momentos em que desejam sem poder realizá-los elas mesmas:

Devemos, porém, desconfiar do que desejam sem que possam fazê-lo elas mesmas, sendo outros obrigados a fazê-lo por elas. É preciso, então, distinguir com cuidado a verdadeira necessidade, a necessidade natural, da necessidade de fantasia que começa a nascer, ou então daquela que provém da superabundância de vida de que falei. (ROUSSEAU, 2004, p. 83-84).

Assim, Rousseau expõe a necessidade do homem saber viver de acordo com a natureza, que lhe estabelece viver num constante estado de equilíbrio, pois, pelo contrário, ele correrá o risco de antecipar a sua própria morte, já que ele necessitará recorrer aos médicos em seu auxílio. Distante da natureza, é possível que a sua imaginação esteja sendo mal empregada e, nessa condição, essa faculdade lhe proporcionará possíveis doenças, por ela motivar o homem a desejar sempre além do necessário, gerando-lhe assim, infelicidades e angústias. Neste contexto, os médicos ao serem chamados, poderão inclusive intensificar a imaginação perturbada do indivíduo, que está desequilibrada por ele desejar além do necessário, situação essa que se refletirá diretamente na educação das crianças, prejudicando-as:

Vive de acordo com a natureza, sê paciente e expulsa os médicos; assim, não evitarás a morte, mas só a sentirás uma vez, ao passo que eles a trazem todos os dias para tua imaginação perturbada, e sua arte mentirosa, em vez de prolongar teus dias, retira deles o prazer. Sempre me perguntarei que verdadeiro bem essa arte faz aos homens. Alguns dos que ela cura morreriam, é verdade, mas milhões que ela mata permaneceriam com vida. Homem sensato, não te arrisques nessa loteria, onde há probabilidades demais contra ti. Sofre, morre ou sara, mas sobretudo vive até tua última hora. (ROUSSEAU, 2004, p. 77).

A faculdade da memória e do raciocínio, na segunda infância, está relacionada à criança no sentido de que tudo o que ela vê, ouve e a impressiona, ela volta a se lembrar. Segundo Rousseau, a memória e o raciocínio são duas faculdades essencialmente diferentes, em que uma não se desenvolverá sem a outra. Em se tratando da segunda infância, considerada o sono da razão, a criança nessa fase ainda não recebe ideias, recebendo apenas imagens dos objetos sensíveis, em que as ideias serão apenas noções dos objetos determinadas por relações. Logo, tudo indica que de fato, a educação natural nesta fase, acontecerá através das coisas que estão à sua volta na natureza, e não ainda através do raciocínio, ao serem obrigadas pelo adulto a raciocinarem em cima de conhecimentos sobre os quais elas ainda não estão preparadas para compreender. Para Rousseau, as crianças tem raciocínio e raciocinam muito bem, mas no que diz respeito a tudo o que conhecem e ao seu interesse presente e sensível:

Embora a memória e o raciocínio sejam duas faculdades essencialmente diferentes, uma não se desenvolve realmente sem a outra. Antes da idade da razão, a criança não recebe ideias, apenas imagens, e a diferença entre umas e outras é que as imagens são apenas pinturas absolutas dos

objetos sensíveis, e as ideias são noções dos objetos determinadas por relações. Uma imagem pode estar sozinha no espírito que a imagina, mas toda ideia supõe outras ideias. Quando imaginamos, não fazemos nada além de ver; quando concebemos, comparamos. Nossas sensações são meramente passivas, ao passo que todas as nossas percepções ou ideias nascem de um princípio ativo que julga. (ROUSSEAU, 2004, p. 120).

Assim, é na escolha dos objetos e no cuidado de apresentá-los à criança, em se tratando daqueles que elas podem conhecer ou não, que consistirá a arte de cultivar a faculdade da memória na segunda infância, considerada essa, a primeira faculdade a ser desenvolvida nessa fase:

É verdade que este método não forma pequenos prodígios e não faz com que os preceptores e professores brilhem, mas forma homens judiciosos, robustos, sãos de corpo de entendimento, que, sem se terem feito admirar quando jovens, far-se-ão honrar quando adultos. (ROUSSEAU, 2004, p. 128).

Neste contexto, o que a criança realiza é guardar em si mesma, somente os registros das ações e das palavras dos homens. O uso dos livros surgirá posteriormente no momento certo, quando o seu juízo estiver preparado para isso, não podendo ser forçada, pois isso implicará em afastá-la da natureza. Por exemplo, a geometria não está ao alcance das crianças porque o educador usa um método errado para ensiná-las, ou seja, ao invés de raciocinar pelas crianças e exercitar a sua memória, ele deveria deixá-las por si só descobrirem as relações e combinarem as figuras geométricas. É preciso, então, seguir o próprio método das crianças aprenderem:

Afirmo pois que, não sendo capazes de julgamento, as crianças não têm verdadeira memória. Retêm sons, figuras, sensações, raramente idéias, e ainda mais raramente as ligações entre elas. Ao me objetarem que elas aprendem alguns elementos de geometria, crêem estabelecer uma prova contra mim e, pelo contrário, é para mim que estabelecem essa prova; demonstram que, longe de saberem raciocinar por si mesmas, elas não sabem nem reter os raciocínios de outra pessoa, pois, se seguirdes o método desses pequenos geômetras, logo vereis que retiveram apenas a exata impressão de figura e os termos da demonstração. À menor objeção elas não compreendem mais. Todo o seu saber está na sensação, nada passou para o entendimento. Sua própria memória é pouca coisa mais perfeita que suas outras faculdades, já que quase sempre é preciso que reaprendam, ao crescerem, as coisas cujos nomes aprenderam durante a infância. (ROUSSEAU, 2004, p. 120).

Deste modo, as palavras ditas por uma criança não terão o mesmo significado que as ditas pelos adultos, visto que a criança não relaciona ainda as palavras às mesmas ideias e, caso as tenham, as ideias não têm em sua cabeça nem sequência e nem ligação, como foi

visto. Logo, devemos tratá-la conforme a idade, como também evitar esgotar as suas forças exercitando-as demais: “Tratai-a pois conforme sua idade, apesar das aparências, e evitai esgotar suas forças exercitando-as demais.” (ROUSSEAU, 2004, p. 117).

Rousseau exemplifica esta realidade, ao citar as fábulas de *La Fontaine*, dizendo que as crianças antes da idade da razão, não entendem essas fábulas porque, por mais que os adultos se esforcem por torná-las simples, o ensinamento que eles adquirem delas e lhes propõe, ainda não é acessível para a sua compreensão. Mas, com exceção da segunda fábula intitulada *O Corvo e a Raposa*, comenta:

Não conheço em toda a coletânea de La Fontaine mais do que cinco ou seis fábulas em que brilha eminentemente a ingenuidade pueril; dessas cinco ou seis, tomo como exemplo a primeira de todas, porque é aquela cuja moral é mais acessível a qualquer idade, aquela que as crianças compreendem melhor, aquela que elas aprendem com maior prazer, enfim, aquela que por essa mesma razão a autor colocou à frente de seu livro. Supondo que realmente tenha o objetivo de ser entendida pelas crianças, de agradar a elas e de instruí-las, esta fábula é certamente a sua obra-prima. (ROUSSEAU, 2004, p. 129).

Neste sentido, podemos citar Almeida Júnior (2009, p. 42) que também aponta outra exceção:

Emílio, ao contrário, durante toda a sua infância, manter-se-á preso ao mundo material que o cerca, numa relação imediata com as coisas. É a partir dessa relação que desenvolverá o raciocínio e a imaginação próprios para a idade. Os livros, que são obstáculos à relação direta da criança com a natureza, ficarão afastados de *Emílio*, a exceção de um: Robinson Crusoe.

Então, na segunda infância, para cultivar a inteligência do aluno, é necessário primeiro cultivar as forças que ela irá governar. É preciso exercitar de modo contínuo o corpo da criança, para assim torná-lo robusto e sadio. Logo a criança deverá sempre estar em movimento, ou seja, correndo, gritando, já que ao se tornar homem pelo vigor, ela assim o será futuramente pela razão, ressaltando também, segundo Rousseau, que é necessário que um corpo tenha vigor para obedecer à alma. Isso se explica, pois um bom servidor deverá ser robusto e saudável. Por consequência, formar-se-á um adulto consciente de si incorruptível na vida em sociedade, porque também conseguiu manter a sua bondade natural por sua condição de vigor do corpo e da alma, visto que é o resultado da educação natural.

Para compreendermos melhor essa questão, Rousseau comenta que existem dois tipos de homens, os camponeses e os selvagens, cujos corpos estão em contínuo exercício e, que,

apesar de pensarem pouco em cultivar a sua alma, os selvagens, neste caso, representam uma inspiração ao aluno submetido à educação natural. Logo, neste contexto, para compreendermos o motivo desta inspiração, devemos então conhecer as características destes homens, em que os primeiros estão identificados pela rusticidade e grosseria, enquanto os outros, pela sutileza do espírito e pelo grande senso. O que marca esta diferença, segundo Rousseau, é que os camponeses são caracterizados por seguirem sempre uma mesma rotina, resultado do hábito e da obediência, realidade essa que substitui o exercício da razão, de forma que o selvagem, não está ligado a ninguém, a não ser na lei de sua própria vontade e, que por isso, é obrigado a raciocinar em cada ação da sua vida. Por este motivo, o selvagem representa um modelo a ser seguido pelo aluno submetido à educação da natureza, pois o selvagem exercita o seu corpo e ilumina o seu espírito, na qual a sua força e a sua razão crescem juntas, atributos esses, que o aluno da natureza deverá assemelhar-se, já que desde cedo foi treinado a bastar-se a si mesmo, na medida do possível. Então, este aluno, como o homem selvagem, julga, prevê, raciocina, não fala muito e age muito. Também, como está em contínuo movimento, é forçado a observar as coisas ao seu redor e a conhecer todos os seus efeitos, uma vez que ele toma aulas da natureza e não dos homens. Por estes motivos, seu corpo e seu espírito se exercitam ao mesmo tempo, juntamente com o atuar de seu próprio pensamento, que ao unir essas duas operações sempre com a orientação do preceptor, mais forte, robusto e saudável irá se tornando, como também, mais sensato e judicioso.

Deste modo, este é o caminho para alcançar o que se acredita ser incompatível, mas que todos os grandes homens reuniram e alcançaram, que são a força do corpo e a força da alma, a razão de um sábio e o vigor de um atleta, conquistas essas proporcionadas pela educação natural, que objetiva assim resgatar o equilíbrio perdido do homem do estado de natureza, que ao adquirir todos esses atributos torna-se um ser dotado de consciência de si e de razão, como também de saúde, consequências naturais desse resgate e que será aplicado na vida das crianças segundo suas necessidades individuais: “Esse é o meio de um dia obter o que acreditamos ser incompatível e o que quase todos os grandes homens reuniram, a força do corpo e a força da alma, a razão de um sábio e o vigor de um atleta.” (ROUSSEAU, 2004, p. 139).

Assim, Rousseau, direcionando-se aos educadores, explica que, para criar homens sensatos, é preciso então, primeiro criar moleques experientes¹², semelhantes aos que a educação dos espartanos criava, pois essas crianças no seu processo de educação e treinamento eram ensinadas primeiramente a roubar seus próprios alimentos, ao invés de receberem uma educação vinda diretamente dos livros. Logo, elas adquiriam com esta educação, força, finura e respeito entre seus adversários, que as temiam muito: “Sempre criados para vencer, esmagavam os inimigos em toda espécie de guerra, e os atenienses tagarelas temiam tanto as suas palavras quanto os seus golpes.” (ROUSSEAU, 2004, p. 139).

Na educação da segunda infância, Rousseau também comenta que, como não é possível entrar no coração da criança, é preciso se fazer uma espécie de sujeição ao conduzi-la nos exercícios e brincadeiras apresentando-lhes objetos de sua estima. Assim, a criança deverá fazer o que ela quer, mas ao mesmo tempo só deverá querer o que, de fato, o educador quer de forma secreta, visto que a deixando aparentemente dona de suas vontades, seus caprichos não serão incentivados. E, é então a partir desta realidade, que ela poderá entregar-se aos exercícios do corpo que a idade pede, sem embrutecer o seu espírito, sempre na medida exata das forças que ela for adquirindo:

Deixando-a assim dona de suas vontades, não incentivareis seus caprichos. Fazendo sempre apenas o que lhe convém, logo ela só fará o que deve fazer, e, embora seu corpo esteja em contínuo movimento, quando se tratar de seu interesse presente e sensível vereis toda a razão de que é capaz desenvolver-se bem melhor e de uma maneira em mais apropriada a ela do que em estudos de pura especulação. (ROUSSEAU, 2004, p. 141).

Deste modo, segundo Rousseau, a criança com boa vontade, sem caprichos e tiranias, submetida aos exercícios continuados sob a direção da natureza e orientação do adulto, que deverá conhecer muito bem a natureza humana, não embrutecerá o seu espírito e formará, pelo contrário, a única espécie de razão, de que esta idade é capaz. Esta realidade será possível, porque os exercícios lhes proporcionarão o estímulo de suas forças, através de seus corpos e dos corpos circundantes, como também lhes proporcionarão a noção correta do emprego dos instrumentos naturais ao seu alcance e que se adaptarão às suas possibilidades de força. Logo, uma criança educada dentro de um quarto, com a mãe como única companhia, sem conhecer o que venha a ser peso e resistência no confronto com as coisas na natureza,

¹² Expressão utilizada em francês no sentido de crianças *expérimentés*, *habiles* e *experts*, visto que passaram por muitos riscos de sofrimento na vida, apesar de muitos jovens, tornando-se mais experientes e espertas, com os sentidos mais aguçados.

não se arriscará a tentar arrancar uma árvore ou a levantar um rochedo, formando-se fraca e débil:

Vede um gato que entra pela primeira vez num quarto; ele inspeciona, olha, cheira, não fica um segundo parado, não confia em nada até que tenha examinado tudo, conhecido tudo. Assim age uma criança que começa a andar e entra, por assim dizer, no espaço do mundo. A única diferença é que a visão, comum à criança e ao gato, a primeira acrescenta, para observar, as mãos que a natureza lhe dera, e o outro, o olfato com que ela o dotou. Essa disposição bem ou mal cultivada é o que torna as crianças hábeis ou lerdas, pesadas ou ágeis, irrefletidas ou prudentes. (ROUSSEAU, 2004, p. 148).

No segundo *Discurso*, sobre o homem em estado de natureza, Rousseau (1973) diz que ele tem mais habilidades que os animais diante da iminência constante de medir forças com eles, na luta pela sobrevivência. Por exemplo, ao se colocar um urso ou um lobo disputar com um homem selvagem robusto, ágil e corajoso, armado de pedra ou bastão, o perigo será no mínimo recíproco, em que as bestas ferozes não mais o atacarão, pois também perceberam ser ele tão feroz e corajoso quanto elas. Em sua defesa, o homem tem a vantagem de encontrar abrigos seguros nas árvores e, vale ressaltar, que nenhum animal guerreia naturalmente com o homem, a não ser no caso de sua própria defesa ou de uma fome extrema.

Logo, percebemos, que Rousseau preza por uma educação que fortaleça o corpo da criança na segunda infância. Podemos exemplificar esta realidade também através do que ele fala sobre os antigos em seu modo de viver, que atribuíam aos exercícios da ginástica a vitalidade do corpo e da alma, se distinguindo assim dos homens modernos, por essa condição. O autor enfatiza esta questão ao citar Montaigne, que apoia esta educação ao afirmar que, na educação de uma criança, é preciso endurecer os seus músculos, para assim enrijecer a sua alma, de acostamá-la ao trabalho para assim acostamá-la também à dor e, de treiná-la na aspereza dos exercícios com a intenção de educá-la, quando houver a presença das luxações, da cólica e de outros males que nela possam surgir, visto que assim, ela estará muito melhor preparada para suportar isso tudo.

Para alcançar o fortalecimento do corpo da criança e deixá-lo repleto de saúde, Rousseau descreve, que paralelo ao estímulo de seu corpo através dos exercícios e das brincadeiras que estão sendo realizadas, é preciso ficar-se atento às vestimentas que recobrem os seus membros em crescimento, sendo preciso que fiquem todos folgados na roupa, sem nada para constrangê-los, ou seja, não deve haver ligaduras, nem nada de muito justo e nem de muito colado ao seu corpo. Rousseau cita a vestimenta francesa, considerada incômoda e

insalubre para os homens, como também muito nociva para as crianças, uma vez que ela proporcionava que os humores ficassem estagnados e detidos na circulação que, por sua forma de vida inativa e sedentária, estimulava esse prejuízo. Esta situação causava o escorbuto, doença comum na época e praticamente ignorada pelos antigos, que dela estavam protegidos pela maneira de se vestir e de viver. Por estes motivos, o melhor é deixar a criança usando camisa o máximo de tempo possível para só depois, oferecer-lhe uma roupa bem larga, sem tentar mostrar o seu talhe, que só servia para lhe deformar: “Seus defeitos de corpo e de espírito vêm quase todos da mesma causa: queremos ver as crianças homens antes do tempo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 150).

Com relação às vestimentas, as cores alegres são mais adequadas e preferidas pelas crianças, mas no instante em que elas desejarem um tecido porque é caro, significa que a criança começou a se corromper pelo que vem de fora oriundo da sociedade, esquecendo-se do que vem verdadeiramente de seu coração, que não se corromperia por conveniências da sociedade. Logo, a escolha das roupas e os motivos dessas escolhas, como também os desejos das crianças nessas escolhas, influem diretamente na educação, em que a roupa não deverá ser usada como recompensa ou castigo:

Não apenas mães cegas prometem a seus filhos enfeites como recompensas, mas vemos até preceptores insensatos ameaçarem seus alunos com uma roupa mais grosseira e mais simples, como castigo. Se não estudarem melhor, se não conservarem melhor suas roupas, serão vestidos como aquele camponesinho. É como se lhes dissessem: Saibam que o homem não é nada a não ser por suas roupas, que o valor de vocês está todo em suas roupas. Deveremos espantar-nos de que tão sábias lições sejam tão boas para a juventude, e esta só valorize a aparência e julgue o mérito de acordo unicamente com o exterior? (ROUSSEAU, 2004, p. 151).

Considerando ainda a questão das vestimentas na saúde do corpo, Rousseau comenta a respeito das pessoas caseiras inativas que, por essa condição, devem vestir-se com roupas quentes em qualquer estação, para conservar o corpo numa temperatura uniforme, porque por sua inatividade, elas possuem um corpo menos preparado para suportar as transformações climáticas. Já as pessoas mais ativas, que se exercitam ao sol, que têm contato com as chuvas e com os ventos da natureza, pelo contrário, estão mais preparadas para as mudanças climáticas, bastando-lhes roupas mais leves em todas as estações, para que possam assim, proteger o seu corpo:

Segue-se daí que as pessoas caseiras e sedentárias devam vestir-se com roupas quentes em qualquer tempo, para conservar o corpo numa temperatura uniforme, aproximadamente a mesma em todas as estações e em todas as horas do dia. Pelo contrário, aquelas que vão e vêm,

ao vento, ao sol, à chuva, que fazem muitas coisas e passam a maior parte do tempo *subdío* devem sempre se vestir com roupas leves, a fim de se habituarem a todas as vicissitudes do ar e a todos os graus de temperatura, sem se incomodarem. Aconselharia a umas e outras não mudar de roupas segundo as estações, e será essa a prática constante de Emílio; não quero dizer com isso que ele vá vestir no verão suas roupas de inverno, como as pessoas sedentárias, mas que vestirá no inverno, como as pessoas sedentárias, mas que vestirá no inverno suas roupas de verão, como as pessoas laboriosas. Este último costume foi o do cavaleiro Newton durante toda a vida, e ele viveu 80 anos. (ROUSSEAU, 2004, p. 152).

Rousseau comenta que, em qualquer estação, são necessários poucos ou nenhuma espécie de chapéu na cabeça, sendo preciso que as crianças permaneçam no inverno, no verão, de noite e de dia de cabeça descoberta, pois é uma condição para que os ossos de sua cabeça tornem-se mais duros não apenas para proteger melhor o cérebro, como também, para proteger-lhes dos resfriados, das fluxões e das impressões do ar.

Assim, Rousseau descreve a importância, de primeiramente enrijecer o corpo das crianças ao frio, ao invés de empacotá-las muito. Para isso, basta deixá-las expostas ao frio sem tirar-lhes a saúde, desde muito pequenas para irem se acostumando, pois os corpos se tornam mais robustos ao suportarem mais o frio, dentro das estações climáticas. Todavia, à medida que a criança for se desenvolvendo, é importante também acostamá-la aos poucos aos raios de sol, para que também possa tornar-se resistente aos calores da zona tórrida.

No que diz respeito a certos cuidados com a alimentação para fortalecer o corpo da criança da segunda infância, por exemplo, em se tratando da água, segundo Rousseau, todas as vezes que Emílio tiver sede, é preciso que as águas que ele irá beber tenham boa qualidade no sentido em que, se a água for do rio que a forneçam imediatamente e, se for da fonte, que ela fique exposta ao ar antes que ele a beba. Estes cuidados são necessários, porque as águas dos rios assemelham-se à temperatura do meio ambiente diferentemente das fontes, que não tiveram contato com o ar e, que, por esse motivo, é preciso esperar que se assemelhem também à temperatura da atmosfera, antes de ser ingerida.

Em se tratando do sono, no fortalecimento do corpo e saúde da criança, Rousseau diz que é preciso um longo sono para as crianças que se exercitam, uma vez que o sono ajuda o corpo a se restabelecer, na qual conclui-se que as crianças precisam conciliar um ao outro. Mas, segundo o autor, é preciso que Emílio no aspecto do sono, sobreponha-se até mesmo à lei da natureza, nesse sentido, que estabelece o hábito de se dormir e de se levantar com o sol. Logo, assim como o Emílio, para fortalecer o corpo, é preciso que a criança aprenda a dormir

tarde e a acordar cedo, como também a ser acordada bruscamente e se preciso for, passar noites de pé sem se incomodar com isso. Nota-se então que educação natural neste ponto é muito importante, porque objetiva formar o temperamento da criança justamente para as coisas que a destruiriam quando completamente formada, uma vez que ela habituou o seu corpo com as suas forças em construção antes.

No que concerne ao local onde repousamos, é importante nos acostumarmos com pouca comodidade, pois é um modo de nos prepararmos para não encontrar desconforto para dormir em lugar nenhum, visto que o hábito de uma vida difícil aumenta as sensações agradáveis. As pessoas habituadas a uma vida muito fácil, que só conseguem dormir de forma confortável, sempre encontrarão obstáculos em se adaptarem a dormir em qualquer lugar, porque o seu corpo não foi educado para suportar sensações desagradáveis, ou seja, é um corpo com pouca resistência e possível saúde frágil. Por estas razões, a criança deverá ser educada no desconforto para fortalecer o seu corpo:

Uma cama macia, onde nos enterramos em meio às plumas ou aos acolchoados, funde e dissolve o corpo, por assim dizer. Os rins envolvidos com muito calor esquentam-se. Daí resultam não raro a pedra ou outros incômodos e, infalivelmente, uma compleição delicada que nutre todos esses incômodos. (ROUSSEAU, 2004, p. 156).

No fortalecimento do corpo, Rousseau diz também que, para atingirmos essa realidade, torna-se necessário que os sentidos, as primeiras faculdades a se formarem e a se aperfeiçoarem no homem, sejam estimulados, mas, ao contrário, são as únicas que são esquecidas ou pouco valorizadas: “Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles, mas aprender a bem julgar através deles é aprender, por assim dizer, a sentir; pois nós não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos.” (ROUSSEAU, 2004, p. 160).

Deste modo, Rousseau comenta que existem exercícios naturais e muito mecânicos que de fato servem para tornar o corpo da criança robusto e saudável como correr, chicotear o pião, nadar, saltar e jogar pedras, todavia, além de braços e pernas, o corpo possui também olhos e ouvidos com a importante função de dirigir as forças em movimento. Logo, é importante, além das forças, exercitar todos os sentidos que as dirigem, ou seja, a criança deverá ser educada para conhecer o efeito das coisas, antes de empregar os meios para realizá-los, que só será possível, através de sentidos bem estimulados e desenvolvidos.

Neste contexto, no segundo *Discurso*, Rousseau (1973) diz que a natureza fez com os filhos dos homens em estado de natureza, precisamente como a lei de Esparta fez com os filhos dos cidadãos, ou seja, tornou fortes e robustos aqueles que são bem constituídos e levou todos os outros a perecerem. Sendo o corpo o único instrumento que o homem selvagem conhece, é por ele empregado de diversos modos, pois conquistou a agilidade que a necessidade obrigou-o a adquirir, o que não teria acontecido se tivesse, por exemplo, um machado, uma funda, uma escada ou um cavalo para utilizar. Essa condição é diferente a do homem civilizado, pois, basta permitir-lhe o tempo de reunir todas essas máquinas à sua volta, para ele sobrepassar, com certeza a agilidade do homem selvagem. Mas, para vermos um combate mais desigual ainda, basta deixá-los todos nus e desarmados, e logo perceberemos qual a vantagem de sempre ter todas as forças à sua disposição, de sempre estar pronto para qualquer eventualidade e de transportar-se sempre, todo inteiro consigo mesmo.

Quanto ao estímulo dos sentidos do corpo, o autor exemplifica pela importância de se aprender a viver como os cegos de fato, que, por essa condição, desenvolveram muito bem o seu sentido do tato para auxiliá-los, na qual todos os videntes deveriam fazer o mesmo. Neste contexto, Rousseau propõe a importância de se realizar muitas brincadeiras também à noite na educação das crianças, pois se tornarão adultos mais perceptivos e corajosos, que não temerão nem a ausência de luz.

Assim, para estimular e desenvolver os sentidos na criança, Rousseau propõe até brincadeiras, como espécies de labirintos dentro de casa, utilizando mesas, biombos, cadeiras, com sinuosidades para se colocarem caixas com recompensas para elas encontrarem de preferência com os olhos vendados, no caso de se arriscarem nessa expedição repleta de alegrias, levando em consideração brincadeiras sempre de acordo com suas possibilidades de força no transcorrer de seu processo de desenvolvimento na segunda infância, que não deverão ser ultrapassadas para evitar-se prejudicá-las:

Assim, o tato, sendo de todos os sentidos o que melhor nos instrui sobre a impressão que os corpos estranhos podem fazer sobre o nosso, é o de emprego mais frequente e aquele que nos dá mais imediatamente o conhecimento necessário para nossa conservação. (ROUSSEAU, 2004, p. 169).

Considerando ainda a importância dos sentidos, o tato concentra as suas operações em torno do homem, enquanto que a visão estende as suas para muito além dele, pois com um simples olhar, o homem percebe a metade de seu horizonte. No entanto, por esta razão, por

ser o mais extenso dos sentidos a visão é de todos os sentidos o mais falível. Logo, torna-se preciso auxiliá-la com outro sentido, como o órgão tátil, pois se sujeitando a isso, o homem se aproxima de uma exatidão que a visão unicamente não oferece.

É muito interessante perceber como estas ideias estão desenvolvidas no segundo *Discurso*, pois o homem selvagem tendo a própria conservação quase como sua única preocupação, as faculdades mais exercitadas serão aquelas cujo objetivo principal seja o ataque e a defesa, quer para subjugar a presa, quer para defender-se. Já os órgãos que só se aperfeiçoam pela lassidão e pela sensualidade deverão ao contrário, permanecer num estado de grosseria. Assim, ficando os seus sentidos, nessa direção, divididos, terá o tato e o gosto de uma rudez extrema, e a vista, a audição e o olfato de uma enorme sutileza. É esse o estado animal em geral e também, de acordo com os relatos de viajantes, o da maioria dos povos selvagens. Logo, segundo Rousseau (1973), eis o motivo de não espantar-nos com o fato de os hotentotes do cabo da boa Esperança, descobrirem navios em alto mar a olho nu tão longe, quanto os holandeses com óculos, nem que os selvagens da América sintam os espanhóis no seu encaço, como o poderiam fazer os melhores cães, e, nem, também, que todas essas nações bárbaras suportem sem sacrifício sua nudez, agucem seu paladar com pimenta e bebam seus licores europeus como água.

O sentido da visão ao ser comparado também com o da audição, conforme Rousseau demonstra, indica que somente através de experiências de preferência realizadas pelas próprias crianças, será possível perceber qual das duas impressões chegam antes ao seu órgão, partindo de um mesmo corpo e ao mesmo tempo. Ou seja, Rousseau exemplifica dizendo que, quando se avista o fogo de um canhão é possível se colocar ao abrigo do tiro, mas quando se ouve o barulho do disparo, não há mais tempo para se abrigar da bala. Logo, para desenvolver a audição, as crianças devem realizar experiências ao seu alcance, em que a voz que corresponde à audição, deverá contribuir muito no desenvolvimento desse sentido:

Ensinai-lhe a falar uniformemente, claramente, a articular bem, a pronunciar exatamente e sem afetação, a conhecer e respeitar o acento gramatical e a prosódia, a ter sempre a voz bastante alta para ser ouvido, mas nunca mais do que o devido, defeito comum nas crianças educadas nos colégios; em todas as coisas, nada de supérfluo. (ROUSSEAU, 2004, p. 187).

E, no que diz respeito aos gostos, Rousseau comenta que por termos nos afastado do estado de natureza, como consequência, também nos afastamos e nos perdemos de nossos gostos naturais, ou seja, substituímos um hábito natural por outro hábito agora mais aguçado,

que por não ser mais tão simples, faz com que o homem se adapte com muita dificuldade a novos gostos, caso se distancie de seu lugar de origem:

Isso me parece verdadeiro em todos os sentidos, e mais ainda quando aplicado ao gosto propriamente dito. Nosso primeiro alimento é o leite; só nos acostumamos aos poucos aos sabores fortes, que de início nos repugnam. [...] Finalmente, quanto mais nossos gostos são simples, mais eles são universais; as mais comuns repugnâncias recaem sobre os pratos compostos. Viu-se alguma vez alguém que tivesse aversão pelo pão ou pela água? Eis o rastro da natureza, eis portanto também a nossa regra. Conservemos na criança o seu gosto primitivo o mais possível; que sua comida seja comum e simples, que seu paladar só se familiarize com os sabores pouco picantes e não forme para si mesmo um gosto exclusivo. (ROUSSEAU, 2004, p. 191).

No segundo *Discurso*, Rousseau (1973), ao pensar na constituição dos selvagens explica que, pelo menos os que não foram estragados pelos licores fortes, pois eles praticamente não conhecem outras doenças senão as feridas e a velhice, fica-se inclinado a crer que a história das doenças humanas se faria então, seguindo a das sociedades civis. Essa, pelo menos é a opinião de Platão que, de acordo com alguns remédios empregados ou aprovados por Polidário e Macaão no cerco de Tróia, acha ainda não serem conhecidas entre os homens várias doenças que esses remédios deveriam excitar, e Celso, médico do século de Augusto, conta que a dieta, hoje tão necessária, só foi inventada pelo médico Hipócrates.

Deste modo, como um dos meios de obtenção de saúde na segunda infância, Rousseau descreve como deve ser a alimentação das crianças, que fortificarão o seu corpo e não lhes estragarão o paladar, sendo importante, então, a presença de frutas, laticínios e alguma massa de forno um pouco mais delicada do que o pão comum, que deverão ser fornecidos nos momentos certos, para assim adquirir-se os resultados nutricionais precisos.

Rousseau acrescenta que o gosto tem uma grande diferença com relação aos outros sentidos, quer dizer, ele representa aquele sentido em que a imaginação da criança entra menos por ter uma atividade toda física e material. Por este motivo, Rousseau explica que conduzir as crianças pela boca, seria o meio mais conveniente para governá-las.

O autor alerta, ainda, sobre a não necessidade de se fornecer carne às crianças, afirmando que este hábito está completamente distante do gosto natural:

Uma das provas de que o gosto da carne não é natural para o homem é a indiferença que as crianças mostram por esse alimento, e a preferência que dão a alimentos vegetais, assim como aos laticínios, a pastelaria, as frutas, etc. É importante, sobretudo, não desnaturar esse gosto primitivo, e não tornar as crianças carnívoras; se não for pela sua saúde, que seja pelo seu

caráter, pois, de qualquer modo que se explique a experiência, não há dúvida de os grandes comedores de carne são em geral cruéis e ferozes mais do que os outros homens. (ROUSSEAU, 2004, p. 195).

Evidenciando, ainda, os sentidos na saúde do corpo, Rousseau aponta o sentido do olfato, relatando que o olfato é considerado o sentido da imaginação, o que pode ser constatado, por exemplo, quando os perfumes de um ser querido são sentidos pelo outro, fazendo com que o coração de quem os está sentindo bata mais forte, pois ao dar aos nervos um tom mais forte, ele aguça muito o cérebro.

Deste modo, em função disso, o olfato não deve ser muito ativo na infância, uma vez que a imaginação está pouco desenvolvida. Rousseau explica que a importância do olfato na infância está mais para auxiliar o sentido do gosto, por exemplo, diante da necessidade de se oferecer à criança alguma medicação com um aroma agradável, para assim convencê-la melhor a ingeri-lo: “Portanto, o olfato não deve ser muito ativo na infância, quando a imaginação, animada ainda por poucas paixões, é pouco suscetível de emoção e quando não se tem ainda experiência suficiente pra prever com um sentido o que o outro promete.” (ROUSSEAU, 2004, p. 200).

Já, no que diz respeito a um sexto sentido, ou senso comum, Rousseau comenta que esse sexto sentido não tem órgão em particular, residindo apenas no cérebro, com sensações apenas internas, que são as percepções ou ideias, porém distante na segunda infância, que possui a razão sensitiva ou pueril, ao formar ideias simples com o auxílio de várias sensações. Estas ideias em si, medem a extensão do conhecimento dos homens, segundo Rousseau, cuja arte de se compará-las na fase respectiva ao seu desenvolvimento, se denomina razão humana. Esta questão está bem desenvolvida por Rousseau, nos outros Livros do *Emílio*, cujo estudo, faremos na continuidade deste trabalho.

Por fim, podemos citar Dalbosco (2011), ao apontar na relação entre cuidados do adulto e necessidades da criança, quatro aspectos fundamentais desses cuidados, em que o primeiro concentra-se na relação entre mãe e bebê, através do aleitamento materno, considerado o primeiro entrelaçamento afetivo e social da criança. O outro aspecto, diz respeito à educação pelas coisas, visto como uma ação decisiva ao conteúdo da educação natural, na qual podemos citar o autor:

O que a educação pelas coisas visa é a educação da vontade da criança. Mas, se a vontade da criança precisa ser educada, por outro lado, ela também precisa ser deixada a se desenvolver livremente e o problema consiste justamente em saber quando ela deve ser regulada pela intervenção do adulto e quando deve ser deixada a se desenvolver livremente. Rousseau não dá devidamente uma resposta pronta para este problema, mas parece oferecer um critério ao afirmar que também o adulto precisa, em determinadas circunstâncias, deixar dobrar-se a certas vontades da criança, sem precisar contrariá-la. (DALBOSCO, 2011, p. 177).

No entanto, enquanto outro aspecto ainda na educação pelas coisas, Rousseau aponta a questão do caminho natural que deverá ser seguido pela criança que, segundo Dalbosco, é uma expressão de aspecto completamente enigmático, na qual reconstruir o seu significado não é uma tarefa fácil. Nesta tentativa, por caminho natural entende Rousseau o desenvolvimento das disposições naturais da criança em oposição aos vícios, quer dizer, o adulto não poderá torná-la dependente, egoísta e dominadora. Também, por caminho natural, entende-se a diferença entre as necessidades da criança e as suas fantasias, em que o adulto deverá perceber adequadamente a diferença entre elas, para disciplinar de modo não autoritário a possível corrupção do desejo infantil que poderá se transformar em fantasias cheias de caprichos. Enquanto outro argumento importante para se definir cuidados do adulto para a infância, entende-se a liberdade bem regrada, em que o problema segundo Dalbosco, do ponto de vista pedagógico, consistirá em saber como se manter livre, mediante o caráter minimamente coercitivo imposto por qualquer regra. Logo, como conciliar liberdade e lei.

Assim diante desta realidade, há segundo ele, o caráter aporético da educação natural, pois primeiramente existe o contato do adulto com a criança, em que ele poderá viciá-la, como a mãe e o preceptor. Após, está na educação pelas coisas, que por possuir uma vinculação com a arte da encenação, ela poderá tornar-se essencialmente artificial e dissimuladora por parte do adulto, tirando a criança do caminho da natureza. Um terceiro problema emerge no confronto entre as vontades dos envolvidos no processo pedagógico na educação pelas coisas, pois embora o comportamento da criança à resistência das coisas seja seguro para a formação do seu caráter, surgirá o conflito permanente entre a liberdade e a existência das leis.

Deste modo, podemos perceber, de acordo com o que desenvolvemos até agora, que a educação natural olhada apenas pelos aspectos dos seus benefícios para a saúde da criança da primeira e segunda infância é muito relevante e se justifica. Não resta dúvida que o pensamento de Rousseau é completamente inovador no resgate de verdadeiros valores para a

vida do ser humano de sua época e também para a atual, visto que seu pensamento é atual como já foi citado. Logo, apesar das críticas que surgem na atualidade sobre a educação natural de Rousseau, a principal consequência de quem a coloca em prática é de uma existência humana possivelmente repleta de saúde física, mental e emocional.

CONCLUSÃO

A contribuição de Rousseau para a humanidade se estende a vários campos do saber, inclusive à área da saúde. Nessa área, se relaciona com a ideia do homem em sociedade ser ausente de vícios e, conseqüentemente, de maus hábitos e costumes, de modo semelhante ao hipotético homem em estado de natureza que, por isso, era dotado de paz e saúde, uma vez que a natureza nos destinou a sermos sãos. O caminho a ser percorrido pelo homem civil para que isto se torne possível, será o da educação natural, proposto pelo filósofo diante da sociedade viciosa de seu tempo, que deverá se iniciar já a partir de sua infância.

Rousseau, no segundo *Discurso*, descreveu o processo evolutivo da corrupção e da desigualdade dos homens, no surgimento da sociedade, que lhe originou sentimentos negativos como o amor-próprio. Estes sentimentos negativos se faziam presentes na sociedade de seu tempo, por exemplo, na educação que as crianças do século XVIII recebiam que o filósofo então, denuncia ao mesmo tempo em que propõe uma possível solução na cura desses males pela educação natural do Emílio, em suas diferentes fases e idades desenvolvidos na obra *Emílio*, para que assim, ele possa preservar a sua bondade natural e também a sua saúde, uma vez que não se corromperá facilmente na vida em sociedade. Neste contexto, a meta principal da educação natural será a de promover às crianças uma educação voltada às suas reais necessidades enquanto crianças, por preceptores que deverão seguir os seus princípios, como o respeito às fases respectivas ao seu processo de desenvolvimento, uma vez que cada criança, como suas fases são distintas. Em se tratando do Emílio, ela ocorrerá através de um preceptor, que necessariamente deverá seguir a marcha da natureza, ou seja, conforme Rousseau introduz, da educação negativa, que é a educação que tem a preocupação de formar um homem virtuoso, ao impedi-lo, por exemplo, de adquirir inclinações negativas como o egoísmo e demais vícios: “Portanto, a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas de proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro.” (ROUSSEAU, 2004, p. 97).

Vimos em Almeida Júnior (2009), que a educação negativa consiste então em fechar as portas ao vício para que a virtude se manifeste. Logo, as primeiras lições para as crianças não devem ser os ensinamentos morais, mas sim a ação de impedi-las estrategicamente de

assumirem os preconceitos da sociedade, cujo princípio deverá ser mantido na Educação Pública, demonstrando a sua importância para Rousseau.

Este trabalho teve como preocupação fundamental: compreender a origem dos sentimentos negativos como o amor-próprio e o egoísmo no surgimento da sociedade civil, responsáveis por gerar preconceitos e vícios, que afetavam a criança do século XVIII, por estarem refletidos diretamente na educação que elas recebiam oriunda então, de uma sociedade repleta de maus costumes e, a possível solução desses males, pela educação natural proposta no *Emílio*, uma vez que o tratamento que as crianças recebiam desde o seu nascimento, lhes traziam danos à saúde.

Neste contexto, O *Emílio* deverá ser visto como uma obra de reflexão sobre estes falsos valores da sociedade e, não necessariamente, como um manual de pedagogia para ser aplicado e seguido de forma “fidedigna”, pois segundo Rousseau, é preciso conhecer a realidade educacional individual de cada criança. A sua proposta de educação, parte da necessidade dos preceptores conviverem e conhecerem bem as crianças envolvidas no processo educacional, que deverão ser conduzidas pela liberdade bem dirigida, ou seja, a criança não crescerá livre e estará sempre sob a supervisão do adulto, sem que ela perceba. Vimos no capítulo I com Elizabeth Badinter, que nos século XVII e principalmente no XVIII, a mãe ao gerar um bebê, exercia mais um papel biológico que afetivo, uma vez que transmitia os cuidados da criança a amas na maior parte das vezes até despreparadas para a função.

Em se tratando da educação da natureza, na primeira infância, a fase de zero a dois anos, conforme as orientações de Rousseau no *Emílio*, ela deverá ser praticada pelos próprios pais de preferência, visto que, para o autor, eles são os melhores instrutores da criança, pois além da proximidade natural, há o laço afetivo, que é importante para a formação do homem. Já para o Emílio, seus educadores ideais serão sua ama de leite e o seu preceptor, cuja educação começará então desde o seu nascimento. Nesta fase, vale destacarmos nas suas orientações de cuidados às crianças pela educação da natureza, a importância do aleitamento materno, pois no século XVIII, o índice de mortalidade infantil era altíssimo e quase metade das crianças que nasciam, morriam antes de completarem os seus oito anos, na qual percebe-se que a ausência e a insuficiência da amamentação materna contribuíam muito para essa realidade, como também, a negligência nos cuidados das amas de leite, denunciado por Rousseau. Então, pela educação do Emílio, Rousseau fornece uma possível cura à sociedade corrompida focalizando a criança, uma vez que uma criança preservada em sua bondade e

saúde que lhe são naturais caminhará para a vida adulta com o potencial de mudá-la. Notamos que as orientações de cuidados às crianças da primeira infância fornecidas por Rousseau, como o aleitamento materno, fornecem grandes possibilidades dessa criança com um corpo fortalecido pela natureza e muito saudável por ter sido educada enquanto criança, não se deixar de fato, corromper-se e adoecer pelos vícios da sociedade, principalmente quando atingir a fase adulta.

Na segunda infância, ou seja, a criança na fase de dois a doze anos, também denominada por Rousseau de a idade da natureza, a educação natural, terá o foco na educação pelas coisas, com o principal objetivo de fortalecer o corpo da criança e refinar os seus sentidos, pois vimos, segundo Rousseau, que um corpo fraco pela ausência de saúde, debilita a alma: “É preciso que um corpo tenha vigor para obedecer à alma; um bom servidor deve ser robusto.” (ROUSSEAU, 2004, p. 34).

Na sociedade civil, os maus hábitos e costumes dos homens favorecerão então a ascensão da medicina, que para Rousseau, no seu aspecto moral é a arte mais perniciosa que existe. Já, a condição difícil da criança do século XVIII, suscitou a medicina infantil, que, como especialidade, surgiria apenas no século XIX. Assim, para Rousseau, a única parte útil da medicina será a higiene, considerada por ele mais uma virtude, do que uma ciência. Logo, a pouca intensidade do uso da medicina na sociedade, implicará então, na existência de uma sociedade mais saudável, repleta de povos mais robustos e que vivem por mais tempo.

A educação natural se relaciona então com a possibilidade de resgatar valores positivos no homem, como em intensificar a ação da piedade natural, gérmen de todas as virtudes pela educação do Emílio e, assim, combater os maus costumes presentes na sociedade. Dalbosco levantou o caráter aporético da educação natural de Rousseau, na qual não podemos concordar, uma vez que foi uma obra, após a sua publicação em 1762, capaz de estimular novas ideias sobre a infância, pela reflexão do adulto, proporcionando então no final do século XVIII, novas atitudes na sociedade, como a valorização do amor materno, argumento que por si só justifica a educação proposta por Rousseau, uma vez que diminuiu a mortalidade infantil, preservando a saúde da criança, futuro homem e cidadão dessa mesma sociedade.

Então, Rousseau, ao abordar a criança, faz, de fato, uma Filosofia da infância, pois ele reconhece, compreende, questiona valores, saberes e crenças existentes acerca da infância em sua época. E, logo após, ele reflexiona para afirmar em torno da ideia de infância, outros saberes, valores e crenças, registrando tudo isso no *Emilio*, por exemplo. Logo, foi uma obra

que mudou a forma de pensar a infância, que, por esta razão, também discordamos do comentário de Walter Omar Kohan e David Kennedy, visto que Rousseau, ao escrever o *Emílio* comprova que a filosofia da infância existe desde o século XVIII, uma vez que esses autores afirmam equivocadamente, que a filosofia da infância tem apenas uns vinte anos de vida, desvalorizando a proposta revolucionária de Rousseau. Sobre a Filosofia da infância em Rousseau, será um tema que desenvolveremos num trabalho futuro.

REFERÊNCIAS

1. Obras de Rousseau:

ROUSSEAU, J. J. Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada, tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. *Elogio da Filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 212 p.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da Desigualdade entre os homens*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 277 p.

_____. Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes. HATIER. *Collection Les classiques HATIER de la philosophie*, 2003. 176 p.

_____. Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas; discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as ciências e as artes. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 440 p. (Os Pensadores).

_____. Du contrat social. In: _____. *Oeuvres Complètes*, tomo III. Paris: Pléiade, Éditions Gallimard, p. 281- 470, 1964.

_____. *Emílio ou da Educação*. 3. ed. Trad. Roberto L. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 711 p.

_____. *Émile ou De L'Éducation*. In: _____. *Oeuvres Complètes*. [Paris]: Éd. Gallimard, 1969. tomo 4, p. 246-425,

_____. *O Contrato Social*. 4. ed. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 185 p.

1.1. Bibliografia Crítica:

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. de. *Educação e Política em Jean Jacques Rousseau*. Uberlândia: EDUFU, 2009. 153 p.

_____. Tempo e História em Rousseau: tempo da humanidade, tempo dos povos, tempo dos homens. *Revista Fato e Versões*, Uberlândia, v. 3 n. 6, p. 138-151, ago./dez. 2011.

CERIZARA, A. B. *O pensamento pedagógico de Rousseau e a pré-escola: Um estudo de Émile*. 1988. 269 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

DALBOSCO, C. A. *Educação Natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto*. São Paulo: Cortez, 2011. 199 p.

FORTES, L. R. S. *O Bom Selvagem*. São Paulo: FTD, 1996. 119 p.

_____. *Rousseau: da teoria à prática*. São Paulo: Ática, 1976. 134 p.

GOUHIER, H. G. *Les Méditations Métaphysiques de Jean-Jacques Rousseau*. 2^{eme} ed. Paris: J. Vrin, 1984. 286 p.

GOYARD-FABRE, S. *Politique et philosophie dans l'oeuvre de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: Presses universitaire de France, 2001. 252 p.

LEDUC-FAYETTE, D. *Jean-Jacques Rousseau et le Mythe de l'Antiquité*. Paris: J. Vrin, 1974. 194 p.

MONTEAGUDO, R. *Entre o direito e a história: A concepção do legislador em Rousseau*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 195 p.

SAHD, L. F. N. A. S. *Rousseau: do cosmopolitismo ao patriotismo*. 2000. 1000 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

STAROBINSKI, J. *A transparência e o obstáculo*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 423 p.

TERREL, J. *Les théories du pacte social. Droit naturel, souveraineté et contrat de Bodin à Rousseau*. Éditions du Seuil, 2001. 423 p.

ULHÔA, J. P. *Rousseau e a utopia da soberania popular*. Goiânia: Ed. da UFG, 1996. 223 p.

VIEIRA, L. V. *A Democracia em Rousseau: a recusa dos pressupostos liberais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. 155 p. (Coleção Filosofia, v. 52).

1.2. Bibliografia de Fonte:

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279 p.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. O sistema de serviço de assistência à saúde. In: _____. (Ed.). *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. p. 4-14.

BUCKINGHAN, D. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Loyola, 2007. 301 p.

DENT, N. J. H. *Dicionário de Rousseau*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 249 p.

DOZOL, Marlene de Souza. *Da figura do mestre*. São Paulo: EDUSP; Campinas: Autores Associados, 2003. 143 p. (Coleção Educação Contemporânea).

NICOLA, U. *Antologia Ilustrada de Filosofia*. Editora Globo, 2005. 480 p.

ROUQUAYROL, M. Z. *Epidemiologia e Saúde*. 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. 527 p.

SIMPSON, M. *Compreender Rousseau*. Petrópolis: Vozes. 2009. 192 p. (Série Compreender).

TUAN, Y. *Paisagens do medo*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2005. 374 p.

WALTER, O. K.; KENNEDY, D. *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999. 271 p.